GDF
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SOLIDARIEDADE E TRABALHO

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

ANO XXIV - Nº 149 SEXTA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 2000 PREÇO: R$ 0,66

SUMÁRIO

SEÇÃO I

	PÁGINA
ATOS DO PODER EXECUTIVO	1
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	13
SECRETARIA DE SAÚDE	14
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS	14
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	15
SECRETARIA DE CULTURA	15
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	15
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	15
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	15
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	15
SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	15
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	15

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO	22
VICE-GOVERNADORIA	22
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	22
SECRETARIA DE SAÚDE	22
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	23
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS	23
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	24
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	24
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	24
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	24
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL	24

SEÇÃO III

ATOS DO PODER EXECUTIVO	26
SECRETARIA DE GOVERNO	26
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	26
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	26
SECRETARIA DE SAÚDE	27
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS	27
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	30
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	30
SECRETARIA DE CULTURA	30
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	30
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	31
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	31
SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	32
INEDITORIAIS	34
ÍNDICE	35

UTILIDADE PÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Bombeiros	193	CAESB	195
Defesa Civil	314-8214	CEB	196
Polícia	190	Detran	1514
Procon	1512	Farmácia de Plantão	132

Alcoólicos Anônimos 226-0091

PRONTO SOCORRO 192

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 21.412, DE 3 DE AGOSTO DE 2000

Aprova Projeto Urbanístico de Parcelamento na Região Administrativa Plano Piloto – RA I.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 77, da Lei Complementar n.º 17, de 28 de janeiro de 1997, tendo em vista a Decisão n.º 45/2000 – CONPLAN e o que consta do processo n.º 030.010.290/99, **DECRETA**:

Art.1º Fica aprovado o Projeto Urbanístico de Parcelamento do Setor de Administração Federal Sul – SAF/Sul na Região Administrativa Plano Piloto – RA I, consubstanciado no Projeto de Urbanismo - URB 02/2000, Memorial Descritivo – MDE 02/2000 e Normas de Edificação, Uso e Gabarito – NGB 38/2000, NGB 39/2000, NGB 40/2000, NGB 41/2000, NGB 42/2000 e NGB 43/2000.

Parágrafo único. O Memorial Descritivo – MDE 02/2000 e as Normas de Edificação, Uso e Gabarito – NGB 38/2000, NGB 39/2000, NGB 40/2000, NGB 41/2000, NGB 42/2000 e NGB 43/2000 são partes integrantes deste Decreto, na forma do Anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

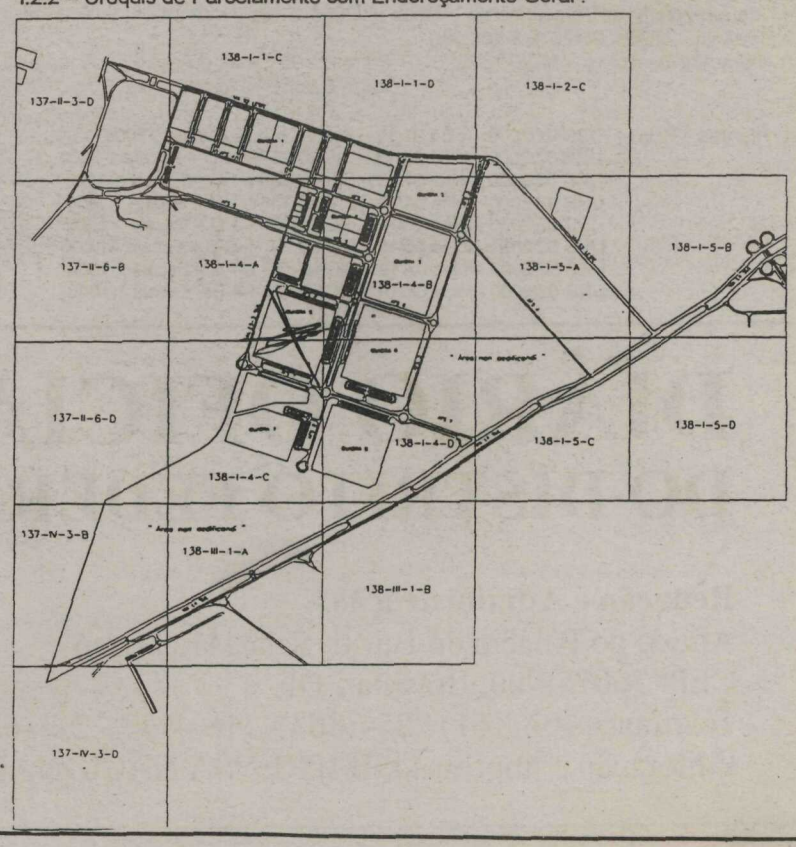
Brasília, 3 de agosto de 2000
112º da República e 41º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

I.2- Objetivos do projeto :

I.2.1 – Síntese das Justificativas e Condicionantes de Projeto :

Este projeto foi elaborado para definir o parcelamento das áreas do Setor de Administração Federal Sul – SAFS, bem como promover a regularização definitiva de áreas já ocupadas.

I.2.2 – Croquis de Parcelamento com Endereçamento Geral :



PROCESSOS: 030.010.290/99

DECISÕES/ATOS:

DECRETOS:

PUBLICAÇÃO:

REGISTRO NO CARTÓRIO DO (Nº) OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, em :

PARTE A

I – APRESENTAÇÃO
I.1 – Legislação relativa ao projeto
I.2 – Objetivos do projeto
I.3 – Composição de projeto
I.4 – Projetos anulados, alterados ou substituídos

II – CROQUIS DE SITUAÇÃO
III – QUADRO DE CAMINHAMENTO DO PERÍMETRO
ANEXO I – QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

I – APRESENTAÇÃO DO PROJETO:

I.1- Legislação relativa ao projeto :

Lei nº 6.766/79 - Parcelamento do Solo Urbano no Território Nacional,
Portaria nº 314 de 08/10/92 do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,

Lei complementar nº 17/97 – Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal
Decreto nº 10.829 de 14/10/87 – Regulamenta o artigo 38 da Lei nº 3.751 de 13/04/60 no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília ,

Lei nº 2.105 de 08/10/98 – Regulamentada pelo Decreto nº 19.915 de 17/12/98 – Código de Edificações do Distrito Federal
Decreto nº 19.071 de 06/03/98 – Aprova a Classificação de Usos e Atividades para o Distrito Federal
Instrução Normativa Técnica – NTC nº 02/98 - IPDF

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL - IPDF – GDF		R.T.: CREA :		
MEMORIAL DESCRITIVO				
MDE – 02/2000	BRASÍLIA-RA I SAF/SUL – Setor de Administração Federal Sul			
FOLHA: 01/ 05	PROJETO: Cláudia Gontijo	REVISÃO: Marise Medeiros Gerente GEPROI	VISTO: Rosemay Pimentel DiretorDIPRO/IPDF	APROVO: Eliana Ehrmann Dir Presidente IPDF
DATA: ABRIL 2000				

I.3-Composição do projeto :

Este projeto é constituído de Memorial Descritivo – MDE 02/2000, das plantas de Projeto de Urbanismo e Parcelamento – URB 02/2000 e das Normas de Edificações, Uso e Gabarito – NGBs 38/2000 à 43/2000.

a) Memorial Descritivo – MDE 02/2000 – Parte A - 05 folhas e Anexo I - 06 folhas
Parte B com 10 folhas

b) Plantas URBs :
URB 02/2000 - folha 01/19 – Planta Geral – Escala 1:5000
URB 02/2000 - folha 02/19 – SICAD 137-II-3-D – Escala 1:1000
URB 02/2000 - folha 03/19 – SICAD 138-I-1-C – Escala 1:1000
URB 02/2000 - folha 04/19 – SICAD 138-I-1-D – Escala 1:1000
URB 02/2000 - folha 05/19 – SICAD 138-I-2-C – Escala 1:1000
URB 02/2000 - folha 06/19 – SICAD 137-II-6-B – Escala 1:1000
URB 02/2000 - folha 07/19 – SICAD 138-I-4-A – Escala 1:1000
URB 02/2000 - folha 08/19 – SICAD 138-I-4-B – Escala 1:1000
URB 02/2000 - folha 09/19 – SICAD 138-I-5-A – Escala 1:1000
URB 02/2000 - folha 10/19 – SICAD 138-I-5-B – Escala 1:1000
URB 02/2000 - folha 11/19 – SICAD 137-II-6-D – Escala 1:1000
URB 02/2000 - folha 12/19 – SICAD 138-I-4-C – Escala 1:1000
URB 02/2000 - folha 13/19 – SICAD 138-I-4-D – Escala 1:1000
URB 02/2000 - folha 14/19 – SICAD 138-I-5-C – Escala 1:1000
URB 02/2000 - folha 15/19 – SICAD 138-I-5-D – Escala 1:1000
URB 02/2000 - folha 16/19 – SICAD 137-IV-3-B – Escala 1:1000
URB 02/2000 - folha 17/19 – SICAD 138-III-1-A – Escala 1:1000
URB 02/2000 - folha 18/19 – SICAD 138-III-1-B – Escala 1:1000
URB 02/2000 - folha 19/19 – SICAD 137-IV-3-D – Escala 1:1000

c) Normas de Edificação, Uso e Gabarito :
SAFS NGB 38/2000 – Quadra 1 Lotes nº 1,2,3,4,5,6,7
SAFS NGB 39/2000 – Quadra 2 Lotes nº 1,2, 3, 4, 5 e 6
SAFS NGB 40/2000 – Quadra 2 Lotes nº 7,8 e 9
SAFS NGB 41/2000 – Quadra 3 Lote nº 1 e Quadra 5 Lotes nº 2 e 3
SAFS NGB 42/2000 – Quadra 5 Lote nº 1
SAFS NGB 43/2000 – Quadra 7 Lotes nº 1 e 2

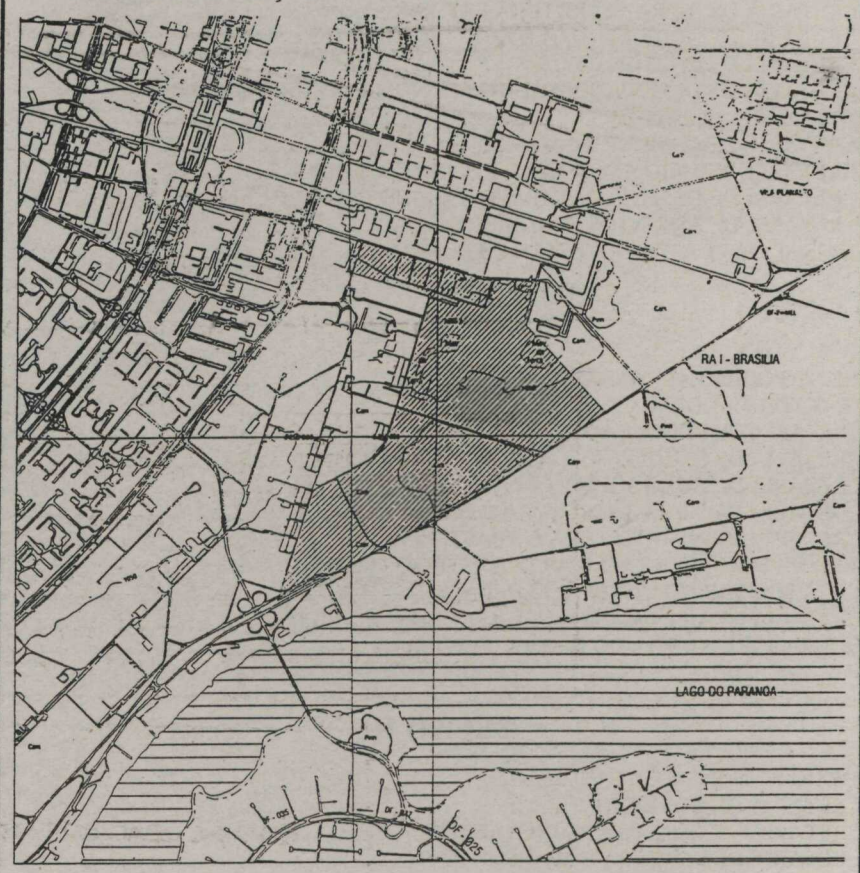
Não foram elaboradas as normas de gabarito para os lotes nº 8 da Quadra 1 e nº 1 da Quadra 6 considerando que são lotes com projetos de arquitetura já construídos e elaborados pelo arquiteto Oscar Niemeyer . Tais projetos obtiveram dispensa de aprovação conforme o parágrafo 3º do artigo 9º da Portaria nº 314 de 8/10/92 – IPHAN.

I.4 – Projetos anulados, alterados ou substituídos :

Este projeto anula e substitui as plantas registradas em cartório, AEM/S – PR 3/1, AEM/S – PR 4/1 e SAI/SE – 162/1.

Anula ainda o Projeto de Parcelamento e Urbanismo – URB 88/91 aprovado pelos Decretos nº 15.008 de 16/10/93 e nº 16.041 de 04/11/94, não registrado em cartório.

II. CROQUIS DE SITUAÇÃO :



DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
CEP: 70075-900, Brasília - DF.
Telefones: (0XX61) 225-7803 - 316-4137 - 213-6312.
Editoração e impressão: IMPRENSA NACIONAL.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

BENEDITO DOMINGOS
Vice-Governador

WELIGTON LUIZ MORAES
Secretário de Comunicação Social

LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS
Chefe da Divisão de Divulgação

QUADRO DE CAMINHAMENTO DO PERÍMETRO

Kr = 1.0006038

PONTOS	COORDENADAS (UTM) N	COORDENADAS (UTM) E	DISTÂNCIAS TOPOGRÁFICAS (m)	AZIMUTES (UTM)	OBSERVAÇÕES
1	8251163.2700	192015.4730			
			814.334	107° 9'28.1"	
2	8250922.8930	192794.0360			
			331.804	9136'31.3"	
3	8250913.5727	193125.9097			
			276.494	197° 12'5.0"	
4	8250649.2865	193044.0925			
			696.205	137° 1'19.9"	
5	8250139.6237	193518.9925			
			439.018	236° 16'22.8"	
6	8249895.7180	193153.6440			
			294.627	236° 18'31.7"	
7	8249732.1850	192908.3550			
			85.620	239° 16'35.8"	
8	8249688.4160	192834.7080			
			1077.816	242° 14'38.8"	
9	8249186.1680	191880.3300			
			35.914	272° 0'45.0"	
10	8249187.4300	191844.4160			
			322.472	242° 16'11.6"	
11	8249037.2910	191558.8080			
			681.359	17° 15'29.2"	
12	8249688.3670	191761.0740			
			382.633	61° 53'26.9"	

QUADRO DE CAMINHAMENTO DO PERÍMETRO

Kr = 1.0006038

PONTOS	COORDENADAS (UTM) N	COORDENADAS (UTM) E	DISTÂNCIAS TOPOGRÁFICAS (m)	AZIMUTES (UTM)	OBSERVAÇÕES
13	8249868.7549	192098.7799			
					13 a 14
14	8249976.1266	192187.4682			AC=44° 40'7"
			883.221	17° 13'19.9"	R=183.126
15	8250820.2570	192449.1290			D=142.768
			515.221	287° 12'5.0"	N=8250030.3789
16	8250972.7160	191956.6560			E= 192012.4473
			199.304	17° 9'12.6"	
1	8251163.2700	192015.4730			

ANEXO I

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL	R.T.: CREA :

MEMORIAL DESCRITIVO

MDE – 02/2000	**BRASÍLIA – RA I** SAF/SUL – Setor de Administração Federal Sul

FOLHA: 01/06	PROJETO: Cláudia Gontijo	REVISÃO: Marise Medeiros Gerente GEPRO I	VISTO: Rosemay Martins Diretor DIPRO/IPDF	APROVO: Eliana Kiarmarri PRESID./IPDF
DATA: ABRIL 2000				

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO : Setor de Administração Federal Sul - SAF/SUL REFERÊNCIA : URB 02/2000
PLANTAS: SICAD 138-I-1-C/138-I-1-D 138-I-4-B
Data : ABRIL/2000



Endereço		Superficie	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra	Lote	(m2)	Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	
1	1	9524,240	69,52	69,52	137,00	137,00	-	Vp	AP	VP E AP	VP	-	C
	2	9524,240	69,52	69,52	137,00	137,00	-	VP	AP	VP	VP	-	C
	3	9524,240	69,52	69,52	137,00	137,00	-	VP	AP	VP	VP	-	C
	4	11132,620	81,26	81,26	137,00	137,00	-	VP	AP	VP	VP	-	C
	5	11132,620	81,26	81,26	137,00	137,00	-	VP	AP	VP	VP	-	C
	6	9524,240	69,52	69,52	137,00	137,00	-	VP	AP	VP	VP	-	C
	7	9524,240	69,52	69,52	137,00	137,00	-	VP	AP	VP	VP	-	C
	8	18687,500	165,00	170,00	105,00	110,00	7,07	AP	AP	AP E VP	AP	AP	C
TOTAL	8	88573,940	LEGENDA E OBSERVAÇOES:					C - Coletivo					
								AP - ÁREA PÚBLICA VP - VIA ÚBLICA					

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

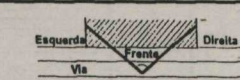
LOCALIZAÇÃO : Setor de Administração Federal Sul - SAF/SUL REFERÊNCIA : URB 02/2000
PLANTAS: SICAD 138-I-4-A/138-I-4-B
Data : ABRIL/2000



Endereço		Superficie	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra	Lote	(m2)	Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	
2	1	3500,000	50,00	50,00	70,00	70,00	-	AP	L.6	VP	L.2	-	C
	2	3500,000	50,00	50,00	70,00	70,00	-	AP	L.5	L.1	L.3	-	C
	3	3500,000	50,00	50,00	70,00	70,00	-	AP	L.4	L.2	VP	-	C
	4	3500,000	50,00	50,00	70,00	70,00	-	AP	L.3	AP	lt. 5	-	C
	5	3500,000	50,00	50,00	70,00	70,00	-	AP	L.2	L.4	L.6	-	C
	6	3500,000	50,00	50,00	70,00	70,00	-	AP	L.1	L.5	VP	-	C
	7	625,000	25,00	25,00	25,00	25,00	-	AP	VP	AP	AP	-	CBS
	8	625,000	25,00	25,00	25,00	25,00	-	AP	VP	AP	AP	-	CBS
	9	625,000	25,00	25,00	25,00	25,00	-	AP	VP	AP	AP	-	CBS
TOTAL	9	22875,000	LEGENDA E OBSERVAÇOES:					C - COLETIVO		CBS - Comercial de Bens e Serviços			
								VP - VIA PÚBLICA		L. - LOTE			AP - ÁREA PÚBLICA

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO : Setor de Administração Federal Sul - SAF/SUL REFERÊNCIA : URB 02/2000
PLANTAS: SICAD 138-I-1-D / 138-I-4-B
Data : ABRIL/2000



Endereço		Superficie	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra	Lote	(m2)	Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	
3	1	48887,280	242,80	234,00	176,52	241,32	-	AP	AP	AP	AP	-	C
	2	70155,540	299,81	299,81	234,00	234,00	_	AP	AP	AP	AP	_	C
TOTAL	2	119042,820	LEGENDA E OBSERVAÇOES:					AP - ÁREA PÚBLICA		C - Coletivo			
								VP - VIA PÚBLICA					

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO : Setor de Administração Federal Sul - SAF/SUL REFERÊNCIA : URB 02/2000
PLANTAS: SICAD 138-I-4-A / 138-I-4-B / 138-I-4-C
Data : ABRIL/2000



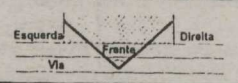
Endereço		Superficie	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
Quadra	Lote	(m2)	Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Lateral Direita	Lateral Esquerda	Chanfro	
5	1	9900,000	90,00	90,00	110,00	110,00	-	AP	AP	VP	VP	-	C
	2	22500,000	150,00	150,00	150,00	150,00	-	AP	VP	VP	VP	-	C
	3	57600,000	240,00	240,00	240,00	240,00	-	AP	AP	AP	AP	-	C
TOTAL	3	90000,000	LEGENDA E OBSERVAÇOES:					AP - ÁREA PÚBLICA		C - Coletivo			
								VP - VIA PÚBLICA					

IPDF

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO : Setor de Administração Federal Sul - SAF/SUL

REFERÊNCIA : URB 02/2000
PLANTAS: SICAD 138-I-4-C
Data : ABRIL/2000



Endereço		Superfície	Dimensões (m)					Confrontações					Uso
					Lateral					Lateral			
Quadra	Lote	(m2)	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	Frente	Fundo	Direita	Esquerda	Chanfro	
7	1	21043,660	240,00	152,81 + 114,46	153,10	39,87	-	AP	AP	AP	AP	-	C
	2	33196,250	150,00	91,71	112,48 + 143,80	240,00	-	AP	AP	AP	AP	-	C
TOTAL	2	54239,910	LEGENDA E OBSERVAÇOES: C - Coletivo VP - VIA PÚBLICA										

PROCESSOS: 030.010.290/99

DECISÕES/ATOS:

DECRETOS:

PUBLICAÇÃO:

REGISTRO NO CARTÓRIO DO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS , em :

PARTE B

I. CROQUIS DE LOCAÇÃO
II. JUSTIFICATIVA E CONDICIONANTES DE PROJETO
II.1 – Justificativa
II.2 – Condicionantes de Projeto
III. PROPOSIÇÕES
III.1 – Concepção urbanística geral
III.2 – Critérios de hierarquia funcional das vias
III.3 – Critérios de circulação
IV. QUADRO SÍNTESE DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS E ÁREAS PÚBLICAS
V.
VI. EQUIPE TÉCNICA
VII. ALTERAÇÕES DE PROJETO

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL – IPDF - GDF

R.T.:
CREA :

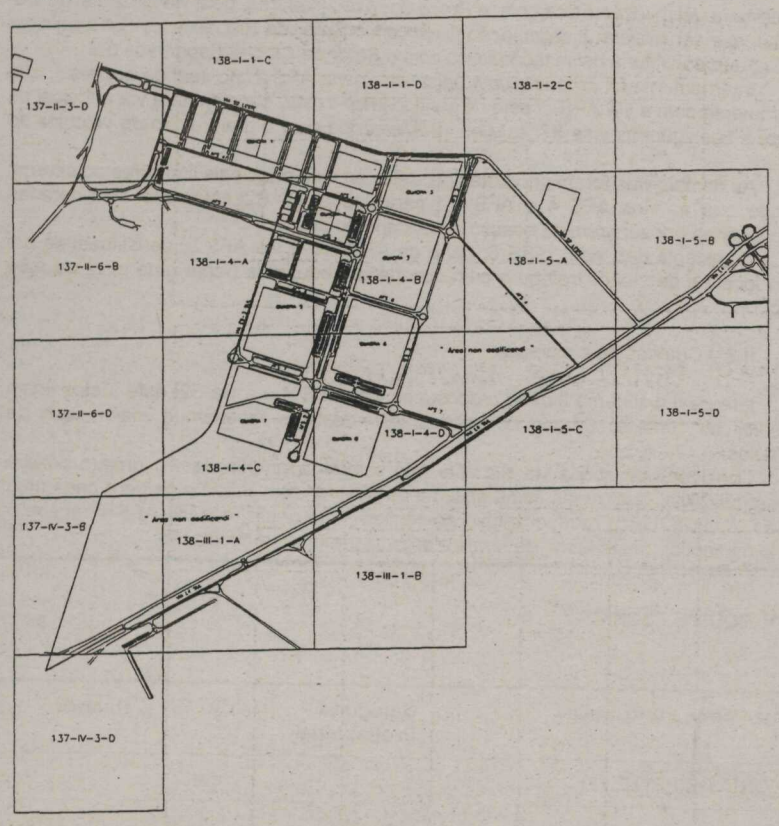
MEMORIAL DESCRITIVO

MDE – 02/2000

BRASÍLIA -RA I
SAF/S - SETOR DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL SUL

FOLHA: 01/10	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVO:
DATA ABRIL 2000	Claudia/ Gontijo	Marise Medeiros GEPRO I	Rosemay Martins Diretora IPDF	Eliana Kiarmann Presidente IPDF

I. CROQUIS DE LOCAÇÃO



II. JUSTIFICATIVA E CONDICIONANTES DE PROJETO

II.1. Justificativa de Projeto

O projeto do Setor de Administração Federal Sul – SAF/S foi elaborado em atendimento às solicitações constantes do processo nº 030.010.290/99, de interesse da Administração Federal e do Governo do Distrito Federal.

Os estudos para o setor iniciaram-se ainda em 1987 com o objetivo de criar áreas destinadas às sedes do partidos políticos e representações do Estados, conforme consta do processo nº 030.013.989/87.

A proposta elaborada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, em 18/11/87, foi aprovada através da Decisão nº 149/87 homologada pelo Decreto nº 11.156 de 01/06/88.

Em função de alterações posteriores propostas tanto pelo citado arquiteto e novas solicitações da Administração Federal , que necessitava de novos lotes , bem como a ampliação das áreas já existentes, foram sendo elaborados novos estudos e gradativamente encaminhados ao antigo CAUMA.

A Decisão nº 59/91 de 26/06/91 aprovou estudo preliminar consubstanciado no projeto de Urbanismo e Parcelamento – URB 88/91 que propunha a implantação de sistema viário e usos para os lotes que estavam sendo criados no setor. A Decisão recomendou, entretanto, o desenvolvimento do projeto definitivo antes do decreto homologatório.

No cumprimento dessa recomendação foi elaborado projeto de parcelamento definitivo, consubstanciado na URB 88/91, no MDE 88/91 sendo este aprovado pelo Decreto nº 15.008 de 16/09/93 e Decreto nº 16.041 de 04/11/94, sem, no entanto, obter registro cartorial.

Paralelamente aos estudos relativos ao parcelamento do setor como um todo, foram elaborados os Projetos de Parcelamento e Urbanismo URB/MDE 12/90 e URB/MDE 67/93 registrados em cartório, correspondente aos lote 01 da Quadras 6 e 8, respectivamente.

Só após a aprovação do projeto URB/MDE 88/91 pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal – DePHA e Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, as Normas de Edificação e Gabarito foram, então, submetidas à avaliação dos mesmos. Os citados órgãos emitiram parecer acrescendo , entretanto, uma série de exigências que implicaram na elaboração de novo projeto.

Foi , então, elaborado o Projeto de Parcelamento e Urbanismo URB/MDE 01/98, bem como suas Normas de Edificação e Gabarito correspondentes, e encaminhadas para parecer ao DePHA e IPHAN. O projeto foi aprovado na íntegra pelo DePHA e apenas parcialmente pelo IPHAN , que estabeleceu novas alterações para o projeto .

O presente Projeto de Urbanismo e Parcelamento URB/MDE 02/2000, pretende a adequação do projeto URB/MDE 01/98 às observações feitas pelo IPHAN em seu último parecer nº 094/98 de 24/07/98.

II. 2. Análise de Sítio e Determinantes Urbanísticos :

II.2.1 Condicionantes de projeto :

O Setor de Administração Federal Sul – SAF/S situa-se na Região Administrativa – RA I , definida pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT , Lei Complementar nº 17 de 28/01/97, como Zona Urbana de Consolidação.

A área de projeto, no total de 1.632.244 m² (163,22 há), está em trecho já previsto para expansão do setor desde a homologação da Decisão nº 78/88 – CAUMA que aprovou o Código de Edificações de Brasília através do Decreto nº 11.297 de 04/11/88, correlacionado à planta URB 89/89.

O Setor de Administração Federal Sul está em área regida pelas escalas monumental e bucólica descrita no Decreto nº 10.829/87 , relativo à preservação da concepção urbanística de Brasília.

Limita-se ao Norte com a via S2 Leste, contígua à Esplanada dos Ministérios – EMI e via AFS 4 definida por este projeto, ao Sul e a Leste com a via L4 Sul, contígua ao Setor de Clubes Esportivos Sul – SCE/S e a oeste com a via ES-3, contígua ao Setor de Embaixadas Sul – SES.

O sítio físico apresenta-se parcialmente como remanescente do "Cerradão" existindo no local grande número de espécies vegetais como o pequi, ipê, sucupira-branca e jacarandá. Na área próxima à via ES3-Sul com a Avenida das Nações existem trechos em avançado estágio de degradação da cobertura vegetal nativa.

Consta do processo nº 030.013.989/87 parecer do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal – IEMA. dispensa de instrumento de avaliação de Impacto Ambiental , orientando, entretanto, para que os empreendedores compareçam ao IEMA quando de sua instalação no setor.

II.2.2 Situação Fundiária :

O projeto URB/MDE 02/2000 está inserido na poligonal do Setor de Administração Federal Sul – SAF/S, definido pela planta URB 89/89, aprovada pelo Decreto nº 11.297/88.

II.2.3 Consultas às Concessionárias de Serviços Públicos :

. NOVACAP : Ofício nº 015/2000 – DIPRO/IPDF – Informa haver interferências na área parcelada que , no entanto, não inviabilizam a proposta.

. CAESB/ÁGUA : Carta nº 048/2000 – DRSA – Informa , através de planta de cadastro, o posicionamento das redes de água, condicionando o atendimento da demanda às definições de gabarito para a área.

. CAESB/ESGOTO : Carta nº 043/2000 – DRSE – Informa a existência de interferência de redes coletora de esgoto com a área que foram consideradas pelo projeto. Informa , ainda, a necessidade de execução de interceptor auxiliar para atender o aumento da vazão acarretado pela proposta urbanística.

TELEBRASÍLIA : Carta nº 100/423.0-2000 – GRPE – Informa a existência de interferência que, entretanto, não inviabilizam a proposta.

. CEB : Carta nº 0139/2000 – GRES – Informa que existem redes na área que ficaram incorporadas à proposta urbanística.

II. 2. 4 . Consultas aos Órgãos de Patrimônio Histórico :

. Parecer nº 005/98 – GPRC/DePHA de 04/02/98 - Considera a proposta do projeto URB/MDE 01/98 em consonância com as permissões defendidas pelo órgão no parecer nº 40/96 – GPRC/ DePHA. O presente projeto URB/MDE 02/2000 manteve as propostas do projeto URB/MDE 01/98 exceto quanto ao reparcelamento da Quadra 5 e Quadra 7 , cujas modificações foram solicitadas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

. Ofício nº 094/98 – CEB/BSB/DEPROT/IPHAN de 24/07/98 – Analisa a proposta do projeto URB/MDE 01/98 que explicita alguns condicionantes finais para a conclusão do projeto

1. Não será admissível a desafetação de novas áreas para a criação de lotes.
2. Considerando que a função do SAF/Sul é atender atividades vinculadas à Administração Federal , admite-se a destinação de lotes menores para atividades complementares com gabarito baixo e galerias obrigatórias para pedestres , limitando-se ao mínimo indispensável.
3. O sistema viário próximo ao bosque deverá ser secundário.
4. A altura máxima para os lotes maiores deverá ser a mesma correspondente aos anexos do ministérios já edificados , qual seja 17 (dezessete) metros.
5. As alturas para os demais lotes deverá respeitar o partido urbanístico de Brasília , quanto à nitidez das massas edificadas , vale dizer que as alturas dos demais lotes devem ter uma relação visual inambígua tomando como referencia a altura de dezessete metros dos anexos dos ministérios.
6. Os lotes menores mantidos como estoque do setor devem ser destinados à atividades ligadas à Administração Federal.
7. Sugere que os partidos políticos instalem-se em edifícios dos setores centrais.
8. As áreas 'non-aedificandi' não devem ser tratadas como 'vazios urbanos' e sim como elementos necessários ao conjunto urbano e coerentes com a proposta de Lúcio Costa. Tais áreas deverão ser recobertas de vegetação e densamente arborizadas na forma de bosques rústicos não sendo admitida a instalação de qualquer equipamento construído. Nas áreas de sobrevivência do cerrado nativo, estas devem ser preservadas
9. Ainda com referência ao sistema viário, a pista dupla principal do setor deverá se situar no interior das quadras.

II.2.5 Apreciação do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN :

O Projeto de Urbanismo e Parcelamento URB/MDE 02/2000 foi aprovado pelo CONPLAN através da Decisão nº 45 de 24/02/2000.

III . PROPOSIÇÕES :

III.1 – Concepção urbanística geral :

O partido adotado manteve a configuração original dos lotes já registrados em cartório, à exceção do Lote 1 da Quadra 3 , que sofreu alterações, e ainda aproveitou ao máximo o sistema viário existente .

O presente projeto teve como base o projeto URB/MDE 88/91 e URB/MDE 67/93, aprovados pelos Decreto nº 15.008/93 e Decreto nº 16.041/94, bem como a proposta do projeto URB/MDE 01/98, além dos condicionantes já descritos anteriormente.

A poligonal da área de projeto corresponde a uma superfície total de 163,22 há, sendo que aproximadamente 30% (trinta por cento) desta área é destinada à criação/ratificação de lotes. Os restantes 70% (setenta por cento) são destinados à áreas públicas, estando, portanto, de acordo com a Lei nº 6.766/79.

Por exigência dos órgãos de patrimônio foram criadas duas grandes áreas 'non-aedificandi' , que foram destinadas a bosque. Estas áreas margeiam a via L4Sul e são seccionadas apenas por um acesso viário ao setor.

O presente projeto engloba as Quadras 1,2,3,5,6 e 7 e ratifica a existência dos lotes já anteriormente registrados em cartório e edificados , quais sejam :

1. Lotes 1 a 8 da atual Quadra 1 – Anexos dos Ministérios
2. Lote 1 da atual Quadra 3 – Anexo da Câmara dos Deputados
3. Lote 1 da atual Quadra 6 – Superior Tribunal de Justiça
4. Lote 1 da atual Quadra 8 – Tribunal Superior do Trabalho

O parcelamento proposto, além de oferecer novas unidades imobiliárias, redefiniu e reendereçou os lotes que já se encontravam registrados em cartório através das plantas AEM/S – PR 3/1, AEM/S – PR 4/1 e PR 162/1, e são as seguintes :

PLANTA REGISTRADA EM CARTÓRIO	ENDEREÇO ANTIGO	ENDEREÇO NOVO
AEM/S – PR 3/1	AEM/S – Lote 2	SAF/S – Quadra 1 Lote 1
AEM/S – PR 3/1	AEM/S – Lote 4	SAF/S – Quadra 1 Lote 2
AEM/S – PR 3/1	AEM/S – Lote 6	SAF/S – Quadra 1 Lote 3
AEM/S – PR 3/1	AEM/S – Lote 8 e 10	SAF/S – Quadra 1 Lote 4
AEM/S – PR 3/1	AEM/S – Lote 12	SAF/S – Quadra 1 Lote 6
AEM/S – PR 4/1	AEM/S – Lote 14	SAF/S – Quadra 1 Lote 8
SAI/S – PR 162/1	SAI/S – Lotes A e B	SAF/S Quadra 3 Lote 1

Os Projetos de Urbanismo e Parcelamento URB's/MDE's 12/90 e 67/93, registrados em cartório, correspondentes às Quadras 6 e 8 , lotes nº 1, mantiveram seus endereços inalterados.

O projeto regulariza a ocupação do Instituto Rio Branco que encontra-se edificado onde está proposto o lote 2 da Quadra 5.

O projeto criou outros 4 (quatro) lotes de grandes dimensões variando de 57.000 m² (cinquenta e sete mil metros quadrados) a 21.000 m² (vinte e um mil metros quadrados), que são destinados a receber órgãos da Administração Federal.

Na Quadra 2 foram propostos lotes menores de 3500 m² (três mil e quinhentos metros quadrados) e que deverão constituir reserva de lotes para a Administração Federal.

Com o objetivo de possibilitar o atendimento aos usuários do setor com serviços essenciais , mas de caráter local, de comércio e prestação de serviços foram criados três lotes de 625 m² (seiscentos e vinte e cinco metros quadrados) cada, destinados exclusivamente a tais usos e próximos à Praça Portugal de forma a dinamizar a área.

Por fim, por solicitação da Companhia Energética de Brasília – CEB, que justificou a necessidade de instalação de uma subestação no setor, foi criado o lote 1 da Quadra 5 com 9.900 m² (nove mil e novecentos metros quadrados).

A Quadra 7 recebeu dois lotes com dimensões irregulares em função da existência de rede adutora de esgotos de grandes dimensões e de difícil remanejamento , considerando seus altos custos.

Todos estes lotes foram distribuídos ao longo de um eixo viário principal que se liga à via L4Sul e à via S2Leste , constituindo os eixos viários e de ocupação principais do setor.

II.2 – Critérios de hierarquia funcional das vias :

O SAF/S liga-se aos outros setores adjacentes pelas vias S2Leste , que constitui a delimitação física com a Praça dos Três Poderes, pela via AFS 5 e via ES-3 Sul, que constituem a delimitação física com o Setor de Embaixadas Sul e pela via L4Sul que constitui a delimitação física com o Setor de Clubes Esportivos Sul.

Internamente foi proposta uma única via , a via AFS 2, no sentido norte-sul, que juntamente com a via AFS 7, esta no sentido leste-oeste, constituem a via principal do setor e que ligam as vias S2Leste e L4Sul, arcando com o maior fluxo de veículos do setor.

As demais vias foram propostas paralelas às vias principais limítrofes ou interna, sendo que as vias AFS 4 e AFS 5 , paralelas à via S2Leste, são consideradas secundárias por servirem de acesso secundário ao setor.

O restante das vias , AFS 6, parte da AFS 7 e a via AFS 3, constituem-se em vias locais e de menor tráfego e com dimensões reduzidas (com uma pista de mão dupla).

II.3 – Critérios de circulação:

Integram o sistema binário proposto as vias AFS 4 e a via S2Leste. Estas ligam o setor ao contexto urbano no sentido leste-oeste e recebem o maior fluxo de veículos.

Considerando que a via S2Leste não comporta ampliações, o projeto propõe sejam utilizadas estas vias como sistema de binário, com mão única para cada uma delas. A via S2Leste recebe o fluxo no sentido leste-oeste, e a via AFS 4 recebe o fluxo no sentido oeste-leste, de forma a organizar melhor a circulação.

IV EQUIPE TÉCNICA :

Nome/Forma Participação	Categoria Profissional	CREA	Rubrica
AUTORIA DE PROJETO			
Cláudia Victor Rodrigues Gontijo	Arquiteta	7000/D-DF	

COLABORAÇÃO		
Rodrigo Ferreira Fonseca	Arquiteto	10352/D-DF
Francisco José Antunes Ferreira	Arquiteto	89100151-5-RJ
Raniere Teixeira Soares	Arquiteto	7258/D-DF
Maria Marta Silveira Coelho	Arquiteta	4175/D-DF
Mara Souto Marquez	Arquiteta	7154/D-DF
Edson José Vieira	Eng. Civil	2204/D-DF

V – Quadro Síntese das Unidades Imobiliárias e Áreas Públicas :
Área do Projeto : 1.632.244 m² (163,22 há)

QUADRO SÍNTESE DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS E ÁREAS PÚBLICAS

DESTINAÇÃO	LOTES unidades	ÁREAS %
1. UNIDADES IMOBILIÁRIAS		
CHM – Comércio, de Serviços, Coletivo	03	0,11
CC – Coletivo	20	22,23
EPU - CEB	01	0,60
2. LOTES JÁ EXISTENTES	02	7.08
3. SISTEMA DE CIRCULAÇÃO		26,86
4. ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO		43,12
TOTAL		100

ÁREA PÚBLICA (Lei n º 6.766/79) (Resultante do somatório dos lotes EPC e EPU, Sistema de Circulação e Espaços Livres de Uso Público (1)	70,48

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL – IPDF- GDF — R.T.: CREA :

MEMORIAL DESCRITIVO - ALTERAÇÕES DE PROJETO

MDE – 02/2000 — BRASÍLIA - RA I — SAF/SUL – Setor de Administração Federal Sul

FOLHA: 10/10	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVO:
DATA : ABRIL 2000	Autor	Gerente GEPRO I	Diretor DIPRO/IPDF	Presidente IPDF

PROCESSOS: 030.010.290/99
DECISÕES/ATOS:
DECRETOS:
PUBLICAÇÃO:
REGISTRO NO CARTÓRIO DO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, em

1 – LOCALIZAÇÃO

Setor de Administração Federal – SAF/S
Quadro 1 Lotes 1,2,3,4,5,6 e 7
(Anexos dos Ministérios)

2 – PLANTAS DE PARCELAMENTO

SAF/S – URB 02/2000 – Folha 03/19 (SICAD 138-I-1-C)
SAF/S – URB 02/2000 – Folha 04/19 (SICAD 138-I-1-D)
SAF/S – URB 02/2000 – Folha 08/19 (SICAD 138-I-4B)

3 – USOS E ATIVIDADES:

3.1 – Uso Predominante :
É permitido o uso coletivo/atividade para administração pública, defesa e seguridade social como uso predominante, e também o uso comercial de bens e serviços como uso complementar , desde que incorporados aos edifícios, conforme tabela de Classificação de Usos e Atividades, aprovada pelo Decreto nº 19.071 de 06/03/98.

USO	ATIVIDADE CÓDIGO	ATIVIDADE	GRUPO CÓDIGO	GRUPO	CLASSE CÓDIGO	CLASSE
Coletivo	75	Administração Federal, Defesa e Seguridade Social	75.1	Administração do estado e da política econômica e social	75.11-6	Administração pública em geral
					75.12-4	Regulação dos serviços sociais e culturais
					75.13-2	Regulação dos serviços econômicos
					75.14-0	Serviços de apoio à administração pública
			75.2	Serviços prestados pela administração pública	75.21-3	Relações exteriores
					75.22-1	Defesa
					75.23-0	Justica
					75.24-8	Segurança e ordem pública
					75.25-6	Defesa Civil
			75.3	Seguridade social	75.30-2	Seguridade social

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL – IPDF – GDF — R.T.: CREA :

NORMAS DE EDIFICAÇÃO, USO E GABARITO

NGB –38/2000 — BRASÍLIA – RA I — SAF/SUL Setor de Administração Federal Sul — Quadra 1 ~~Lotes 1,2,3,4,5,6 e 7~~

FOLHA: 01/04	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVO:
DATA: ABRIL 2000	Cláudia Gontijo	Marise Medeiros Gerente	Rosemay Martins Diretora DIPRO	Sylvia Klarmann Presidente IPDF

3.2 – Uso Complementar :

É permitido o uso comercial de bens e serviços/atividade para intermediação financeira , exclusive seguros e previdência privada e coletivo/atividades de educação e entidades recreativas , culturais e desportivas como uso complementar, conforme tabela de Classificação de Usos e Atividades, aprovada pelo Decreto nº 19.071 de 06/03/98.

USO	ATIVIDADE CÓDIGO	ATIVIDADE	GRUPO CÓDIGO	GRUPO	CLASSE CÓDIGO	CLASSE
Comercial de Bens e Serviços	65	Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada	65.1	Banco Central	65.10-2	Banco Central
			65.2	Intermediação monetária – depósitos à vista	65.21-8	Banco comerciais
					65.22-6	Bancos múltiplos (com carteira comercial)
					65.23-4	Caixas econômicas
					65.24-2	Cooperativas de crédito
			65.3	Intermediação monetária - outros tipos de depósitos	65.31-5	Bancos múltiplos (sem carteira comercial)
					65.32-3	Bancos de investimento
					65.33-1	Bancos de desenvolvimento
					65.34-0	Crédito imobiliário
					65.35-8	Sociedades de crédito, financiamento e investimento

USO	ATIVIDADE CÓDIGO	ATIVIDADE	GRUPO CÓDIGO	GRUPO	CLASSE CÓDIGO	CLASSE
Coletivo	85-8	Serviços Sociais	85.3	Serviços Sociais	85.32-4	Serviços Sociais sem alojamento
	91	Entidades associativas	91.2	Serviços de organizações sindicais	91.20-0	Serviços de organizações sindicais
	92	Entidades recreativas, culturais e desportivas	92.3	Outros serviços artísticos e de espetáculos	92.31-2	Serviços de teatro, música e outros serviços artísticos e literários
			92.5	Serviços de bibliotecas, arquivos, museus e outros serviços culturais	92.51-7	Serviços de bibliotecas e arquivos
					92.52-5	Serviços de museus e conservação do patrimônio histórico

4 – AFASTAMENTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS

ENDEREÇO	FRENTE	FUNDO	LATERAL DIREITA	LATERAL ESQUERDA
SAF/S Quadra 1 L.1,2 e 6	5,00	5.00	5,00	30,00
SAF/S Quadra 1 L. 3 e 7	5,00	5,00	30,00	5,00
SAF/S Quadra 1 L. 4	5,00	16,00	30,00	5,00
SAF/S Quadra 1 L. 5	5,00	16.00	5,00	30,00

5 – TAXA DE OCUPAÇÃO

(Projeção horizontal da área edificada/ área total do lote) x 100
LOTES 1,2,3,6 e 7 -TmáxO = 46% (quarenta e seis por cento) da área do lote
LOTES 4 e 5 -TmáxO = 40% (quarenta por cento) da área do lote

6 – TAXA DE CONSTRUÇÃO (COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO)

(Área total edificada : área do lote) x 1000

Lotes 1,2,3,6, e 7 – TmáxC = 230% (duzentos e trinta por cento) da área do lote

Lotes 4 e 5 - TmáxC = 200%(duzentos por cento) da área do lote

7 – PAVIMENTOS

7.a) O número obrigatório de pavimentos é de 5 (cinco).

7.b) Subsolo(s) – é obrigatório a construção de subsolo em 1 (um) nível, destinado, optativamente, a garagem e a atividades transitórias de uso diurno e noturno. É optativa a construção de outros níveis que, caso existam, destinar-se-ão unicamente a garagem. Poderão ocupar toda a área do lote, não sendo computados na taxa máxima de construção.

7.c) Será permitida a construção de 25% (vinte e cinco por cento) da área do andar de coroamento (cobertura) com equipamentos (caixa d'água, casas de máquinas)

8 – ALTURA MÁXIMA

A altura máxima da edificação permitida para a edificação é de 17,00 (dezessete metros) contados a partir da cota de soleira, a ser fornecida pelo Serviço de Topografia da Administração Regional competente, até o coroamento dos prédios , computado caixa d'água, casa de máquinas.

9 – ESTACIONAMENTO E GARAGEM

Será obrigatória a implantação de estacionamento, dentro dos limites do lote, em superfície e/ou subsolo, na proporção de 1 (uma) vaga de 25,00 m² (vinte e cinco metros quadrados) para cada 50,00 m² (cinquenta metros quadrados) de área construída. Os estacionamentos em superfície devem observar o critério de arborização de 1 (ima) árvore para cada 2 (duas) vagas, estando as mesmas incluídas na taxa mínima de área verde, na proporção de 50 % (cinquenta por cento) da área de estacionamento.

10 - TAXA MÍNIMA DE ÁREA VERDE

É obrigatória a reserva de área verde (arborizada e/ou ajardinada) dentro dos limites do lote com taxa mínima de 20% (vinte por cento) da área do mesmo, que deverá estar implantada por ocasião da expedição da " Carta de Habite-se " .

11 – TRATAMENTO DAS DIVISAS

É proibido o cercamento de todas as divisas do lote, seja do tipo grade, alambrado ou qualquer outro.

17 – ACESSOS

O acesso de veículos ao lote deverá ser feito através das vias locais perpendiculares à via S2Leste, com rampas de entrada e saída.

18 – DISPOSIÇÕES GERAIS

18.a – Esta NGB é composta pelos itens: 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,17 e18.

18.b – Para os lotes 1,2,3 e 5 os usos complementares previstos no item 3.2 poderão ocupar o máximo de 40% (quarenta por cento) da taxa máxima de construção estabelecida para os lotes.

PROCESSOS: 030.010.290/99

DECISÕES/ATOS:

DECRETOS:

PUBLICAÇÃO:

REGISTRO NO CARTÓRIO DO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, em

1 – LOCALIZAÇÃO

Setor de Administração Federal – SAF/S
Quadra 2 Lotes 1,2,3,4,5 e 6

2 – PLANTAS DE PARCELAMENTO

SAF/S – URB 02/2000 – Folha 07/19 (SICAD 138-I-4-B)
SAF/S – URB 02/2000 – Folha 06/19 (SICAD 138-I-4-A)

3 – USOS E ATIVIDADES:

3.1 – Uso Predominante :

É permitido o uso coletivo/atividade para administração pública, defesa e seguridade social como uso predominante, e também o uso comercial de bens e serviços como uso complementar , desde que inseridos no corpo do edifício, conforme tabela de Classificação de Usos e Atividades, aprovada pelo Decreto nº 19.071 de 06/03/98.

USO	ATIVIDADE CÓDIGO	ATIVIDADE	GRUPO CÓDIGO	GRUPO	CLASSE CÓDIGO	CLASSE
Coletivo	75	Administração Federal, Defesa e Seguridade Social	75.1	Administração do estado e da política econômica e social	75.11-6 75.12-4 75.13-2 75.14-0	Administração pública em geral Regulação dos serviços de saúde, educação e culturais Regulação dos serviços econômicos Serviços de apoio à *administração pública*
			75.2	Serviços prestados pela administração pública	75.21-3 75.22-1 75.23-0 75.24-8 75.25-6	Relações exteriores Defesa Justiça Segurança e ordem pública Defesa Civil
			75.3	Seguridade social	75.30-2	Seguridade social

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL – IPDF – GDF

R.T:
CREA :

NORMAS DE EDIFICAÇÃO, USO E GABARITO

NGB –39/2000

BRASÍLIA – RA I
SAF/SUL Setor de Administração Federal Sul
Quadra 2 Lotes 1,2,3,4,5 e 6

FOLHA: 01/04	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVO
DATA: ABRIL 2000	Cláudia Gontijo	Marise Medeiros Gerente	Rosemay Martins Diretora DIPRO	Eliana Marmana Presidente IPDF

3.2 – Uso Complementar :

É permitido o uso comercial de bens e serviços/atividade para intermediação financeira , exclusive seguros e previdência privada e coletivo/atividades de educação e entidades recreativas , culturais e desportivas como uso complementar, conforme tabela de Classificação de Usos e Atividades, aprovada pelo Decreto nº 19.071 de 06/03/98.

USO	ATIVIDADE CÓDIGO	ATIVIDADE	GRUPO CÓDIGO	GRUPO	CLASSE CÓDIGO	CLASSE
Comercial de Bens e *Serviços*	65	Intermediação *financeira*, exclusive seguros e previdência privada	65.1	Banco Central	65.10-2	Banco Central
			65.2	Intermediação monetária – depósitos à vista	65.21-8 65.22-6 65.23-4 65.24-2	Banco comerciais Bancos múltiplos (com carteira comercial) Caixas econômicas Cooperativas de crédito
			65.3	Intermediação monetária - outros tipos de depósitos	65.31-5 65.32-3 65.33-1 65.34-0 65.35-8	Bancos múltiplos (sem carteira comercial) Bancos de investimento Bancos de desenvolvimento Crédito imobiliário Sociedades de crédito, financiamento e investimento

USO	ATIVIDADE CÓDIGO	ATIVIDADE	GRUPO CÓDIGO	GRUPO	CLASSE CÓDIGO	CLASSE
Coletivo	85-8	Serviços Sociais	85.3	Serviços Sociais	85.32-4	Serviços Sociais sem alojamento
	91	Entidades associativas	91.2	Serviços de organizações sindicais	91.20-0	Serviços de organizações sindicais
	92	Entidades recreativas, culturais e desportivas	92.3	Outros serviços artísticos e de espetáculos	92.31-2	Serviços de teatro, música e outros serviços artísticos e literários
			92.5	Serviços de bibliotecas, arquivos, museus e outros serviços culturais	92.51-7 92.52-5	Serviços de bibliotecas e *arquivos* Serviços de museus e conservação do patrimônio histórico

4 – AFASTAMENTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS

FRENTE (m)	FUNDO (m)	LATERAL DIREITA (m)	LATERAL ESQUERDA (m)
5,00	5.00	5,00	5,00

5 – TAXA DE OCUPAÇÃO

(Projeção horizontal da área edificada/ área total do lote) x 100
TmáxO = 40% (quarenta por cento) da área do lote

6 – TAXA DE CONSTRUÇÃO (COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO)

(Área total edificada : área do lote) x 100
TmáxC = 130% (cento e trinta por cento) da área do lote

7 – PAVIMENTOS

7.a) Subsolo(s) – obrigatório, com taxa máxima de ocupação de 70% (setenta por cento) , destinado às atividades permitidas no item 3, a garagem e/ou depósito. Sua área não será computada na taxa máxima de construção unicamente no caso de garagem e/ou depósito. É optativa a construção de outros níveis destinados à garagem.

7.b) Será permitida a ocupação de 40% (quarenta por cento) do andar de coroamento (cobertura) com equipamentos (caixa d'água, casa de máquinas) e terraço coberto.

8 – ALTURA MÁXIMA

A altura máxima permitida para a edificação é de 17,00 (dezessete metros) contados a partir da cota de soleira, a ser fornecida pelo Serviço de Topografia da Administração Regional competente, incluindo caixa d'água, casa de máquinas, terraço coberto.

9 – ESTACIONAMENTO E GARAGEM

Será obrigatória a implantação de estacionamento na proporção de 1 (uma) vaga de 25,00 m² (vinte e cinco metros quadrados) para cada 50,00 m² (cinquenta metros quadrados) de área construída, sejam em estacionamentos internos à área do lote ou em subsolos conforme descritos no item 7.a desta NGB. Os estacionamentos em superfície devem observar o critério de arborização de 1 (uma) árvore para cada 2 (duas) vagas, estando as mesmas incluídas na taxa mínima de área verde, na proporção de 50 % (cinquenta por cento) da área de estacionamento.

10 - TAXA MÍNIMA DE ÁREA VERDE

É obrigatória a reserva de área verde (arborizada e/ou ajardinada) dentro dos limites do lote com taxa mínima de 20% (vinte por cento) da área do mesmo, que deverá estar implantada por ocasião da expedição da " Carta de Habite-se " .

18 – DISPOSIÇÕES GERAIS

18.a – Esta NGB é composta pelos itens: 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10 e18.

18.b – Os usos complementares previstos no item 3.2 poderão ocupar o máximo de 40 % (quarenta por cento) da taxa máxima de construção estabelecida para os lotes.

PROCESSOS: 030.010.290/99

DECISÕES/ATOS:

DECRETOS:

PUBLICAÇÃO:

REGISTRO NO CARTÓRIO DO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, em

1 – LOCALIZAÇÃO

Setor de Administração Federal – SAF/S
Quadra 2 Lotes 7, 8 e 9

2 – PLANTAS DE PARCELAMENTO

SAF/S – URB 02/2000 – Folha 06/19 (SICAD 138-I-4-A)

3 – USOS E ATIVIDADES:

É permitido o uso comercial de bens e serviços com atividades descritas no Anexo I dessa NGB, conforme tabela de Classificação de Usos e Atividades, aprovada pelo Decreto nº 19.071 de 06/03/98.

5 – TAXA DE OCUPAÇÃO

(Projeção horizontal da área edificada/ área total do lote) x 100
TmáxO = 100% (cem por cento) da área do lote

OBS. : Será obrigatória a execução de galeria em todo o perímetro do lote, e interna ao mesmo, com largura mínima de 3,00 (três metros) e altura mínima de 2,80 (dois metros e oitenta centímetros).

7 – PAVIMENTOS

7.a) Número obrigatório de pavimentos : 2 (dois).

7.b) Subsolo(s) – obrigatório e destina-se a garagem e/ou depósito, podendo exceder , no máximo, 40% (quarenta por cento) da área do lote.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL – IPDF – GDF
R.T:
CREA :

NORMAS DE EDIFICAÇÃO, USO E GABARITO

NGB –40/2000

BRASÍLIA – RA I
SAF/SUL Setor de Administração Federal Sul
Quadra 2 Lotes 7,8 e 9

FOLHA: 01/06	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVO:
DATA: ABRIL 2000	Cláudia Gontijo	Marise Medeiros Gerente	Rosemay Martins Diretora DIPRO	Eliane Klarmann Presidente IPDF

8 – ALTURA MÁXIMA

A altura máxima permitida para a edificação é de 7,00 (sete metros) contados a partir da cota de soleira, a ser fornecida pelo Serviço de Topografia da Administração Regional competente, excluindo caixa d'água, casa de máquinas, terraço coberto, etc...

9 – ESTACIONAMENTO E GARAGEM

Será obrigatória a implantação de estacionamento de veículos dentro dos limites do lote, em subsolo na proporção de 1 (uma) vaga de 25,00 m² (vinte e cinco metros quadrados) para cada 50,00 m² (cinquenta metros quadrados) de área construída.

17 – ACESSOS

Os acessos de veículos ao subsolo deverão ocorrer através da via ES-3 Sul , com rampas de entrada e saída.

18 – DISPOSIÇÕES GERAIS

18.a – Esta NGB é composta dos itens 1,2,3,5,7,8,9,17 e 18.

ANEXO I

USO	ATIVIDADE CÓDIGO	ATIVIDADE	GRUPO CÓDIGO	GRUPO	CLASSE CÓDIGO	CLASSE
Comercial de Bens e Serviços	50-8	Comércio a Varejo de Combustíveis	50.5	Comércio a varejo de combustíveis	50.50-4	Comércio a varejo de combustíveis
	52	Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	52.2	Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo, em lojas especializadas	52.21-3	Comércio varejista de produtos de padaria, de laticínio, frios e conservas
					52.22-1	Comércio varejista de doces, balas, bombons, confeitos e semelhantes
					52.23-0	Comércio varejista de carnes açougues
					52.24-8	Comércio varejista de bebidas
					52.29-9	Comércio varejista de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente e *produtos de fumo*
			52.3	Comércio varejista de tecidos, artigos de armarinho, vestuário, calçados, em lojas especializadas	52.31-0	Comércio varejista de tecidos e artigos de armarinho
					52.32-9	Comércio varejista de artigos do vestuário e complementos
					52.33-7	Comércio varejista de calçados, artigos de couro e viagem
			52.4	Comércio varejista de outros produtos, em lojas especializadas	52.41-8	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, artigos médicos e ortopédicos, de perfumaria e cosméticos
					52.42-6	Comércio varejista de máquinas e aparelhos de usos domésticos e pessoal, discos e instrumentos musicais
			52.4-A	Comércio varejista de outros produtos, em *lojas especializadas*	52.45-0	*Comércio varejista de* equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação
					52.46-9	Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria
					52.49-3	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
			52.5	Comércio varejista de artigos usados , em lojas	52.50-7	Comércio varejista de artigos usados , em lojas
			52.6	Comércio varejista não realizado em lojas	52.61-2	Comércio varejista de artigos em geral, por catálogo ou pedido pelo correio
					52.69-8	Comércio varejista realizado em vias públicas, postos móveis, através de máquinas automáticas e a domicílio

ANEXO I

USO	ATIVIDADE CÓDIGO	ATIVIDADE	GRUPO CÓDIGO	GRUPO	CLASSE CÓDIGO	CLASSE
Comercial de Bens e Serviços	52	Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	52.7	Reparação de objetos pessoais e domésticos	52.71-0	Reparação e manutenção de máquinas e de aparelhos eletrodomésticos

					52.72-8	Reparação de calçados
					52.79-5	Reparação de outros objetos pessoais e domésticos
	55-B	Serviços de alimentação	55.2	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação		
					55.21-2	Restaurantes e estabelecimentos de bebidas , com serviço completo
					55.22-0	Lanchonetes e similares
					55.23-9	Cantinas (serviços de alimentação privativos)
					55.24-7	Fornecimento de comida preparada
					55.29-0	Outros serviços de alimentação
	63.B	Serviços de agências de viagens	63.3	Serviços de agências de viagens e organizadores de viagens		
					63.30-4	Serviços de agências de viagens e organizadores de viagem
	64-A	Serviços de correio	64.1	Serviços de correio	64.11-4	Serviço de Correio Nacional
					64.12-2	Outros serviços de correio
	64-B	Serviços de Telecomunicações	64.2	Serviços de Telecomunicações	64.20-3	Serviços de Telecomunicações
	65	Intermediação financeira , exclusive seguros e previdência privada				
			65.1	Banco Central	65.10-2	Banco Central
			65.2	Intermediação monetária – depósitos à vista		
					65.21-8	Bancos comerciais
					65.22-6	Bancos múltiplos (com carteira comercial)
					65.23-4	Caixas econômicas
					65.24-2	Cooperativas de crédito
			65.3	Intermediação monetária – outros tipos de depósitos		
					65.1-5	Bancos múltiplos (sem carteira comercial)
					65.32-3	Bancos de investimento
					65.33-1	Bancos de desenvolvimento
					65.34-0	Crédito imobiliário
					65.35-8	Sociedades de crédito, financiamento e investimento
			65.5	Outros serviços de concessão de crédito		
					65.51-0	Agências de desenvolvimento
					65.59-5	Outros serviços de concessão de crédito

ANEXO I

USO	ATIVIDADE CÓDIGO	ATIVIDADE	GRUPO CÓDIGO	GRUPO	CLASSE CÓDIGO	CLASSE
Comercial de Bens e Serviços	65	Intermediação financeira , exclusive seguros e previdência privada (continuação)	65.9	Outros serviços de intermediação financeira, não especificados anteriormente		
					65.91-9	Fundos mútuos de investimento
					65.92-7	Sociedades de capitalização
					65.99-4	Outros serviços de intermediação financeira, não especificados anteriormente
	66	Seguros e previdência privada	66.1	Seguros de vida e não-vida		
					66.11-7	Seguros de vida
					66.12-5	Seguros não-vida
					66.13-3	Resseguros
			66.2	Previdência privada	66.21-4	Previdência privada fechada
					66.22-2	Previdência privada aberta
			66.3	Planos de saúde	66.30-3	Planos de saúde
	71-A	Aluguel de Veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores	71.1	Aluguel de automóveis	71.10-2	Aluguel de automóveis
	71-B	Aluguel de objetos pessoais e domésticos	71.4	Aluguel de objetos pessoais e domésticos		
					71.40-4	Aluguel de objetos pessoais e domésticos
	72	Serviços de informática e conexas	72.1	Consultoria em sistemas de informática	72.10-9	Consultoria em sistemas de informática
			72.2	Desenvolvimento de programas de informática	72.20-6	Desenvolvimento de programas de informática
			72.3	Processamento de dados	72.20-3	Processamento de dados
			72.4	Serviços de banco de dados	72.40-0	Serviços de bancos de dados
	74	Serviços prestados principalmente às empresas	74.1	Serviços jurídicos, contábeis e de assessoria empresarial	74.11-0	Serviços jurídicos
					74.12-8	Serviços de contabilidade e auditoria
					74.13-6	Pesquisas de mercado e de opinião pública

ANEXO I

USO	ATIVIDADE CÓDIGO	ATIVIDADE	GRUPO CÓDIGO	GRUPO	CLASSE CÓDIGO	CLASSE
Comercial de Bens e Serviços					74.14-4	Gestão de participações societárias (holdings)
					74.15-2	Sedes de empresas e unidades administrativas locais
					74.16-0	Serviços de assessoria em gestão empresaria
			74.2	Serviços de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado	74.20-9	Serviços de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado
			74.4	Publicidade	74.40-3	Publicidade
			74.6	Serviço de investigação, vigilância e segurança	74.60-8	Serviço de investigação, vigilância e segurança
			74.7	Serviço de limpeza em prédios e domicílios	74.70-5	Serviços de limpeza em prédios e domicílios
			74.9	Outros serviços de serviços prestados principalmente à empresas	74.91-8	Serviços fotográficos
	93	Serviços pessoais	93.0	Serviços pessoais	93.01-7	Lavanderias e tinturarias
					93.02-5	Cabelereiros e outros tratamentos de beleza
					93.04-1	Serviços de manutenção do físico corporal

PROCESSOS: 030.010.290/99

DECISÕES/ATOS:

DECRETOS:

PUBLICAÇÃO:

REGISTRO NO CARTÓRIO DO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, em

1 – LOCALIZAÇÃO

Setor de Administração Federal – SAF/S
Quadra 3 Lote 2 , Quadra 5 Lotes 2 e 3

2 – PLANTAS DE PARCELAMENTO

SAF/S – URB 02/2000 – Folha 06/19 (SICAD 138-I-4-A)
SAF/S – URB 02/2000 – Folha 07/19 (SICAD 138-I-4-B)
SAF/S – URB 02/2000 – Folha 12/19 (SICAD 138-I-4-C)

3 – USOS E ATIVIDADES:

3.1 – Uso Predominante :

É permitido o uso coletivo/atividade para administração pública, defesa e seguridade social como uso predominante, e também o uso comercial de bens e serviços como uso complementar , conforme tabela de Classificação de Usos e Atividades, aprovada pelo Decreto nº 19.071 de 06/03/98.

USO	ATIVIDADE CÓDIGO	ATIVIDADE	GRUPO CÓDIGO	GRUPO	CLASSE CÓDIGO	CLASSE
Coletivo	75	Administração Federal, Defesa e Seguridade Social	75.1	Administração do estado e da política econômica e social	75.11-6	Administração pública em geral
						Regulação dos serviços sociais e culturais
					75.12-4	
					75.13-2	Regulação dos serviços econômicos
					75.14-0	
						Serviços de apoio à administração pública
			75.2	Serviços prestados pela administração pública	75.21-3	Relações exteriores
					75.22-1	Defesa
					75.23-0	Justiça
					75.24-8	Segurança e ordem pública
					75.25-6	Defesa Civil
			75.3	Seguridade social	75.30-2	Seguridade social

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL – IPDF – GDF

R.T:
CREA :

NORMAS DE EDIFICAÇÃO, USO E GABARITO

NGB –41/2000

BRASÍLIA – RA I
SAF/SUL Setor de Administração Federal Sul
Quadra 3 Lote 2 Quadra 5 Lotes 2 e 3

FOLHA: 01/04	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVO:
DATA: ABRIL 2000	Cláudia Gontijo	Marise Medeiros Gerente	Rosemay Martins Diretora DIPRO	Eliana Klarmann Presidente IPDF

3.2 – Uso Complementar :

É permitido o uso comercial de bens e serviços/atividade para intermediação financeira , exclusive seguros e previdência privada e coletivo/atividades de educação e entidades recreativas , culturais e desportivas como uso complementar e desde que integradas ao conjunto edificado, conforme tabela de Classificação de Usos e Atividades, aprovada pelo Decreto nº 19.071 de 06/03/98.

USO	ATIVIDADE CÓDIGO	ATIVIDADE	GRUPO CÓDIGO	GRUPO	CLASSE CÓDIGO	CLASSE
Comercial de Bens e Serviços	65	Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada	65.1	Banco Central	65.10-2	Banco Central
			65.2	Intermediação monetária – depósitos à vista	65.21-8	Banco comerciais
					65.22-6	Bancos múltiplos (com carteira comercial)
					65.23-4	Caixas econômicas
					65.24-2	Cooperativas de crédito
			65.3	Intermediação monetária - outros tipos de depósitos	65.31-5	Bancos múltiplos (sem carteira comercial)
					65.32-3	Bancos de investimento
					65.33-1	Bancos de desenvolvimento
					65.34-0	Crédito imobiliário
					65.35-8	Sociedades de crédito, financiamento e investimento

USO	ATIVIDADE CÓDIGO	ATIVIDADE	GRUPO CÓDIGO	GRUPO	CLASSE CÓDIGO	CLASSE
Coletivo	85-8	Serviços Sociais	85.3	Serviços Sociais	85.32-4	Serviços Sociais sem alojamento
	91	Entidades associativas	91.2	Serviços de organizações sindicais	91.20-0	Serviços de organizações sindicais
	92	Entidades recreativas, culturais e desportivas	92.3	Outros serviços artísticos e de espetáculos	92.31-2	Serviços de teatro, música e outros serviços artísticos e literários
			92.5	Serviços de bibliotecas, arquivos, museus e outros serviços culturais	92.51-7	Serviços de bibliotecas e arquivos
					92.52-5	Serviços de museus e conservação do patrimônio histórico

4 – AFASTAMENTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS

FRENTE (m)	FUNDO (m)	LATERAL DIREITA (m)	LATERAL ESQUERDA (m)
10,00	10.00	10,00	10,00

5 – TAXA DE OCUPAÇÃO

(Projeção horizontal da área edificada/ área total do lote) x 100
TmáxO = 40% (quarenta por cento) da área do lote

6 – TAXA DE CONSTRUÇÃO (COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO)

(Área total edificada : área do lote) x 100
TmáxC = 100%(cem por cento) da área do lote

7 – PAVIMENTOS

7.a) Subsolo(s) – é obrigatório, com taxa máxima de ocupação de 70% (setenta por cento), destinado às atividades permitidas no item 3, a garagem e/ou depósito. Sua área não será computada na taxa máxima de construção unicamente no caso de garagem e/ou depósito. É optativa a construção de outros níveis destinados à garagem.

7.b) Exclusivamente para o lote 2 da Quadra 5 será permitida a ocupação de 40% (quarenta por cento) do andar de coroamento (cobertura) com equipamentos (caixa d'água, casa de máquinas) e terraço coberto.

8 – ALTURA MÁXIMA

A altura máxima permitida para a edificação é de 17,00 (dezessete metros) , contados a partir da cota de soleira, a ser fornecida pelo Serviço de Topografia da Administração Regional competente, incluindo caixa d'água, casa de máquinas , terraço coberto .

9 – ESTACIONAMENTO E GARAGEM

Será obrigatória a implantação de estacionamento, dentro dos limites do lote, em superfície e/ou subsolo, na proporção de 1 (uma) vaga de 25,00 m² (vinte e cinco metros quadrados) para cada 50,00 m² (cinquenta metros quadrados) de área construída. Os estacionamentos em superfície devem observar o critério de arborização de 1 (uma) árvore para cada 2 (duas) vagas, estando as mesmas incluídas na taxa mínima de área verde, na proporção de 50 % (cinquenta por cento) da área de estacionamento.

10 - TAXA MÍNIMA DE ÁREA VERDE

É obrigatória a reserva de área verde (arborizada e/ou ajardinada) dentro dos limites do lote com taxa mínima de 20% (vinte por cento) da área do mesmo, que deverá estar implantada por ocasião da expedição da " Carta de Habite-se " .

17 – ACESSOS

O acesso de veículos ao lote 2 da Quadra 3 deverá ser feito através da via AFS 4 , para o lote 2 da Quadra 5 deverá ser feito pela via AFS 5 e para o lote 3 da Quadra 5 o acesso de veículos deverá ser feito pela via AFS 6 e/ou 7.

18 – DISPOSIÇÕES GERAIS

18.a – Esta NGB é composta pelos itens: 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,17 e18.

18.b – Os usos complementares previstos no item 3 poderão ocupar o máximo de 40 % (quarenta por cento) da taxa máxima de construção estabelecida para o lote.

PROCESSOS: 030.010.290/99

DECISÕES/ATOS:

DECRETOS:

PUBLICAÇÃO:

REGISTRO NO CARTÓRIO DO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, em

1 – LOCALIZAÇÃO

Setor de Administração Federal – SAF/S
Quadra 5 Lotes 1

2 – PLANTAS DE PARCELAMENTO

SAF/S – URB 02/2000 – Folha 17/19 (SICAD 138-I-4-A)

3 – USOS E ATIVIDADES:

É permitido o uso coletivo exclusivamente para atividade de eletricidade (código 40) do grupo produção e distribuição de energia elétrica (código 40.1), da classe produção e distribuição de energia elétrica (código 40.10-0) , conforme a tabela de Classificação de Usos e Atividades , aprovada pelo Decreto nº 19.071 de 06/03/98.

4 – AFASTAMENTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS

FRENTE (m)	FUNDO (m)	LATERAL DIREITA (m)	LATERAL ESQUERDA (m)
5,00	5.00	5,00	5,00

5 – TAXA DE OCUPAÇÃO

(Projeção horizontal da área edificada/ área total do lote) x 100
TmáxO = 40% (quarenta por cento) da área do lote

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL – IPDF – GDF

R.T:
CREA :

NORMAS DE EDIFICAÇÃO, USO E GABARITO

NGB –42/2000

BRASÍLIA – RA I
SAF/SUL Setor de Administração Federal Sul
Quadra 5 Lotes 1

FOLHA: 01/02	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVO:
DATA: ABRIL 2000	Cláudia Gontijo	Marise Medeiros Gerente	Rosemay Martins Diretora DIPRO	Eliana Klarmann Presidente IPDF

6 – TAXA DE CONSTRUÇÃO (COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO)

(Área total edificada : área do lote) x 100
TmáxC = 100%(cem e cinqüenta por cento) da área do lote

8 – ALTURA MÁXIMA

A altura máxima permitida para a edificação é de 15,00 (quinze metros) , contados a partir da cota de soleira, a ser fornecida pelo Serviço de Topografia da Administração Regional competente, incluindo caixa d'água, casa de máquinas , terraço coberto .

9 – ESTACIONAMENTO E GARAGEM

Será obrigatória a implantação de estacionamento, dentro dos limites do lote, em superfície e/ou subsolo, na proporção de 1 (uma) vaga de 25,00 m² (vinte e cinco metros quadrados) para cada 50,00 m² (cinquenta metros quadrados) de área construída. Os estacionamentos em superfície devem observar o critério de arborização de 1 (uma) árvore para cada 2 (duas) vagas, estando as mesmas incluídas na taxa mínima de área verde, na proporção de 50 % (cinquenta por cento) da área de estacionamento.

10 - TAXA MÍNIMA DE ÁREA VERDE

É obrigatória a reserva de área verde (arborizada e/ou ajardinada) dentro dos limites do lote com taxa mínima de 15% (quinze por cento) da área do mesmo, que *deverá estar implantada por ocasião da expedição da " Carta de Habite-se "*

18 – DISPOSIÇÕES GERAIS

18.a – Esta NGB é composta pelos itens: 1,2,3,4,5,6,8,9,10 e18.

PROCESSOS: 030.010.290/99
DECISÕES/ATOS:
DECRETOS:
PUBLICAÇÃO:
REGISTRO NO CARTÓRIO DO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, em

1 – LOCALIZAÇÃO

Setor de Administração Federal – SAF/S
Quadra 7 Lotes 1 e 2

2 – PLANTAS DE PARCELAMENTO

SAF/S – URB 02/2000 – Folha 12/19 (SICAD 138-I-4-C)

3 – USOS E ATIVIDADES:

3.1 – Uso Predominante :
É permitido o uso coletivo/atividade para administração pública, defesa e seguridade social como uso predominante, e também o uso comercial de bens e serviços como uso complementar , conforme tabela de Classificação de Usos e Atividades, aprovada pelo Decreto nº 19.071 de 06/03/98.

USO	ATIVIDADE CÓDIGO	ATIVIDADE	GRUPO CÓDIGO	GRUPO	CLASSE CÓDIGO	CLASSE
Coletivo	75	Administração Federal, Defesa e Seguridade Social	75.1	Administração do estado e da política econômica e social	75.11-6	Administração pública em geral
					75.12-4	Regulação dos serviços sociais e culturais
					75.13-2	Regulação dos serviços econômicos
					75.14-0	Serviços de apoio à administração pública
			75.2	Serviços prestados pela administração pública	75.21-3	Relações exteriores
					75.22-1	Defesa
					75.23-0	Justiça
					75.24-8	Segurança e ordem pública
					75.25-6	Defesa Civil
			75.3	Seguridade social	75.30-2	Seguridade social

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL – IPDF – GDF
R.T:
CREA :

NORMAS DE EDIFICAÇÃO, USO E GABARITO

NGB –43/2000

BRASÍLIA – RA I
SAF/SUL Setor de Administração Federal Sul
Quadra 7 Lotes 1 e 2

FOLHA: 01/04	PROJETO:	REVISÃO:	VISTO:	APROVO:
DATA: ABRIL 2000	Cláudia Gontijo	Marise Medeiros Gerente	Rosemay Martins Diretora DIPRO	Eliana Marmann Presidente IPDF

3.2 – Uso Complementar :

É permitido o uso comercial de bens e serviços/atividade para intermediação financeira , exclusive seguros e previdência privada e coletivo/atividades de educação e entidades recreativas , culturais e desportivas como uso complementar e desde que integradas ao conjunto edificado, conforme tabela de Classificação de Usos e Atividades, aprovada pelo Decreto nº 19.071 de 06/03/98.

USO	ATIVIDADE CÓDIGO	ATIVIDADE	GRUPO CÓDIGO	GRUPO	CLASSE CÓDIGO	CLASSE
Comercial de Bens e Serviços	65	Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada	65.1	Banco Central	65.10-2	Banco Central
			65.2	Intermediação monetária – depósitos à vista	65.21-8	Banco comerciais
					65.22-6	Bancos múltiplos (com carteira comercial)
					65.23-4	Caixas econômicas
					65.24-2	Cooperativas de crédito
			65.3	Intermediação monetária - outros tipos de depósitos	65.31-5	Bancos múltiplos (sem carteira comercial)
					65.32-3	Bancos de investimento
					65.33-1	Bancos de desenvolvimento
					65.34-0	Crédito imobiliário
					65.35-8	Sociedades de crédito, financiamento e investimento

USO	ATIVIDADE CÓDIGO	ATIVIDADE	GRUPO CÓDIGO	GRUPO	CLASSE CÓDIGO	CLASSE
Coletivo	85-8	Serviços Sociais	85.3	Serviços Sociais	85.32-4	Serviços Sociais sem alojamento
	91	Entidades associativas	91.2	Serviços de organizações sindicais	91.20-0	Serviços de organizações sindicais
	92	Entidades recreativas, culturais e desportivas	92.3	Outros serviços artísticos e de espetáculos	92.31-2	Serviços de teatro, música e outros serviços artísticos e literários
			92.5	Serviços de bibliotecas, arquivos, museus e outros serviços culturais	92.51-7	Serviços de bibliotecas e arquivos
					92.52-5	Serviços de museus e conservação do patrimônio histórico

4 – AFASTAMENTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS

FRENTE (m)	FUNDO (m)	LATERAL DIREITA (m)	LATERAL ESQUERDA (m)
5,00	5,00	5,00	5,00

5 – TAXA DE OCUPAÇÃO

(Projeção horizontal da área edificada/ área total do lote) x 100
TmáxO = 40% (quarenta por cento) da área do lote

6 – TAXA DE CONSTRUÇÃO (COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO)

(Área total edificada : área do lote) x 100
TmáxC = 100%(cem por cento) da área do lote

7 – PAVIMENTOS

7.a) Subsolo(s) – é obrigatório, com taxa máxima de ocupação de 70% (setenta por cento), destinado às atividades permitidas no item 3, a garagem e/ou depósito. Sua área não será computada na taxa máxima de construção unicamente no caso de garagem e/ou depósito. É optativa a construção de outros níveis destinados à garagem.

8 – ALTURA MÁXIMA

A altura máxima permitida para a edificação é de 17,00 (dezessete metros) , contados a partir da cota de soleira, a ser fornecida pelo Serviço de Topografia da Administração Regional competente, incluindo caixa d'água, casa de máquinas , terraço coberto .

9 – ESTACIONAMENTO E GARAGEM

Será obrigatória a implantação de estacionamento, dentro dos limites do lote, em superfície e/ou subsolo, na proporção de 1 (uma) vaga de 25,00 m² (vinte e cinco metros quadrados) para cada 50,00 m² (cinquenta metros quadrados) de área construída. Os estacionamentos em superfície devem observar o critério de arborização de 1 (uma) árvore para cada 2 (duas) vagas, estando as mesmas incluídas na taxa mínima de área verde, na proporção de 50 % (cinquenta por cento) da área de estacionamento.

10 - TAXA MÍNIMA DE ÁREA VERDE

É obrigatória a reserva de área verde (arborizada e/ou ajardinada) dentro dos limites do lote com taxa mínima de 20% (vinte por cento) da área do mesmo, que deverá estar implantada por ocasião da expedição da " Carta de Habite-se " .

18 – DISPOSIÇÕES GERAIS

18.a – Esta NGB é composta pelos itens: 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10 e18.
18.b – Os usos complementares previstos no item 3 poderão ocupar o máximo de 40 % (quarenta por cento) da taxa máxima de construção estabelecida para o lote.

CONSELHO DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO DISTRITO FEDERAL

COMITÊ DE CONSULTA PRÉVIA

DELIBERAÇÃO Nº 45 – CCP, DE 2 DE AGOSTO DE 2000

O Comitê de Consulta Prévia – CCP – CPDI/DF, nos termos da Lei n.º 2.427, de 14 de julho de 1999. regulamentada pelo Decreto n.º Decreto n.º 21.077, de 23 de março de 2000 e tendo em vista o Decreto 20.422 de 20 de julho de 1999, decide:
Art. 1°. Não acolher as Cartas-Consulta abaixo citadas pleiteantes de incentivo econômico do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal – PRÓ/DF conforme Ata da 38ª Reunião Ordinária do Comitê de Consulta Prévia realizada em 02/08/2000.

Processo	Empresa
160.000.680/2000	E.R LUCIO ME
160.000.783/2000	GILBERTO JOSE PEREIRA & FILHO LTDA ME
160.000.754/2000	HELIO JOSE DE SOUZA ME
160.000.604/2000	LARISSA AUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
160.000.801/2000	MARIA ABADIA SANTANA ALBERNAZ ME
160.000.750/2000	NATANAEL ALVES DA SILVA ME
160.000.811/2000	PORTA DO SOL REPRESENTAÇÕES LTDA
160.000.762/2000	ROBERTO CABRAL DE LIMA ME
160.000.772/2000	SALES NETO LANTERNAGEM E PINTURA LTDA
160.000.744/2000	SILVANUSA RODRIGUES DA ROCHA CRUZ ME
160.000.741/2000	SILVANUSA RODRIGUES DA ROCHA CRUZ ME

Art. 2º . Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação. Brasília/DF, 02 de agosto de 2000.

OSMAR FERREIRA BARBOSA

SUPERINTENDÊNCIAS DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

RETIFICAÇÃO

Na Ratificação de Inexigibilidade de Licitação referente ao processo 141.008..218/99, publicada no DODF nº 139 de 21/07/2000, seção I página 57. ONDE SE LÊ. ADRIANO LEAL BARRETO , LEIA-SE: IOLANDO ANTONIO LOURENÇO.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA

DESPACHO DO ADMINISTRADOR
Em 3 de agosto de 2000

INTERESSADO: ELIANA DE SOUZA E OUTROS
ASSUNTO: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Com base nos Artigos 80 e 81 e de acordo com o que estabelece o inciso I do Artigo 38 e incisos II e IV do Artigo 39, do Decreto n.º 16.098/94, combinado com o inciso XI, Artigo 53, do Decreto n.º 16.247/94, o Administrador Regional de Ceilândia Interino, resolve:
Reconheço a Dívida, autorizo a emissão das Notas de Empenho, bem como sua liquidação pagamento em favor dos interessados, Elemento de Despesa nº 319092, no valor de R$ 1.511,28 (um mil, quinhentos e onze reais e vinte oito centavos), referente a mudanças de padrão de servidores desta RA.IX, exercícios findos, despesas de exercícios anteriores.
Encaminhe-se a Divisão de Administração Geral, para as providências cabíveis.

ANTÔNIO ROBERTO SANTA ROSA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 104, DE 2 DE AGOSTO DE 2000

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Inciso XXII, do Art. 53, Decreto n.º 16.247, de 29 de dezembro de 1994, e conforme determina o Art. 51 e seus Parágrafos, Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve: delegar ao Diretor da Divisão de Administração Geral - DAG, competência para examinar, conferir e assinar todas as folhas de freqüência da Administração Regional do Núcleo bandeirante que por ventura contenham a obrigatoriedade de serem assinadas pelo Administrador Regional, exceto o controle de freqüência do próprio DAG. Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO TÚLIO SANTANA RIOS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 1º DE AGOSTO DE 2000

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XLIII, do artigo 53 do Regimento Interno aprovado pelo Decreto n.º 16 247, de 29 de dezembro de 1994, combinado com o Parágrafo 1º, do Artigo 10, da Lei n.º 324, de 30/09/92, regulamentada pelo Decreto n.º 16 071, de 22/11/94, RESOLVE: I - AUTORIZAR a Transferência de ocupação da Banca de Jornais e Revistas n.º 05, da Quadra 08 Área Especial 04 em Sobradinho, de VALDIVINO PEREIRA VASCONCELOS para MAGNA LÚCIA BARBOSA II – DETERMINAR à Divisão Regional de Serviços Públicos a extrita observância dos parágrafos 2º e 3º , do artigo 10, da citada Lei.

I - AUTORIZAR a Transferência de ocupação da Banca de Jornais e Revistas n.º 07, da Quadra 14 em Sobradinho, de SANDRA MARIA M. SAMPAIO SILVA para IDIBAS SILVA MATEUS. II – DETERMINAR à Divisão Regional de Serviços Públicos a extrita observância dos parágrafos 2º e 3º , do artigo 10, da citada Lei.

ANTONIO MARDONIO RIBEIRO

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 26, DE 3 DE AGOSTO DE 2000

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 31, inciso V, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.061, de 24 de setembro de 1993, combinado com o artigo 17 do Decreto nº 21.170, de 05 de maio de 2000, e com os Decretos nº 21.247, de 08 de junho de 2000, e nº 21.331, de 07 de julho de 2000, com fundamento na delegação de competência conferida pela Resolução n.º 1.157/90-CTPC/DF, de 17 de setembro de 1990, do Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, e tendo em vista a solicitação do Departamento de Saúde Pública, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, contida no OF.N.º 829/2000-DSP/SES, resolve:
1. Autorizar, em caráter extraordinário, o transporte gratuito dos vacinadores participantes da 2ª Etapa da Campanha Nacional de Multivacinação do ano em curso, no dia 19 de agosto de 2000, no serviço convencional do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, quando devidamente identificados.
2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
3. Revogam-se as disposições em contrário.

ABDALA CARIM NABUT

COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL

DECISÕES DA DIRETORIA COLEGIADA EM 3 DE AGOSTO DE 2000

Processo 097.000373/2000. A Diretoria Colegiada RATIFICA, na forma do estatuído no art. 26 da Lei 8.666/93, a situação de inexigibilidade de licitação de que trata seu art. 25, "caput", concedida pelo Diretor-Presidente em 02/8/2000, visando a adquirir vales-transporte, para o mês de agosto de 2000, no valor global de R$2.167,86 (dois mil cento e sessenta e sete reais e oitenta e seis centavos), junto às empresas Viação Anapolina Ltda., R$1.868,86; Empresa Santo Antônio Transporte e Turismo Ltda., R$211,60; e Rápido Planaltina Ltda., R$87,40.

Paulo Victor Rada de Rezende; José Geraldo Maciel; Cairo Ramos; Luiz Gonzaga Rodrigues Lopes.

Processo 097.000376/2000. A Diretoria Colegiada RATIFICA, na forma do estatuído no art. 26 da Lei 8.666/93, a situação de inexigibilidade de licitação de que trata seu art. 25, "caput", concedida pelo Diretor-Presidente à empresa JOTABE PUBLICIDADE E PROMOÇÕES LTDA., em 31/7/2000, referente à aquisição de uma assinatura anual do JORNAL DO BRASIL, no valor total de R$432,00 (quatrocentos e trinta e dois reais).

Paulo Victor Rada de Rezende; José Geraldo Maciel; Cairo Ramos; Luiz Gonzaga Rodrigues Lopes.

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA SEFP Nº 222, DE 31 DE JULHO DE 2000

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta dos processos nºs 054.000.784/2000 e 052.001.174/2000, resolve:
I - Promover, na forma dos Anexos I, II, III e IV, a alteração dos Quadros de Detalhamento da Despesa da Polícia Militar do Distrito Federal e da Polícia Civil do Distrito Federal, aprovados pela Portaria nº 351 de 30 de dezembro de 1999.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação
III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

ANEXO I

ORÇAMENTO FISCAL

ACRÉSCIMO

Anexo à Portaria nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO			NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
220105/00001	**24105**	**POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**				37.300
06.128.0100.8502		ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref.: 800454	0095	DESENVOLVIMENTO DE RH PARA CAPACITAÇÃO	34.90.36	100	25.200	
		E QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL	34.90.92	100	12.100	
						37.300
200080					TOTAL	37.300

ANEXO II

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

ACRÉSCIMO

Anexo à Portaria nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
220103/00001	**24103 POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**				110.000
09.272.0000.9038	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref.: 005346	0001 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	31.90.92	130	10.000	10.000
220105/00001	**24105 POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**				
09.272.0000.9027	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref.: 005122	0001 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	31.90.03	130	100.000	100.000
200080				TOTAL	110.000

ANEXO III

ORÇAMENTO FISCAL

REDUÇÃO

Anexo à Portaria nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
220105/00001	**24105 POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**				37.300
06.128.0100.8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL				
Ref.: 800454	0095 DESENVOLVIMENTO DE RH PARA CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL	34.90.39	100	37.300	37.300
200081				TOTAL	37.300

ANEXO IV

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

REDUÇÃO

Anexo à Portaria nº — RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO		NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
220103/00001	**24103 POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**				110.000
09.272.0000.9038	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref.: 005346	0001 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	31.90.01	130	10.000	10.000
220105/00001	**24105 POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**				
09.272.0000.9027	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref.: 005122	0001 PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	31.90.92	130	100.000	100.000
200081				TOTAL	110.000

SUBSECRETARIA DA RECEITA
GERÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO Nº 24/00 – CECON/GERAR/SUREC/SEF

O GERENTE DE ARRECADAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei 937/95, de 13/10/95, regulamentada pelo Decreto nº 17.106/96, e o Decreto nº 16.106/94, DECLARA que foram autorizadas as seguintes compensações:

01- Recolhimento a maior do ISS referente ao período de março de 1992, no valor de R$ 6.817,07, com o ISS devido nos meses subseqüentes, a partir de julho de 2000, pela PPA - Planalto Serviços Gerais S/A, CGC nº 00.001.164/0001-33 (processo nº 043.001.865/95).

02– Pagamento em duplicidade do IPVA-99, do veículo de placa JJT 1200, no valor de R$ 188,79, com os débitos inscritos em Dívida Ativa/Outras Receitas em nome de Domingos Aparecido Mendes Manente, CPF nº 116.162.021-49 (processo nº 040.010.978/99).

CUSTÓDIO JOANES DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE SAÚDE

PORTARIA Nº 6, DE 2 DE AGOSTO DE 2000

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, artigo 32 do Regimento Interno da Secretaria Saúde, aprovado pelo Decreto nº 2.976, de 19 de agosto de 1975 e,

Considerando a delegação de competência de que trata o Decreto nº 21.297, de 28 de junho de 2000;

Considerando os termos da Cláusula Primeira do Convênio de Colaboração Mútua celebrado com a Fundação Universidade de Brasília, que objetiva desenvolver atividades integradas de Ensino, Assistência e Pesquisa na área de Saúde, R E S O L V E :

1. Criar Grupo de Trabalho com o objetivo de formular projeto e adotar as providências necessárias à implantação do curso de medicina a ser mantido pelo Governo do Distrito Federal.

2. Designar os profissionais a seguir para, sob a coordenação do primeiro, comporem o referido grupo:

PAULO AFONSO KALUME REIS – Secretário-Adjunto de Saúde;
RAIMUNDO BANDEIRA DA ROCHA – Chefe da Procuradoria Jurídica;
ROSÂNGELA CONDE WATANABE – Diretora do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde;
JOSÉ NOBRE FORMIGA FILHO – Diretor do Departamento de Recursos Médico-Assistenciais;
IVAN GONZAGA BARBOSA – Diretor da Seção de Residência e Internato;
MARIA CRISTINA FERREIRA SENA – Diretora da Divisão de Pesquisa;
CÂNDIDA ELISABETH DE ALMEIDA KANIAK – Médica – Assistente do CEDRHUS;
CLÁUDIO DUARTE DA FONSECA – Secretário de Políticas de Saúde/Ministério da Saúde
ABIB ANI CURY – Diretor da Faculdade de Ciências da Saúde – UNICEUB;
JOSÉ GARROFE DÓREA, Coordenador da Pós-Graduação em Ciências da Saúde da UnB;
MOURAD IBRAHIM BELACIANO, Diretor da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB;
PAULO SÉRGIO FRANÇA, Vice-Diretor da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB.

3. Deverá fazer parte do projeto:

3.1. as características do corpo docente, a saber: titulação, adequação à função de docência, produção científica e de serviços, experiência profissional acadêmica e não acadêmica, definição de atividades presenciais e de consultoria a alunos;

3.2. a organização didático-pedagógica e técnico-administrativa, a saber: política de qualificação acadêmica e técnica-administrativa, organização curricular do curso médico, áreas docentes e dos níveis de atenção adequadas ao ensino, acreditação e avaliação do curso e avaliação dos alunos;

3.3. a organização e adequação de instalações, a saber: recursos materiais, acreditação de laboratórios e de serviços adequados ao ensino de graduação, biblioteca, áreas de atuação junto à comunidade, outros.

4. Apresentar proposta de adaptação nos serviços e estrutura da SES-DF, e nos programas de Internato e de Residência Médica, em função do projeto do curso de medicina, visando a expansão da pós-graduação de pesquisa básica e operacional que resultem na melhoria da oferta dos serviços do SUS-DF.

5. O grupo terá o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos.

6. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOFRAN FREJAT

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 2 DE AGOSTO DE 2000

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS, O SECRETÁRIO DE GOVERNO E O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e considerando que a Lei nº 2.300, de 21 de janeiro de 1999, criou a Secretaria de Assuntos Fundiários, como "órgão que tem a seu cargo exercer a direção superior, no âmbito do Poder Executivo, da política rural e urbana" competindo-lhe, entre outras funções estabelecidas pelo Decreto nº 20.035, de 11 de fevereiro de 1999, "planejar, normatizar e fiscalizar o uso da propriedade fundiária e partição do solo, na forma da lei", resolvem:
Art. 1º Fica revogada a Portaria Conjunta nº 03/88-PRG/SVO/SEG, de 16 de março de 1988.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

NELSON TADEU FILIPPELLI

BENJAMIM SEGISMUNDO DE JESUS RORIZ

MIGUEL ANGELO FARAGE DE CARVALHO

PORTARIA Nº 16, DE 3 DE AGOSTO DE 2000

Delega competência ao Secretário-Adjunto de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 105, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
1- Delegar competência ao Secretário-Adjunto de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal para a prática dos seguintes atos administrativos:
I - Propor alteração de Quotas Trimestrais de Desembolso;
II - Propor abertura de crédito suplementar;
III - Propor abertura e reabertura de crédito especial;
IV - Propor alteração do Quadro de Detalhamento de Despesa;
V - Assinar e rescindir contratos de prestação de serviços, execução de obras e fornecimento de materiais, decorrentes de licitação, dispensa ou inexigibilidade;
VI - Celebrar e assinar termos aditivos aos contratos mencionados no item anterior;
VII - Autorizar prorrogação de prazos contratuais;
2 - Subdelegar competência ao Secretário-Adjunto de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal para praticar os seguintes atos administrativos, de que trata o Decreto nº 15.465, de 24 de fevereiro de 1994:
I - Ratificar os atos de dispensa de licitação previstos nos §§ 2º e 4º do artigo 17 e nos incisos III a XX, do artigo 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
II - Ratificar as situações de inexigibilidade referidas no artigo 25, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;
III - Deliberar sobre homologação de licitação, na modalidade de concorrência, realizada no âmbito da própria Secretaria e das entidades vinculadas.
3 - Todos os atos a serem praticados pela autoridade mencionada nesta Portaria obedecerão as normas específicas vigentes.
4 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TADEU FILIPPELLI

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 31 de julho de 2000

PROCESSO: 073.000104/2.000
INTERESSADO: EAN BRASIL ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AUT.COML.
ASSUNTO: Administração do código de barras EAN e divulgação das aplicações de automação comercial

RATIFICO a despesa em conformidade com o Art.26 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93, e alterações posteriores, face a INEXIGIBILIDADE de Licitação de acordo com o caput 25, do mesmo diploma lega. DETERMINO a emissão de nota de empenho em favor da EAN BRASIL ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AUTOMOÇÃO COMERCIAL, no valor de R$ 787,00 (setecentos e oitenta e sete reais), baseando-se no Art.38, Inciso I, combinado com o Art.39, Incisos I e II, do Decreto 16.098, de 29/11/94.

AGUINALDO LELIS

SECRETARIA DE CULTURA

DESPACHO DA SECRETÁRIA
Em 28 de julho de 2000

PROCESSO: 150.000856/2000
INTERESSADO: ADRIANA MATHIAS GOMES
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DO PROCESSO LICITATÓRIO
Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de ADRIANA MATHIAS GOMES, no valor de R$2.200,00 (DOIS MIL E DUZENTOS REAIS), especificado na Nota de Empenho Nº 0000893/2000, para fazer face às despesas com pagamento de cache, pela contratação do Grupo Luz do Samba, para o 11º festival de pagode de Brasília, no dia 29/07/2000.
A Inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Inciso III do artigo 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado.
Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao DAG/SCDF para os demais procedimentos administrativos.

PROCESSO: 150.000856/2000
INTERESSADO: ADIR DE OLIVEIRA SOUZA
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DO PROCESSO LICITATÓRIO
Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor de ADIR DE OLIVEIRA SOUZA, no valor de R$1.000,00 (HUM MIL REAIS), especificado na Nota de Empenho Nº 0000892/2000, para fazer face às despesas com pagamento de cache, pela contratação do Grupo da Cor do Samba, para o 11º festival de pagode de Brasília, no dia 29/07/2000.
A Inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Inciso III do artigo 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado.
Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao DAG/SCDF para os demais procedimentos administrativos.

PROCESSO: 150.000856/2000
INTERESSADO: PATRIMÔNIO, CONSULTORIA, PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE BENS E NÉGOCIOS LTDA.
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DO PROCESSO LICITATÓRIO
Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação em favor da empresa PATRIMÔNIO, CONSULTORIA, PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE BENS E NÉGOCIOS LTDA., no valor de R$1.000,00 (HUM MIL REAIS), especificado na Nota de Empenho Nº 0000891/2000, para fazer face às despesas com pagamento de cache, pela contratação do Grupo Karamba, para o 11º festival de pagode de Brasília, no dia 29/07/2000.
A Inexigibilidade de licitação foi fundamentada no Inciso III do artigo 25, da Lei 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo acima citado.
Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao DAG/SCDF para os demais procedimentos administrativos.

MARIA LUIZA DORNAS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DESPACHO DO DIRETOR PRESIDENTE
Em 1º de agosto de 2000

PROCESSO : 193.000.147/2000
INTERESSADO: Federação das Empresas Juniores do Distrito Federal - CONCENTRO.
ASSUNTO : Apoio financeiro a Evento
Ratifico o ato da Sra. Diretora Administrativa, que reconheceu a inexigibilidade, nos termos do caput do art. 25 da Lei n.º 8.666/93, para a execução pela Federação das Empresas Juniores do Distrito Federal - CONCENTRO, do evento "VIII Encontro Nacional de Empresas Juniores – ENEJ 2000"

ORLANDO DE LIMA JÚNIOR

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 1º de agosto de 2000
Ratifico nos termos do Artigo 26, da Lei n.º 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor do credor abaixo relacionado, no valor de R$ 3.468,60 (três mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos), para atender despesa com aquisição de vale transporte desta Secretaria, no mês de agosto/2000.
A Inexigibilidade foi fundamentada no "Caput", Art. 25, da Lei n.º 8.666/93, tendo em vista a justificativa e a documentação constante no processo supra.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral, para as providências complementares.

PROCESSO	INTERESSADO	VALOR	NOTA DE EMPENHO
030.000.086/00	BANCO DE BRASÍLIA S/A	R$ 3.468,60	NE00225/00-SCS

WELIGTON LUIZ MORAES

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

PORTARIA DE 27 DE JULHO DE 2000

O SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista o constante no processo 190.000.071/2000, resolve: Aplicar multa às empresas EDITORA SEMPER LTDA, no valor total de R$ 1,68 (hum real e sessenta e oito centavos); OÁSIS DISTRIBUIDORA LTDA, no valor total de R$ 6,02 (seis reais e dois centavos) e; MOVAP MÓVEIS LTDA, no valor total de R$ 3,96 (três reais e noventa e seis centavos), correspondente ao percentual de 0,3 % (três décimos por cento) sobre o valor total do material, com fulcro no art. - 87, inciso II. da Lei 8.666/93, C/c o art. 15, item 1, letra a), do Decreto nº 20.453/99, publicado no DODF de 30/07/99, respectivamente.

ANTÔNIO LUIZ BARBOSA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

DESPACHO DA SECRETÁRIA
Em 31 de julho de 2000

Processos : 102.001.166/2000
Interessado : EMBRATEL
Assunto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃ0

Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993, Ratifico a inexigibilidade de licitação, com fulcro no caput do artigo 25, do citado Diploma Legal, em favor da EMBRATEL S.A no valor de R$ 338,12 (trezentos e trinta e oito reais e doze centavos), referente a despesas com faturas telefônicas desta secretaria no corrente exercício. Nota de Empenho 2000NE000193.

IVELISE M. LONGHI PEREIRA DA SILVA

SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 2.036ª SESSÃO, REALIZADA EM 1º DE AGOSTO DE 2000
DECISÃO Nº 1.133

PROCESSO Nº : 111.000.880/2000
INTERESSADO: SEMED/TERRACAP
RELATOR – Diretor: RICARDO LIMA ESPINDOLA
A Diretoria, acolhendo o voto do relator, DECIDE ratificar o Ato do Sr. Presidente desta empresa, no prazo de 03 (três) dias, que autorizou a despesa no valor R$ 27.891,36 (vinte e sete mil, oitocentos e noventa e um reais e trinta e seis centavos), objetivando a aquisição de Vales Transporte para suprir os servidores da Companhia, no período de 10.08.2000 a 09.09.2000, com base nos termos do Art. 25 da nº 8.666/93, inexigibilidade de Licitação;

ALEXANDRE GONÇALVES
Presidente

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 2 de agosto de 2000

Processo nº 1951/2000
RATIFICO, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação com fulcro no *caput* do artigo 25 do mesmo diploma legal, no valor de R$ 390,00 (trezentos e noventa reais), em favor da EDITORA CONSULEX LTDA., referente à renovação do periódico "REVISTA L & C".
Encaminhe-se à Diretoria-Geral de Administração para publicação e demais providências.

MARLI VINHADELI

SECRETARIA DAS SESSÕES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3.516

Aos 27 dias do mês de julho de 2000, às 10 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO, JORGE CAETANO, MAURÍLIO SILVA e MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO, o Auditor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e a representante do Ministério Público junto a esta Corte, Procuradora-Geral MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, a Presidente, Conselheira MARLI VINHADELI, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foram aprovadas as atas das Sessões Ordinária nº 3515 e Extraordinárias Reservada nº 185 e Administrativa nº 316, todas de 25.7.2000.

A Senhora Presidente, acompanhada pelos demais membros do Colegiado, deu boas-vindas ao Auditor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, que retornou às suas atividades nesta Casa, após fruição de férias. O Auditor agradeceu a manifestação de cordialidade.

A Senhora Presidente deu conhecimento ao Plenário dos seguintes expedientes:

- Ofício nº 320/00-GAG, mediante o qual o Governador do Distrito Federal parabeniza a Conselheira MARLI VINHADELI pela sua eleição para o cargo de Presidente desta Corte, formulando votos de sucesso.

- Comunicação da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, encaminhando à Corte a decisão prolatada no Mandado de Segurança nº 200034000119376-9, impetrado por EDUARDO SOUSA DIAS e outros.

- Ofício nº 08/2000-PM, mediante o qual o Auditor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS comunica que reassumiu, a partir de 26 do corrente mês, as suas funções na Corte.

A seguir, submeteu à consideração do Plenário o Ofício nº 400/2000, da Procuradora-Geral MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, solicitando alteração das férias do Procurador JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES para o período de 31.7 a 18.8.00. - O Tribunal deferiu o pedido.

J U L G A M E N T O

PROCESSOS DEVOLVIDOS À PRESIDÊNCIA

A Senhora Presidente deu continuidade ao julgamento dos Processos nºs 1635/81 (Relator: Conselheiro RONALDO COSTA COUTO) e 2725/85 (Relator: Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA, de que pedira vista, em sessão anterior, o Conselheiro JORGE CAETANO (Revisor).

PROCESSO Nº 1635/81 (anexo o de nº 3307/90) - Aposentadoria de MARIA LUZIA DA COSTA SILVA-SE. - DECISÃO Nº 5662/00.- O Tribunal, com a concordância do Relator, Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, determinou o sobrestamento do julgamento da matéria tratada nos autos.

PROCESSO Nº 2725/85 - Revisão dos proventos da aposentadoria de DÉLIO BERNARDINO DE MELO-SEFP. - DECISÃO Nº 5663/00.- Havendo o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO pedido vista do processo, foi novamente adiado o seu julgamento.

Retornando aos relatos previstos, a Senhora Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ EDUARDO BARBOSA

PROCESSO Nº 3011/86 - Revisão dos proventos da aposentadoria de DEUSDEDIT JARDIM DA SILVA-SGA. - DECISÃO Nº 5664/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I – considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de Deusdedit Jardim da Silva, matrícula nº 4.824-0/SEA-DF; II – recomendar à Secretaria de Gestão Administrativa/DF que, posteriormente, adote providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) alterar o ato de fl. 76 a fim de excluir a expressão: "RETIFICAR" e incluir "REVER, com efeitos a contar de 05.02.92,"; b) alertar a interessada sobre a possibilidade de exercitar o direito de pleitear a contagem em dobro do período de 01.03.61 a 20.04.62, prestado à FEDF (fl. 04), desde que emitida a Certidão do próprio órgão, bem como pleitear o aproveitamento, para fins de ATS, de 159 dias de licenças para tratamento da própria saúde (fls. 08/09) e, por conseqüência, obter alteração no percentual de anuênios para 27%, a partir da vigência da Lei nº 8.112/90 no DF.

PROCESSO Nº 1201/92 - Aposentadoria de NARCÍSIO FERREIRA DE SOUZA-FEDF. - DECISÃO Nº 5665/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fim de registro, a aposentadoria de NARCÍSIO FERREIRA DE SOUZA, Matrícula nº 96.716-5/FEDF.

PROCESSO Nº 1982/92 - Aposentadoria de JOSÉ IRISMAR SOEIRO-SES. - DECISÃO Nº 5666/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de JOSÉ IRISMAR SOEIRO, matrícula nº 11.123-6/SES-DF; II - recomendar à Secretaria de Saúde que, posteriormente, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) cumprir o item "2" da Decisão - TCDF nº 13.206/95 (fl. 46), quanto à elaboração de novo abono provisório, em substituição ao de fl. 40, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de calcular a parcela "Adic. Lei 6.732/79" sobre 2/5 (dois quintos) do cargo DF-02; b) apurar se houve, porventura, quantias pagas a mais ao inativo a título de Vantagem Pessoal Lei nº 6.732/79, para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 125 da Lei nº 1.711/52; c) tornar sem efeito os documentos de fls. 9 e 40.

PROCESSO Nº 2162/92 - Aposentadoria de EURÍPEDES RODRIGUES DA COSTA-FEDF. - DECISÃO Nº 5667/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de Eurípedes Rodrigues da Costa, Matrícula nº 85.746-7-FEDF; II - recomendar à jurisdicionada que observe qual a repercussão, neste caso, da decisão a ser proferida nos autos do Processo nº 4076/97, no tocante ao cálculo da vantagem denominada Gratificação de Regência de Classe - GRC.

PROCESSO Nº 4755/92 - Aposentadoria de ADA TOLEDO ARANTES-PRG/DF. - DECISÃO Nº 5668/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de Ada Toledo Arantes, Matrícula nº 04.950-X/ PRG-DF; II - recomendar à Procuradoria Geral do Distrito Federal que adote providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) informar a competência na qual o percentual de ATS foi corrigido de 35% para 34%; b) juntar aos autos documentos que comprovem o ressarcimento ao erário da diferença paga a mais, nos termos do artigo 46 da Lei n.º 8.112/90; c) juntar aos autos documento que esclareça a natureza da parcela VANT. INDIV. IN, correspondente a R$ 936,21 (novecentos e trinta e seis reais e vinte e um centavos), lançada no demonstrativo de fl. 72.

PROCESSO Nº 4932/92 - Aposentadoria de WADEL CLARIMUNDO GONÇALVES-FEDF. - DECISÃO Nº 5669/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de WADEL CLARIMUNDO GONÇALVES, Matrícula nº 85.210-4/ FEDF; II - recomendar à FEDF que, posteriormente, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 91, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de corrigir o valor do total dos proventos que é de Cr$ 12.652.240,83; b) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 0650/94 - Aposentadoria de JOSEFINA ELERES DE PAULO-FHDF. - DECISÃO Nº 5670/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de Josefina Eleres de Paulo, Matrícula nº 101.357-2-FHDF; II - determinar à Fundação Hospitalar do DF que, posteriormente, proceda às seguintes correções que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 16, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de aplicar o percentual de ATS (28%) sobre o valor da parcela "vencimento"; b) apurar as quantias pagas a mais, a título de Adicional por Tempo de Serviço - ATS, providenciando o ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 1738/94 - Aposentadoria de HONORINA MARTINS COSTA-FHDF. - DECISÃO Nº 5671/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de Honorina Martins Costa, Matrícula nº 106.591-2-FHDF; II - recomendar à Fundação Hospitalar do DF que, posteriormente, proceda às seguintes correções que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) acostar aos autos certidão específica de tempo de serviço em que constem os 718 dias prestados pela servidora à FHDF, na condição de médica-residente, no período de 04.01.70 a 22.12.71, conforme noticiam os documentos de fls. 15/17; b) elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 54, com o intuito de incluir, para fins de adicionais por tempo de serviço, os 718 dias prestados como médica-residente à FHDF, alterando o percentual dos anuênios de 28% para 30%; c) confeccionar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 68, com observância ao disposto na Decisão Normativa (TCDF) nº 002/93, a fim de calcular o adicional por tempo de serviço sobre 30% do vencimento padrão da interessada, recalculando a parcela "Vant. Art. 184-II"; d) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 1381/95 - Aposentadoria de DÁLIA ZULMA ADJUTO ULHOA-FEDF. - DECISÃO Nº 5672/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de Dália Zulma Adjuto Ulhoa, Matrícula nº 63.755-6-FEDF; II - recomendar à Fundação Educacional do DF que, posteriormente, proceda às seguintes correções que serão objeto de verificação em futura auditoria: a) retificar o ato de fl. 22, alterado pelo de fl. 25, complementando o fundamento das vantagens relativas à incorporação de décimos, opção e representação, para respaldá-las no artigo 62 da Lei nº 8.112/90, combinado com os artigos 3º e 4º da Lei nº 8.911/94, "ex vi" do artigo 6º da Lei nº 1.004/96; b) elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 67 - apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de: b.1) incluir as parcelas relativas a opção e representação, de acordo com o exposto no item I; b.2) retificar o percentual relativo à Gratificação de Regência de Classe para o percentual de 4% e o relativo à Gratificação de Alfabetização para 2%; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 4327/97 (apenso o de nº 082.004.930/96) - Aposentadoria de ODETE CAIXETA DE SIQUEIRA MARANGONI-FEDF. - DECISÃO Nº 5673/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a aposentadoria de Odete Caixeta de Siqueira Marangoni, Matrícula nº 76.534-1/FEDF; II - recomendar à FEDF que, posteriormente, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) verificar o direito da servidora à incorporação aos proventos do percentual de 5% relativo aos Incentivos Funcionais, haja vista que ela percebia o benefício, conforme fls. 10 e 68 - apenso, constando inclusive da fundamentação do ato concessório, atentando para o fato de que ela percebe a parcela Gratificação de Titulação, no percentual de 12% e que pode ter havido opção pela troca de vantagem, conforme lhe faculta a Lei nº 771/94; b) anexar aos autos comprovação do direito à parcela Gratificação de Titulação; c) retificar o ato de concessão de fls. 46/48 - apenso, para incluir o artigo 7º da Lei nº 1.004/96 combinado com o artigo 4º da Lei nº 1.141/96, e excluir a fundamentação dos Incentivos Funcionais, caso não seja comprovado o direito, observado o item "a"; d) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 83 - apenso, observando a DN 02/93 - TCDF para: d1) fazer constar corretamente as vantagens previstas no artigo 7º da Lei 1.004/96, "décimos", em 6/10 DF 02 e 4/10 DF 06, conforme relatório de apuração de "quintos" à fl. 13 - apenso, devendo elas serem calculadas pela retribuição do cargo comissionado, ou seja, a soma do vencimento percebido e da representação mensal, conforme Decisão nº 3395/99, adotada no Processo nº 3871/96; d2) se for o caso, incluir a parcela intitulada "Incentivos Funcionais", à qual a ex-servidora faria jus, observado o item "a"; e) tornar sem efeito o documento substituído; f) observar qual a repercussão, neste caso, da decisão a ser proferida nos autos do Processo nº 4076/97, no tocante ao cálculo da vantagem Gratificação de Regência de Classe - GRC.

PROCESSO Nº 4376/97 (apenso o de nº 082.000.888/97) - Aposentadoria de MARIA SANTA ALVES COSTA-FEDF. - DECISÃO Nº 5674/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a aposentadoria de Maria Santa Alves Costa, Matrícula nº 92.023-1/FEDF; II - recomendar à FEDF que, posteriormente, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 36-apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, para calcular o ATS no percentual de 23%, vez que os períodos de licença para trato de doença em pessoa da família não são computados para adicionais, nos termos do artigo 103, II, da Lei nº 8.112/90, bem como para acrescentar a parcela relativa aos incentivos funcionais; b) apurar os valores pagos a mais à servidora a título de ATS para fins de ressarcimento ao erário, na forma do art. 46 da Lei nº 8112/90; c) tornar sem efeito o documento substituído; d) observar qual a repercussão, neste caso, da decisão a ser proferida nos autos do processo nº 4076/97, no tocante ao cálculo das vantagens Gratificação de Regência de Classe - GRC e Gratificação de Alfabetização-GAL.

PROCESSO Nº 4407/97 (apenso o de nº 082.007.925/96) - Aposentadoria de DIÔNE SALGADO RIBEIRO-FEDF. - DECISÃO Nº 5675/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de DIÔNE SALGADO RIBEIRO, Matrícula nº 94.334-7/FEDF; II - recomendar à FEDF que, posteriormente, adote a providência a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: - observar qual a repercussão, neste caso, da decisão a ser proferida nos autos do Processo nº 4076/97, no tocante ao cálculo da vantagem denominada Gratificação de Regência de Classe - GRC.

PROCESSO Nº 4455/97 (apenso o de nº 082.001.053/97) - Aposentadoria de ANGELA MARIA CARDOZO MARMO-FEDF. - DECISÃO Nº 5676/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I – considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de Angela Maria Cardozo Marmo, Matrícula nº 94.003-X/FEDF; II – recomendar à FEDF que, posteriormente, adote providências a seguir indicadas, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 27-apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de fazer constar discriminadamente a parcela relativa à Gratificação de Titulação (12%) no valor de R$ 85,90, vez que foi omitida no abono, apesar de seu valor já estar adicionado ao total de proventos; b) tornar sem efeito o documento substituído; c) observar qual a repercussão, neste caso, da decisão a ser proferida nos autos do Processo nº 4076/97, no tocante ao cálculo da vantagem denominada Gratificação de Regência de Classe - GRC.

PROCESSO Nº 4575/97 (apenso o de nº 082.018.331/96) - Aposentadoria de AIDÊ RIBEIRO SANTOS DOURADO-FEDF. - DECISÃO Nº 5677/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a

instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de AIDÊ RIBEIRO SANTOS DOURADO, Matrícula nº 78.109-6/FEDF; II - recomendar à FEDF que observe qual a repercussão, neste caso, da decisão a ser proferida nos autos do Processo nº 4076/97, no tocante ao cálculo das vantagens intituladas Gratificação de Regência de Classe - GRC e Gratificação de Alfabetização - GAL.

PROCESSO Nº 4600/97 (apenso o de nº 082.011.124/96) - Aposentadoria de LÉIA ACOSTA PEDROSO-FEDF. - DECISÃO Nº 5678/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fim de registro, a aposentadoria de Léia Acosta Pedroso, Matrícula nº 87.016-1/ FEDF; II - recomendar à FEDF que, posteriormente, adote as seguintes providências, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) elaborar novo abono provisório, em substituição ao da fl. 52-apenso, de acordo com a DN nº 02/93 - TCDF, a fim de corrigir a parcela Gratificação de Regência de Classe-GRC, que deverá ser calculada sobre o valor do vencimento acrescido da Gratificação de Titularidade integrais da servidora, de acordo com o entendimento firmado no Processo nº 865/97-TCDF; b) tornar sem efeito o documento substituído; III - alertar a FEDF sobre a repercussão, neste caso, da Decisão a ser proferida nos autos do Processo nº 4076/97, no tocante ao cálculo da vantagem denominada Gratificação de Regência de Classe - GRC.

PROCESSO Nº 1243/99 - Denúncia formulada pelos Deputados Distritais MARIA JOSÉ MANINHA, CHICO FLORESTA, PAULO TADEU, LÚCIA CARVALHO, WASNY DE ROURE, RODRIGO ROLLEMBERG e JOÃO DE DEUS acerca da edição do tablóide "TERRACAP", contendo promoção pessoal de autoridade ou servidor público, em janeiro/fevereiro de 1999. - DECISÃO Nº 5679/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - dar provimento parcial ao pedido de reexame da Decisão nº 40/2000, interposto pelo Ministério Público que funciona junto ao TCDF, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos, fl. 78, com as providências desta decisão; II - autorizar a extração de cópia do inteiro teor deste processo e sua remessa à Divisão de Planejamento e Modernização Administrativa - DIPLAN, para estudo da matéria em cooperação com a CICE, Consultoria Jurídica e Secretaria das Sessões (artigos 8º, incisos IV e VI, e 9º, inciso II, da Resolução nº 10, de 10/9/86) com vistas a oferecer em processo próprio, oportunamente e uma vez transitados em julgado os feitos envolvidos, sugestões no âmbito da uniformização de jurisprudência, sem prejuízo da imediata apensação dos autos originais às contas da TERRACAP do exercício de 1999, ordenada no item IV da decisão recorrida; III - dar ciência desta decisão aos autores da Representação que originou o feito; IV - encaminhar os autos ao Ministério Público, para ciência, autorizando, desde logo, o retorno à 3ª ICE, conforme o proposto no item II da conclusão da instrução, fl. 100.

PROCESSO Nº 3190/99 (apensos os de nºs 1843/95 e 061.006.661/97) - Pensão civil concedida a CELSO CARDOSO BORGES e outro-FHDF. - DECISÃO Nº 5680/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I) considerar legal, para fim de registro, a pensão civil instituída por Maria Assunção da Costa Borges, Matrícula nº 130.203-5-FHDF; II) determinar à Fundação Hospitalar do DF que, posteriormente, proceda à seguinte correção que será objeto de verificação em futura auditoria: a) editar ato para tornar sem efeito o de fl. 57-apenso e retificar o de fl. 49-apenso, a fim de incluir na fundamentação legal a alínea "c" , inciso I, artigo 217, da Lei nº 8.112/90, em lugar de alínea "a" e ainda incluir a alínea "a", inciso II, do mesmo artigo, no que se refere à inclusão do filho Celso Cardoso Borges Junior.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

PROCESSO Nº 3910/86 (anexo o de nº 4786/90) - Revisão dos proventos da aposentadoria de JOSÉ DAVID BASTOS-SGA. - DECISÃO Nº 5681/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu pela legalidade da concessão, para fins de registro do respectivo ato, devendo à Secretaria de Gestão Administrativa adotar, posteriormente, a seguinte providência, objeto de auditoria futura: - observar a possibilidade da contagem em dobro do tempo de serviço relativo aos períodos de 21.04.58 a 04.02.59 (fl. 07) e 13.01.61 a 20.04.62 (fl. 13), nos termos da Lei n.º 22/89.

PROCESSO Nº 1883/92 - Aposentadoria de CELIDA CAIXETA DE MOURA-FEDF. - DECISÃO Nº 5682/00.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto da Revisora, Conselheira MARLI VINHADELI, proferido na sessão ordinária realizada a 23 de maio último, tendo em conta a instrução, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato concessório em apreço; II) determinar à Fundação Educacional do DF que corrija o abono provisório de fls. 49, com vista à inclusão das vantagens a que se refere o art. 2º, § 3º, da Lei 6732/79, em consonância com a fundamentação legal do ato concessório; III) autorizar a 4ª ICE incluir os autos em roteiro de auditoria, com vista a verificar o cumprimento desta decisão. Vencido o Relator, que votou pela ilegalidade da concessão.

PROCESSO Nº 3921/93 (apenso o de nº 030.005.404/92) - Pensão civil concedida a MARIA DO SOCORRO DE JESUS RIBEIRO e outras-SGA. - DECISÃO Nº 5683/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu pela legalidade da concessão, para fins de registro do respectivo ato, devendo à Secretaria de Gestão Administrativa do DF, posteriormente, excluir a beneficiária temporária que completou a maioridade em 26.04.97, medida a ser objeto de auditoria futura.

PROCESSO Nº 0778/94 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 5684/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1526/95 (apenso o de nº 030.014.580/94) - Aposentadoria de MARIA LUCIA SILVA MAIA-SE. - DECISÃO Nº 5685/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu, preliminarmente, por diligência, com o prazo de 60 (sessenta) dias, para juntada de cópia do inteiro teor dos recursos interpostos no Mandado de Segurança n.º 3.234.

PROCESSO Nº 5060/95 (apenso o de nº 073.002.230/95) - Aposentadoria de JOÃO EVANGELISTA MADRUGA-SGA. - DECISÃO Nº 5686/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1096/96 (apensos os de nºs 4119/95, 6224/95, 1097/96 e 4 volumes) - Convênios firmados entre o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal e a Associação dos Carroceiros do Riacho Fundo. - DECISÃO Nº 5687/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4814/96 (apensos os de nºs 6241/96 e 063.000.078/96) - Prestação de contas anual dos dirigentes da Fundação Hemocentro de Brasília, referente ao exercício de 1995. - DECISÃO Nº 5688/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5173/96 (apenso o de nº 073.000.995/96) - Aposentadoria de GILBERTO ISONI-SGA. - DECISÃO Nº 5689/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5311/96 (apensos os de nºs 7310/91 e 082.002.972/95) - Aposentadoria de ANNE SHIRLEY ALBUQUERQUE PONTES ANDRADE-FEDF. - DECISÃO Nº 5690/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 7883/96 (apenso o de nº 082.000.397/96) - Aposentadoria de MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES DE OLIVEIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 5691/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu determinar à FEDF que adote as seguintes providências: I. retificar o ato de concessão de fls. 32/36 - apenso, para incluir em sua fundamentação legal o artigo 7º da lei n.º 1004/96; II. elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 69 - apenso, observando a DN 02/93 - TCDF, para: a) corrigir o valor da parcela Adicional por Tempo de Serviço - ATS; b) calcular a vantagem dos décimos pela retribuição do cargo comissionado, entendendo-se como tal a soma do vencimento percebido e da representação mensal, conforme item 3.2.1 da Decisão n.º 3395, adotada no Processo n.º 3871/96; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 1217/98 (apensos os de nºs 3530/91 e 030.009.591/97) - Pensão civil concedida a JOSÉ CHAVES FILHO e outros-SGA. - DECISÃO Nº 5692/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2874/98 (apensos os de nºs 3487/97, 760/98, 113.001.827/98 e 1 volume) - Prestação de contas anual dos dirigentes do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, referente ao exercício de 1997. - DECISÃO Nº 5693/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento da Prestação de Contas Anual da Autarquia referente ao exercício de 1997 - Processo nº 113.001.827/98; II. sobrestar o julgamento da PCA de 1997, até que se resolvam as questões afetas aos Processos nºs 3875/97 e 3919/96 desta Corte de Contas; III. autorizar: a) o arquivamento dos Processos apensos de nºs 3221/97, 4707/97, 760/98 e 3487/97 por serem desnecessários à continuidade dos autos em exame; b) o retorno dos autos à 3ª ICE, para acompanhar o deslinde dos processos sobrestantes.

PROCESSO Nº 3756/98 (apenso o de nº 101.000.706/98) - Aposentadoria de ROBERVAL BEZERRA DA SILVA-SGA. - DECISÃO Nº 5694/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu pela legalidade da concessão, para fins de registro do respectivo ato, devendo à Secretaria de Gestão Administrativa do DF adotar, posteriormente, a seguinte providência, objeto de auditoria futura: I - retificar o ato concessório de fl. 06 - apenso para incluir o artigo 3º da Lei n.º 8.911/94, o artigo 7º da Lei n.º 1.004/96, combinado com o artigo 4º, § único da Lei n.º 1864/98, conforme Decisão n.º 3395/99, adotada no Processo n.º 3871/96.

PROCESSO Nº 4692/98 (apenso o de nº 082.008.499/97) - Aposentadoria de MARIA NILZA MARQUES SOARES-FEDF. - DECISÃO Nº 5695/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar ilegal a concessão em exame, por falta do cumprimento do requisito temporal; II - determinar à FEDF que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF), o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 0693/99 (apenso o de nº 082.006.186/98) - Aposentadoria de ANTÔNIO GONÇALVES DE CARVALHO-FEDF. - DECISÃO Nº 5696/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência, com o prazo de 60 (sessenta) dias, para os seguintes fins: I - retificar o ato de fl. 77-apenso para incluir no fundamento legal o art. 3º da Emenda Constitucional n.º 20/98; II - elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 70-apenso, levando em conta que o tempo de serviço para fins de aposentadoria é de 25 anos e 362 dias, em face do que dispõe o art. 101 da Lei n.º 8.112/90; III - elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 80-apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de retificar a proporcionalidade do provento para 25/35 do Padrão 24-W, atentando para o reflexo nas demais parcelas, em função do contido no item "II"; IV - apurar as quantias pagas indevidamente ao servidor, para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do art. 46 da Lei n.º 8.112/90, a título de proventos com a proporcionalidade indevida de 26/35 avos; V - tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 1496/99 - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil para apurar responsabilidades por todas as aquisições de material nos anos de 1996 e 1997, efetuadas desnecessariamente, de conformidade com a Decisão nº 591/99. - DECISÃO Nº 5697/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I – tomar conhecimento do O.I. nº 404/2000-PRES e anexo (fls. 15/16); II – considerar não-cumprida a diligência determinada no item V – "d" da Decisão nº 591/99; III – determinar à NOVACAP que, em 30 (trinta) dias, dê cumprimento ao item V "d" da Decisão nº 591/99; IV – autorizar a 3ª ICE a promover a audiência do Sr. Elmar Luiz Koenigkan, com vistas à aplicação da multa prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 01/94, em face do descumprimento do item V – "d" da Decisão nº 591/99; V – devolver os autos à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 0568/00 (apenso o de nº 082.016.767/98) - Aposentadoria de ANÍZIA XAVIER DA SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 5698/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0766/00 (apenso o de nº 030.006.013/99) - Pensão civil concedida a JANETH GOIÂNIA SILVA FREITAS-SGA. - DECISÃO Nº 5699/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; II - recomendar à Secretaria de Gestão Administrativa do DF que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) apurar as importâncias recebidas indevidamente pelo instituidor, em decorrência do posicionamento incorreto do mesmo no Padrão IV, da 2ª Classe, do cargo de Técnico de Administração Pública, conforme indica o documento de fl. 03 do Apenso nº 030.006.013/99, providenciando a devida reposição ao Erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90, conforme Decisão nº 906/00, adotada na apreciação do Processo nº 3623/98 (S.O. nº 3477, de 24/02/2000); b) juntar aos autos nova declaração de não-acumulação de mais de duas pensões, tendo em vista a inutilização parcial do documento de fl. 11 do Apenso nº 030.006.013/99; III - dar conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Gestão Administrativa do Distrito Federal sobre a gravidade das falhas verificadas nos pagamentos efetuados aos aposentados e pensionistas do Governo Local, considerando-se, principalmente, a repetição sistemática dessas falhas em inúmeros processos submetidos à apreciação desta Corte.

PROCESSO Nº 1789/00 - Ofício nº 401/00-GAB-SGA, mediante o qual a Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal solicita a prorrogação, por 180 (cento e oitenta) dias, do prazo para cumprimento da diligência ordenada no Processo nº 030.011.497/81. - DECISÃO Nº 5700/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, deferiu o pedido de prorrogação de prazo, como solicitado.

PROCESSO Nº 1801/00 - Ofício nº 377/00-DEx, mediante o qual a Fundação Educacional do Distrito Federal solicita a prorrogação, por 60 (sessenta) dias, do prazo para cumprimento de diligências ordenadas pela Corte. - DECISÃO Nº 5701/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução deferiu o pedido de prorrogação de prazo, como solicitado.

PROCESSO Nº 1837/00 - Exame da Concorrência nº 04/2000, promovida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, para construção do Núcleo de Detenção 2000. - DECISÃO Nº 5702/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I) tomar conhecimento do Edital de Concorrência 04/2000 e seus anexos; II) determinar à SSP/DF que, no prazo de 5 dias, encaminhe cópia das folhas 34/90 a 43/90 do Projeto Básico do mencionado Edital, caso não tenha sido providenciado; III) determinar à Jurisdicionada que adote providências no sentido de promover as alterações no mencionado edital, com relação aos seguintes aspectos: a) imprecisão de cláusula de desclassificação de proposta de preços, item 6.12.2, do Edital; b) falta de aprovação formal do projeto básico por autoridade competente, em desacordo com o art. 7º, § 2º, da Lei n.º 8.666/93; c) exigência de atestados ou certidões com comprovação de execução de quantitativos mínimos, contrariando o que preceitua do art. 30, § 1º, inc. I, da Lei n.º 8.666/93; d) exigência concomitante de comprovação de capital social mínimo e das garantias previstas no art. 56 da Lei n.º 8.666/93, em inobservância ao disposto no art. 31, § 2º, da

Lei de Licitações; IV) determinar à Jurisdicionada que, nas próximas licitações, observe as disposições contidas nas alíneas "d" do inciso XIV do artigo 40 da Lei n.º 8.666/93, quanto a compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO Nº 1917/92 - Aposentadoria de JOÃO BATISTA FILHO-FHDF. - DECISÃO Nº 5703/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu sobrestar a apreciação do feito, até decisão final do levantamento determinado na Decisão nº 5151/2000, prolatada no Processo nº 3212/98.

PROCESSO Nº 1282/94 - Aposentadoria de MARIA DE LOURDES NOGUEIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 5704/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - ter por parcialmente cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 13755/95; II - determinar o retorno dos autos à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, em nova diligência, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam adotadas as seguintes providências: a) esclarecer as divergências observadas nos documentos de fls. 30 e 35, no que se refere à referência da servidora, consignada, respectivamente, como NM 16 e NM 17, observando o reflexo no Abono Provisório; b) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 37, observando a Decisão Normativa-TCDF nº 02/93, a fim de: b.1) considerar como Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada a diferença a menos porventura encontrada entre a remuneração que seria devida à servidora em janeiro/1990, em decorrência da aplicação da Lei nº 87/89, e a remuneração de dezembro/1989, nos termos do § 8º do art. 2º da mesma lei, corrigida pelos índices gerais de reajuste salarial, até a data da aposentadoria; b.2) calcular a Gratificação de Atividade proporcionalmente ao tempo de serviço e as parcelas Triênio e Anuênio sobre o vencimento básico integral da servidora; c) apurar as quantias pagas a mais à servidora, avaliando, à vista do princípio da economicidade, a conveniência de exigir-se o ressarcimento ao erário, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90; d) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 4968/94 - Aposentadoria de JOEL CARMO DE MORAES-FHDF. - DECISÃO Nº 5705/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou o retorno dos autos à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, em diligência preliminar, recomendando que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam adotadas as seguintes providências: I - juntar aos autos certidão emitida pelo INSS, comprovante do tempo de serviço prestado à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB, conforme documento de fl. 07; II - elaborar, se ratificado pelo INSS o tempo de serviço prestado à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB: a) Demonstrativo de Tempo de Serviço, em substituição ao de fl. 09, efetuando a contagem do período de trabalho do servidor até a véspera da vigência do ato concessório de fl. 08 (04/08/93); b) Abono Provisório, em substituição ao de fl. 22, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de: b.1) indicar a data de 05/08/93 como início da concessão do benefício, em conformidade com o ato de fl. 08; b.2) fixar as parcelas considerando a tabela de vencimento praticada em agosto/93, de acordo com o ato concessório de fl. 08; b.3) calcular as parcelas "Vencimento" e "Grat. Ativ. Dec. 15160/93" na proporcionalidade 29/35 (vinte e nove trinta e cinco avos); III - apurar as quantias pagas a mais, de acordo com o indicado nas alíneas "b.2" e "b.3" do item anterior, avaliando, à vista do princípio da economicidade, a conveniência de exigir-se o ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; IV - tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 4992/94 (apenso o de nº 061.042.580/93) - Aposentadoria de ORLANDO HENRIQUES BRAZ-FHDF. - DECISÃO Nº 5706/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos apensos à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, em diligência preliminar, recomendando que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam adotadas as seguintes providências: I - retificar o ato de fl. 13-verso, para substituir a expressão "Classe Especial, Padrão I", para "1ª Classe, Padrão VI", em virtude da incorporação da vantagem prevista no art. 192, item I, da Lei nº 8.112/90; II - elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 27, observando os termos da Decisão Normativa 02/93 - TCDF, a fim de recalcular a parcela "Dec. Jud. - PCCS - INAMPS", em decorrência da retificação de que trata o item I; III - tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 5251/94 - Aposentadoria de MARIA DE LOURDES VIRGINIO DE ARAUJO-FHDF. - DECISÃO Nº 5707/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de MARIA DE LOURDES VIRGINIO DE ARAÚJO, visto à fl. 09-verso dos autos; II - recomendar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que promova a regularização dos autos na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: a) acostar aos autos certidão relativa ao tempo de serviço prestado como médico residente, no período de 02/01/74 a 19/12/75, à vista da informação contida às fls. 05-verso e 08; b) elaborar novo Demonstrativo de Tempo de Serviço, em substituição ao de fl. 10, a fim de considerar, para efeito de anuênios, o tempo de serviço prestado como médico residente, objeto da alínea "a" deste item, e os tempos de serviço estadual e municipal (2059 dias) constantes das certidões de fls. 06/07; c) elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 18, observando os termos da Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de corrigir os valores das parcelas: c.1) Decisão Judicial PCCS - INAMPS na proporção 26/30, observando os reflexos na parcela Decisão Judicial TST 241/87; c.2) Triênio e Adicional por Tempo de Serviço, em decorrência do contido na alínea "b" deste item e do fato de que o tempo de médico residente conta para efeito de "triênio", nos termos da Resolução nº 11/72 - TCDF; d) apurar as quantias pagas a mais ao servidor, avaliando, à vista do princípio da economicidade, a conveniência de exigir-se o ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90; e) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 7027/96 (apenso o de nº 061.004.067/96) - Aposentadoria de FÉLIX DE ARAÚJO PEREIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 5708/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, que concorda com o voto da Relatora original, Conselheira MARLI VINHADELI, proferido na sessão ordinária realizada a 15 de junho último, tendo em conta a instrução, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar à Fundação Hospitalar do DF que numere os documentos juntados aos autos a partir de fls. 42-apenso; III) autorizar a 4ª ICE incluir os autos em roteiro de auditoria, com vista a verificar o cumprimento do item precedente.

PROCESSO Nº 2679/98 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades por prejuízo decorrente do uso indevido de linhas telefônicas. - DECISÃO Nº 5709/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do recurso interposto e documentos anexos para, no mérito, considerá-lo procedente; b) da Informação nº 18/00-GAB/1ª ICE; II - reconsiderar os termos da Decisão nº 3122/2000, determinando à Secretaria de Segurança Pública que observe, quanto à Tomada de Contas Especial tratada no Processo nº 050.000.506/98, os procedimentos previstos nos arts. 12 e 14 da Resolução nº 102/98; III - recomendar à jurisdicionada que, doravante, atente para o disposto na Resolução nº 102/98, sobretudo quanto aos prazos de instauração e conclusão das Tomadas de Contas Especiais; IV - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências a cargo da Divisão de Contas e posterior arquivamento.

PROCESSO Nº 3815/98 (apenso o de nº 082.015.815/97) - Aposentadoria de MÁRCIA DE SOUSA MACHADO FERNANDEZ-FEDF. - DECISÃO Nº 5710/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, autorizou o retorno do processo apenso à Fundação Educacional do Distrito Federal, em diligência preliminar, recomendando que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: I - retificar o ato de fl. 27 para incluir em sua fundamentação legal o art. 7º da Lei nº 1.004/96, combinado com os arts. 4º da Lei nº 1.141/96 e 4º, § único, da Lei nº 1.864/98, conforme Decisão nº 3395/99, adotada no Processo nº 3.871/96; II - elaborar novo Demonstrativo de Tempo de Serviço, em substituição ao de fl. 20, a fim de registrar: a) os 3.961 dias trabalhados na Fundação Educacional do Distrito Federal para fins de aposentadoria, já considerada a contagem ponderada, perfazendo um total de 9.778 dias, ou seja, 26 anos, 09 meses e 18 dias, uma vez que foram contados indevidamente os períodos em que a servidora esteve em "campanha eleitoral" (31/07/90 a 17/10/90) e em exercício de cargo em comissão na Administração Regional do Guará (11/07/94 a 23/11/94), não considerados como de efetivo magistério; b) o percentual relativo ao Adicional por Tempo de Serviço em 24%, em decorrência do tempo de serviço averbado, prestado ao Ministério da Educação e Cultura nos períodos de 1º/08 a 31/12/73 e 02/01/74 a 30/09/87, totalizando 5.173 dias; III - elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 83, observando os termos da Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de: a) calcular as vantagens de décimos incorporados: a.1) relativos ao DF-06, pela retribuição do cargo comissionado, entendendo-se como tal a soma do vencimento percebido e da representação mensal (Decisão nº 3.395/99, adotada no Processo nº 3.871/96); a.2) referentes ao DAS-02, procedendo à correlação desse cargo com o equivalente no Governo do Distrito Federal, levando em conta a compatibilidade de atribuições, níveis de responsabilidade e complexidade e remuneração dos dois cargos (Processo nº 1437/81, Decisão nº 13170/95), e observando a mesma forma de cálculo definida na alínea a.1 anterior; b) retificar o valor relativo à parcela: b.1) Gratificação de Regência de Classe - GRC, em decorrência da comprovação de apenas 2.240 dias de Regência de Classe, atentando que o cálculo deverá ser feito sobre o valor do vencimento integral da servidora, de acordo com o entendimento firmado no Processo nº 865/97 - TCDF; b.2) Adicional por Tempo de Serviço, de 10%, para 24%, de acordo com a alínea "b" do item II; IV - tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 4328/98 (apenso o de nº 061.042.180/98) - Aposentadoria de LÁZARO BENTO-FHDF. - DECISÃO Nº 5711/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou o retorno dos autos apensos à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, em diligência preliminar, recomendando que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam adotadas as seguintes providências: I - retificar o ato de fls. 18/19, na parte que se refere à aposentadoria da interessada, para excluir de sua fundamentação legal o art. 1º da Lei nº 1.004/96, tendo em vista a inexistência de parcelas de décimos incorporadas com base nesse dispositivo legal, e combinar o art. 7º da mesma lei com o art. 4º da Lei nº 1.141/96; II - elaborar novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 25, com observância da Decisão Normativa 02/93, para calcular as vantagens previstas no art. 7º da Lei nº 1.004/96 (décimo) pela retribuição do cargo comissionado, entendendo-se como tal a soma do vencimento percebido e da representação mensal; III - tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 1893/99 (apenso o de nº 082.017.443/98) - Aposentadoria de LUZIA VIEIRA DAOUD-FEDF. - DECISÃO Nº 5712/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, em parte, e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - dar provimento ao Pedido de Reexame de fls. 12/15; II - rever a Decisão nº 10021/99, que considerou ilegal o ato de aposentadoria de LUZIA VIEIRA DAOUD, para torná-la insubsistente, determinando o sobrestamento da apreciação dos autos até o deslinde da matéria tratada no Processo nº 1486/99; III - dar ciência à interessada e à Fundação Educacional do Distrito Federal dos termos desta decisão.

PROCESSO Nº 0453/00 - Denúncia formulada por cidadão, contra ato da Região Administrativa X - Guará, versando sobre possível utilização inadequada de área pública, na QE 7 do Guará I, para abrigar quiosque comercial. - DECISÃO Nº 5713/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 21/40 e das Informações nºs. 098 e 141/2000; II - considerar improcedentes os argumentos apontados na denúncia; III - determinar seja dada ciência ao denunciante que, conforme verificações procedidas, a instalação do citado quiosque ocorreu em área pública, mediante prévia consulta à comunidade, e atendeu às disposições dos arts. 4º e 5º do Decreto 18.462/97; IV - autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 1740/00 - Contrato nº 025/2000 firmado pelo então Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal com a empresa BRASÍLIA MOTORS LTDA., para prestação de serviços de manutenção corretiva em veículos, com dispensa de licitação em caráter emergencial. - DECISÃO Nº 5714/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Contrato nº 025/2000 e dos documentos acostados às fls. 01/105; b) da Informação nº 140/2000; II - considerar regular a contratação em causa, com dispensa de licitação, nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93; III - alertar a jurisdicionada sobre a obrigatoriedade de os gastos com manutenção de veículos, decorrentes de contratação emergencial, ficarem limitados ao mínimo necessário à continuidade dos serviços de coleta de lixo, em atenção ao disposto no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93; IV - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para continuidade do acompanhamento.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO MAURÍLIO SILVA

PROCESSO Nº 1212/83 - Revisões dos proventos da aposentadoria de CARLOS SILVA-SGA. - DECISÃO Nº 5715/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) considerar legais, para fins de registros, as revisões de proventos em exame; b) com relação à 2ª revisão de proventos, recomendar à Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no § 2º, art. 11, da Resolução/TCDF nº 101/98: b.1) elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 129, a fim de corrigir o valor da parcela correspondente à Gratificação de Atividade, de acordo com o percentual fixado na Lei nº 355/92; b.2) apure os valores pagos a mais a título da Gratificação de Atividade, com vistas ao ressarcimento ao erário, nos termos do art. 46 da Lei nº 8112/90; b.3) torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 7212/91 - Contendo pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Ação Social do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 5716/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, ao tomar conhecimento do Ofício encaminhado pela Secretaria de Ação Social do Distrito Federal, decidiu: a) conceder o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do conhecimento desta decisão, para atender à diligência objeto das Decisões n.ºs 1.553/96 e 7.538/99, determinada nos autos do Processo n.º 101.000548/91, de interesse de CRESO MELO; b) determinar à Secretaria de Ação Social que envide esforços junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social no sentido de obter, no prazo delineado na alínea anterior, a certidão requerida nos autos do Processo n.º 23.701.001.1.00400/00-0-INSS; c) devolver os autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 7525/91 - Pensão especial concedida a MARIA SOLEDADE DE OLIVEIRA TIVERON-FCDF. - DECISÃO Nº 5717/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) ter por parcialmente atendida a diligência objeto da Decisão nº 1734/96; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; c) recomendar à Fundação Cultural do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no § 2º, art. 11, da Resolução/TCDF nº 101/98: c.1) retifique o ato de fl. 19 para incluir o artigo 40, § 5º, da CRFB, em complemento à fundamentação legal com base no artigo 1º da Lei nº 6782/80, conforme orientações fixadas nos Processos de nºs 3848/94, 3533/96 e 1753/97; c.2) anexe aos autos ato de dispensa do último cargo exercido pelo instituidor do benefício; c.3) junte ao feito o ato de nomeação e dispensa do cargo de Encarregado de Escrituração e Mecanização, cuja nomeação ocorreu em 01.07.76, conforme indicado no mapa de apuração de "quintos" à fl. 74, ou, esclareça se a nomeação do referido cargo ocorreu em 01.07.78 (fl.71), corrigindo a data indicada no mapa de fl. 74 (01.07.76).

PROCESSO Nº 3522/93 (apensos os de nºs 3196/82 e 030.005.734/92) - Pensão civil concedida a MARIA ABADIA VIEIRA OSTROROG e outra-SGA. - DECISÃO Nº 5718/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) ter por parcialmente atendida a diligência objeto da Decisão nº 9923/98; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; c) recomendar à Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no § 2º, art. 11, da Resolução/TCDF nº 101/98: c.1) elabore o Título de Pensão pertinente à concessão em análise, considerando-se a situação funcional do instituidor na data do óbito; c.2) apure os valores porventura percebidos indevidamente pelos beneficiários, considerando informação no SIGRE de pagamento do benefício de forma integral (fl.17), quando o mesmo é calculado proporcionalmente (34/35 avos), para fins de reposição ao erário, nos termos do art. 46 da Lei nº 8112/90.

PROCESSO Nº 6513/93 (apenso o de nº 030.007.799/93) - Pensão civil concedida a DALVA SILVA MOURA NASCIMENTO e outra-SGA. - DECISÃO Nº 5719/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão nº 2716/99; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; c) recomendar à Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no § 2º, art. 11, da Resolução/TCDF nº 101/98, apure os valores pagos a mais, a título de Adicional por Tempo de Serviço, conforme os documentos de fls. 19, 62, 68, 70 e 72-apenso, providenciando a sua reposição ao erário, nos termos do art. 46 da Lei nº 8112/90.

PROCESSO Nº 1064/94 (apenso o de nº 030.012.209/90) - Pensão civil concedida a DORVALINA RODRIGUES DE SOUZA-SGA. - DECISÃO Nº 5720/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão nº 2369/99; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; c) recomendar à Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no § 2º, art. 11, da Resolução/TCDF nº 101/98: c.1) elabore novo Título de Pensão, em substituição ao de fl. 133-apenso, a fim de: c.1.1) complementar a parcela "vencimento" até o salário mínimo vigente na data da concessão, apurando as demais parcelas proporcionais também sobre esse mesmo valor, em conformidade com o critério aplicado em relação ao instituidor do benefício quando inativado; c.1.2) calcular a parcela do Adicional por Tempo de Serviço, considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8112/90; c.2) torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 4483/94 - Aposentadoria de PÉRICLES RUDY DORIA-FHDF. - DECISÃO Nº 5721/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão n.º 11.217/15; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; c) recomendar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que: c1) elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 63, atentando para a Decisão Normativa n.º 02/93 - TCDF, a fim de calcular corretamente a parcela quintos, considerando os valores vigentes em agosto de 1992 e que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no § 2º, art. 11, da Resolução/TCDF n.º 101/98; c2) torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 1791/95 - Aposentadoria de JANDIRA FERREIRA CHAVES-FEDF. - DECISÃO Nº 5722/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por atendida a diligência de que trata a Decisão n.º 15.209/95; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; c) recomendar à Fundação Educacional do DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no § 2º, art. 11, da Resolução/TCDF n.º 101/98: c.1) elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 49, atentando para a Decisão Normativa n.º 02/93-TCDF, a fim de calcular as Gratificações de Regência de Classe-GRC e de Alfabetização-GAL nos percentuais de 6,4% e 8%, respectivamente, face o tempo de serviço prestado à jurisdicionada (3.239 dias); c.2) torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 1882/95 - Aposentadoria de JOÃO GARCIA DO NASCIMENTO-FHDF. - DECISÃO Nº 5723/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, em parte, e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) relevando a falha observada no documento de fl. 37, ter por atendida a diligência objeto da Decisão n.º 5380/96; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame.

PROCESSO Nº 2410/95 (apenso o de nº 030.001.236/95) - Aposentadoria de ALICE PAIVA SCARDUA-SGA. - DECISÃO Nº 5724/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; b) recomendar à Secretaria de Gestão Administrativa do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no § 2º, art. 11, da Resolução/TCDF nº 101/98: b.1) retifique o ato de fl. 30/31-apenso, na parte referente à interessada, para combinar o artigo 62, da Lei nº 8112/90, com o artigo 3º, da Lei nº 8911/94, e excluir a menção à Medida Provisória nº 892/95 (item 3 da Decisão nº 3395/99, adotada no Processo nº 3871/96); b.2) elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 35-apenso, a fim de calcular a proporcionalidade à razão de 27/30 avos e a parcela de Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 25%; b.3) confeccione outro demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 10-apenso, para desconsiderar os 730 dias de licença para tratar de interesse particular (fl. 26); b.4) anexe aos autos cópia autenticada dos atos de designação e dispensa dos cargos em comissão exercidos pela inativa ou indique suas publicações; b.5) apure as quantias pagas a mais, providenciando o ressarcimento ao erário nos termos do art. 46 da Lei nº 8112/90; b.6) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 2891/95 - Aposentadoria de MARIA DE DEUS GOMES SANTANA DIAS-FHDF. - DECISÃO Nº 5725/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão n.º 5972/96; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame.

PROCESSO Nº 5543/95 (apenso o de nº 030.006.205/95) - Pensão civil concedida a LUZIA CALIMÉRIA DA SILVA e outra-SGA. - DECISÃO Nº 5726/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por atendida a diligência objeto da Decisão n.º 10.238/98; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame.

PROCESSO Nº 0037/96 - Pensão civil concedida a SEBASTIÃO GONÇALVES OLIVEIRA e outros-FEDF. - DECISÃO Nº 5727/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter como atendida a diligência objeto da Decisão nº 3356/97; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame.

PROCESSO Nº 4843/96 - Contendo representação da 4ª Inspetoria de Controle Externo, versando sobre o não-atendimento de determinação da Corte, por parte da Região Administrativa XIX - Candangolândia. - DECISÃO Nº 5728/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder o prazo de 30 (trinta) dias para que a Administração Regional de Candangolândia dê atendimento aos termos da alínea "b" da Decisão n.º 10.622/99, sob pena de imposição da sanção inserta no item IV do art. 57 da Lei Complementar-DF n.º 01/94.

PROCESSO Nº 5085/96 (apenso o de nº 082.025.988/95) - Aposentadoria de MARIA IDEIR PEREIRA DE OLIVEIRA MARCHÃO-FEDF. - DECISÃO Nº 5729/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) ter por parcialmente atendida a diligência objeto da Decisão n.º 3602/99; b) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; c) recomendar à Fundação Educacional do DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observado o disposto no § 2º, art. 11, da Resolução/TCDF nº 101/98: c.1) elabore atentando para a Decisão Normativa n.º 02/93-TCDF, novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 26 do apenso, a fim de corrigir os valores do Adicional por Tempo de Serviço, da Gratificação de Regência de Classe e da vantagem de que trata o art. 191 da Lei Federal n.º 8.112/90, bem como o total dos proventos; c.2) proceda, no Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SIGRE, a correção do valor da Gratificação de Titularidade, o qual deve ser calculado na proporção de 2/30 avos da diferença entre o padrão 3 do nível 3 e o correspondente no nível 1, ou seja, R$ 2,23, atentando para as alterações nas parcelas que incidem sobre a referida vantagem; c.3) torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 6272/96 (apenso 1 volume) - Contendo representação da 1ª Inspetoria de Controle Externo, versando sobre o não atendimento de determinação da Corte, por parte da Região Administrativa - XIII - Santa Maria. - DECISÃO Nº 5730/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder o prazo de 15 (quinze) dias para que a Administração Regional de Santa Maria dê atendimento aos termos da Decisão n.º 6.942/98, sob pena de imposição da sanção inserta no item IV do art. 57 da Lei Complementar-DF n.º 01/94, ou encaminhe circunstanciadas justificativas na impossibilidade de fazê-lo.

PROCESSO Nº 3918/97 (apenso 1 volume) - Contendo o Ofício nº 332/2000-GAB/ST, mediante o qual a então Secretaria de Transportes do Distrito Federal solicita prorrogação do prazo para atendimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 5731/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, ao tomar conhecimento do Of. n.º 332/2000-DF, decidiu: a) conceder à Agência Reguladora dos Serviços Públicos do DF o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a adoção das medidas de que trata a alínea b da Decisão n.º 7.187/98, cuja cópia deverá ser a ela encaminhada; b) devolver os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins, determinando o posterior encaminhamento dos autos à unidade competente.

PROCESSO Nº 2582/99 (apenso o de nº 082.019.528/98) - Aposentadoria de JORGE LEAL CARNEIRO-FEDF. - DECISÃO Nº 5732/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o sobrestamento dos autos, até a decisão final da matéria objeto da Representação n.º 002/2000 - CJC (Processo n.º 0868/2000).

RELATADOS PELO CONSELHEIRO MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

PROCESSO Nº 4575/93 (apenso o de nº 030.010.832/92) - Pensão civil concedida a ZILMA MARIA GOMES PETRILLO e outros-SGA. - DECISÃO Nº 5733/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0447/97 (apenso o de nº 082.005.031/95) - Aposentadoria de MARIA DA GLÓRIA ALVES PEREIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 5734/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, recomendando à Fundação Educacional do Distrito Federal que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: I. retificar o ato concessório para complementá-lo, fazendo constar por acréscimo na fundamentação da vantagem "Quintos", transformados em décimos, o art. 7º da Lei nº 1.004/96; II. acostar aos autos por original ou cópia autenticada o ato de exoneração do cargo em comissão cujo exercício permitiu a percepção da Gratificação por Encargo em Gabinete, categoria de Auxiliar(fl. 32-apenso); III. complementar o mapa de incorporação de quintos (fl. 34-apenso) até a véspera da exoneração da Gratificação por Encargo de Gabinete, categoria Auxiliar.

PROCESSO Nº 0725/97 (apenso o de nº 082.003.607/95) - Aposentadoria de MARIA DOLORES PEREIRA FERNANDES MENEZES-FEDF. - DECISÃO Nº 5735/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à Fundação Educacional do Distrito Federal que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: I. retificar o ato de concessão de fls. 30/31 - apenso, para incluir o artigo 7º da Lei nº 1.004/96, combinado com o artigo 4º da Lei 1.141/96; II. elaborar Demonstrativo de Tempo de Serviço, em substituição ao de fl. 25 - apenso, para averbar o período prestado à Secretaria de Administração do Estado de Goiás, fl. 20 - apenso, para fins de anuênios, haja vista a interessada ter sido admitida na FEDF antes da vigência, no Distrito Federal, da Lei nº 8.112/90 (Processo nº 410/95, S. O. nº 3121, de 31.10.95 e Processo nº 4942/94, S.O. nº 3141, de 29.2.96); III. elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 47 - apenso, observando a DN 02/93 - TCDF, para: a) calcular a parcela Adicional por Tempo de Serviço - ATS no percentual de 28% ao qual a ex-servidora faz jus, conforme o exposto no item II acima; b) calcular as vantagens previstas no artigo 7º da Lei nº 1.004/96, "décimos", pela retribuição do cargo comissionado, entendendo-se como tal a soma do vencimento percebido e da representação mensal, conforme item 4.1.2 da Decisão nº 3395, exarada no Processo nº 3871/96; IV. tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 0987/97 (apenso o de nº 082.009.063/96) - Aposentadoria de HELVIA LEITE CRUZ-FEDF. - DECISÃO Nº 5736/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à Fundação Educacional do Distrito Federal que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: I. retificar o ato de concessão para complementar a sua fundamentação legal com o artigo 4º da Lei nº 1141/96; II. anexar aos autos o ato de exoneração do último Cargo em Comissão exercido pela ex-servidora, conforme o exposto no Relatório de Incorporação de Décimos, fl. 36 - apenso; III. elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 42 - apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, para calcular as parcelas de décimos incorporados pelo valor da retribuição (vencimento percebido mais representação mensal); IV. tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 2235/97 (apenso o de nº 082.022.092/95) - Aposentadoria de RAMIZ RODRIGUES ROCHA-FEDF. - DECISÃO Nº 5737/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, recomendando à Fundação Educacional do Distrito Federal que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: I. retificar o ato de fl. 54/55-apenso, alterado pelo de fls. 111/112 - apenso, para complementar a fundamentação da vantagem de incorporação de décimos, resultantes de transformação, relativa ao exercício de cargo comissionado que, haja vista a data da aposentadoria, 9.11.1996, de acordo com a Decisão nº 3395/99, deve estar fundamentada no artigo 7º da Lei 1.004/96 e artigo 4º da Lei nº 1.141/96; II. elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 115 - apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de alterar de R$ 600,00 para R$ 606,18 o valor da parcela relativa ao cargo comissionado, pois, de acordo com a Decisão 3395/99, deveria estar calculada sobre a retribuição (valor percebido + representação mensal), com base na tabela de 01.02.1995, haja vista o fato dos décimos terem resultado dos quintos incorporados pela Lei nº 6.732/79; III. tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 4535/97 (apenso o de nº 082.014.315/96) - Aposentadoria de LAURA ALVES DE OLIVEIRA E SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 5738/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, recomendando à Fundação Educacional do Distrito Federal que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria: I. retificar o ato concessório de fls. 27/29 - apenso, para complementá-lo, incluindo o artigo 7º da Lei 1.004/96, que permitiu a manutenção das vantagens dos "quintos" já incorporadas com base na legislação pretérita, transformando-as em "décimos", combinado com o artigo 4º da Lei 1.141/96, que manteve as referidas vantagens, conforme Decisão nº 3395/99 adotada no Processo nº 3.871/96; II. elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 48 - apenso, observando a DN 02/97 - TCDF, para: a) calcular a parcela Adicional Décimos Lei nº 1.004/96 (6/10 DF 06), pela retribuição do cargo comissionado, entendendo-se como tal a soma do vencimento percebido e da representação mensal, conforme o disposto na Decisão nº 3395/99, adotada no Processo nº 3871/96; b) consignar a parcela Gratificação de Regência de Classe - GRC no percentual de 14,4%, por ter a servidora trabalhado em regência de classe o tempo de 18 anos, 8 meses e 3 dias, conforme documentos de fls. 12 - apenso, 40/42 - apenso e 47 - apenso; III. apurar as quantias pagas indevidamente à ex-servidora, para fins de ressarcimento ao erário, nos termos da art. 46 da Lei 8.112/90, observando os débitos e créditos existentes na apuração, por força da alteração no valor das parcelas Gratificação de Regência de Classe - GRC e Adicional Décimos 6/10 DF 06; IV. tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 0906/99 - Contendo o Ofício nº 459/00-GAB/SEFP, mediante o qual a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo para remessa do Processo nº 082.019.475/98. - DECISÃO Nº 5739/00.- O Tribunal de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. considerar prorrogado o prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 10/07/2000; II. recomendar ao órgão de controle interno da SEFP que envide esforços no sentido de concluir dentro do prazo ora concedido os trabalhos relativos ao Processo de TCE nº 082.019.475/98, alertando para as sanções previstas no art. 57 da Lei Complementar nº 1/94.

PROCESSO Nº 0080/00 (apenso o de nº 082.005.177/99) - Aposentadoria de VALDETE LOPES CALISTO-FEDF. - DECISÃO Nº 5740/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0540/00 (apenso o de nº 082.012.681/99) - Aposentadoria de MARIA NILZA FREITAS DE SOUZA-FEDF. - DECISÃO Nº 5741/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão da aposentadoria de Maria Nilza Freitas de Souza , constante do Processo nº 082.012681/99-GDF, fl.15, em apenso; II. determinar à FEDF que apure as quantias pagas indevidamente à servidora, a título de ATS, para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do art. 46 da Lei nº 8112/90, uma vez que o tempo de afastamento, em função das licenças fundamentadas no art. 83 da Lei nº 8112/90, não poderiam ser contadas para adicionais, quando a mesma estava na atividade, acrescentando que tal apuração será objeto de verificação em futura auditoria

PROCESSO Nº 0548/00 (apenso o de nº 082.005.512/99) - Aposentadoria de MOISÉS FERREIRA MENDES-FEDF. - DECISÃO Nº 5742/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

RELATADOS PELO AUDITOR JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

PROCESSO Nº 2009/82 (anexo o de nº 2067/90) - Revisão dos proventos da aposentadoria de LIGIA DE OLIVEIRA-SE. - DECISÃO Nº 5743/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - conhecer do recurso apresentado pela servidora como Pedido de Reexame; II - dar ciência à Secretaria de Educação e à interessada acerca do efeito suspensivo do recurso interposto contra a Decisão n.º 4200/2000, consoante estabelece o art. 1º, c/c art. 4º, da Resolução -TCDF n.º 113, de 14 de dezembro de 1999, publicada no DODF de 23 de dezembro de 1999; III - determinar o retorno dos autos à 4ª Inspetoria para análise do mérito da peça recursal em questão.

PROCESSO Nº 5431/91 (apenso o de nº 1187/95) - Balancete da Companhia Imobiliária de Brasília, referente ao 2º Trimestre de 1991. - DECISÃO Nº 5744/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu fixar a data de 29.08.2000, para o julgamento dos autos, determinando a intimação do Sr. HUMBERTO LUDOVICO DE ALMEIDA FILHO e seu procurador (com mandato nos autos) interessados em fazer a sustentação oral já deferida.

PROCESSO Nº 6082/92 - Aposentadoria de TEREZINHA ELVIRA AZEVEDO-FEDF. - DECISÃO Nº 5745/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar ilegal a concessão em exame, com recusa do registro, por falta de requisito temporal, haja vista que, descontados os períodos em que a interessada exerceu o cargo de Secretária Datilógrafa na Administração Regional do Gama, no período de 02.09.1974 a 07.08.1975, e de Oficial de Gabinete da Secretaria de Governo do Distrito Federal, de 08.08.1975 a 11.01.1978, no total de 1.228 dias (fls. 54/55 e 59), e desconsiderada a averbação indevida dos 367 dias prestados ao Ministério da Educação e Cultura (fl. 32), como Auxiliar Administrativo, por serem os referidos cargos de natureza administrativa, portanto não considerados como de efetivo exercício de magistério, conforme o Enunciado nº 54 das Súmulas de Jurisprudência deste Tribunal, em 27.10.1992, data da publicação da aposentadoria, a interessada contava com 8.497 dias, ou seja, 23 anos, 3 meses e 12 dias; II - recomendar à Fundação Educacional do DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 78, X, da LODF), o que será objeto de verificação em futura auditoria; III - considerar sem objeto a revisão procedida (fl. 38).

PROCESSO Nº 5665/93 (apenso o de nº 101.001.208/93) - Tomada de contas especial instaurada pela então Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo oficial. - DECISÃO Nº 5746/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu determinar à Polícia Militar do DF que: I - desconsidere os termos das letras "b" e "c" da Decisão 1827/2000; II - providencie, no prazo de sessenta (60) dias, o desconto parcelado nos vencimentos do servidor militar NIVALDO SOARES NETO, Mat. 4.376/1, do valor de 4.614,68 UFIR, correspondente à soma do valor residual do débito apurado no Processo nº 030.007.349/93 (209,70) e do montante apurado nos autos de nº 101.001.208,93, remetendo à Corte documentos que demonstrem a efetivação da medida ordenada.

PROCESSO Nº 1457/94 (apenso o de nº 030.012.327/92) - Tomada de contas especial instaurada pela então Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo oficial. - DECISÃO Nº 5747/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) julgar irregulares as contas do servidor militar MARCO ANTÔNIO CATUNDA; b) notificar o responsável, com fundamento no art. 26 da LC 1/94, para recolher, em 30 dias, o valor de 4.448,54 UFIR, referente ao débito; c) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para acompanhamento.

PROCESSO Nº 5509/95 (apenso o de nº 135.000.171/96 e 4 volumes) - Pedido de prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, formulado pelo senhor JUAREZ DE PAULA SANTOS, para atendimento de decisão da Corte. - DECISÃO Nº 5748/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do requerimento de fls. 184 e concedeu a prorrogação de prazo requerida.

PROCESSO Nº 0623/96 (apensos os de nºs 2696/96, 6197/96 e 121.125.288/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central para apurar responsabilidades pelo pagamento de multas e custas judiciais, em decorrência de atraso no pagamento de verba rescisória a ex-empregados. - DECISÃO Nº 5749/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento das defesas apresentadas e dos documentos que as acompanham; b) no mérito, sobrestar o julgamento de mérito das defesas interpostas; c) isentar de responsabilidade os servidores ELIZABETE ALVES DA SILVA TEIXEIRA, IRENE PEREIRA DE GODOI BARBOSA, DARCÍLIO MADEIRA ÉVORA, JOSÉ HEVALDO RABELLO MENDES, CÉSAR ABRAHAM, CARLOS FERNANDO VIEIRA DE SOUZA, VALDERI GOMES DOS REIS e RAIMUNDO LUIZ BARRETO DE SÁ TELES, pelo valor atual de R$ 2.125,98 ou 1.997,92 UFIR, relativo às rescisões de IOAIA PINHEIRO UEMA e JOAQUIM RIBEIRO BARROS; d) determinar a citação dos responsabilizados indicados no quadro do parágrafo 18 da instrução de fls. 165, para, com fulcro no inc. II do art. 13 da LC n.º 1/94, apresentarem defesa quanto aos fatos que lhes estão sendo atribuídos nos autos.

PROCESSO Nº 6771/96 (apenso o de nº 075.000.126/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. - DECISÃO Nº 5750/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do expediente de fls. 34 e concedeu a prorrogação de prazo solicitada.

PROCESSO Nº 2808/97 - Pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central, para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 5751/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do Ofício nº 1421/00-PRESI-CPTCE e concedeu a prorrogação de prazo solicitada, alertando a CODEPLAN para a possível aplicação de sanções ante a demora na remessa da tomada de contas especial.

PROCESSO Nº 4860/97 - Contendo o Ofício nº 377/00, mediante o qual a Fundação Educacional do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por sessenta (60) dias, para atendimento de diligência determinada pela Corte. - DECISÃO Nº 5752/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do expediente de fls. 28 e concedeu a prorrogação de prazo solicitada (Processo nº 082.008393/92).

PROCESSO Nº 5159/97 (apensos os de nºs 3759/96, 5946/96, 7686/96 e 738/97) - Prestação de contas anual da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1996. - DECISÃO Nº 5753/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do Ofício nº 581/2000-GAB/PRES e concedeu à Fundação Hospitalar o prazo de trinta (30) dias para que informe ao Tribunal a instauração das tomadas de contas especiais determinadas no item III da Decisão nº 2090/00 ou, na impossibilidade de assim proceder, as dificuldades porventura encontradas.

PROCESSO Nº 0818/98 (apenso o de nº 1717/98 e 1 volume) - Denúncia formulada pela 4ª Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Público do Distrito Federal sobre falta de critérios e irregularidades observadas no DMTU, com referência aos repasses feitos a título de subsídios no ano de 1995, para as empresas que operam com transporte coletivo nas regiões administrativas de Planaltina, Brazlândia e linhas rurais do DF. - DECISÃO Nº 5754/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos Ofícios nº 582/99-DEF, do Delegado de Polícia da Delegacia de Falsificações e Defraudações e nº 610/99-GAB/ST, do Secretário de Transportes do Distrito Federal, considerando atendida a determinação contida no inciso III da Decisão nº 74/99 e relevando o atraso verificado no seu cumprimento; II - determinar à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Distrito Federal, com fundamento no parágrafo único do art. 153 do RI/TCDF, que, no prazo de 30 (trinta) dias, instaure tomada de contas especial para apurar a existência de débito da Viação Valmir Amaral Ltda. para com o Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, referente aos resgates de vales-transporte, no período de novembro/93 a dezembro/94, em quantitativos superiores aos constantes dos relatórios de campo relativos àquele intervalo de tempo; III - autorizar a remessa de cópia desta decisão à Delegacia de Falsificações e Defraudações, conforme solicitado, bem como o retorno dos autos à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO Nº 2801/98 - Contendo o Ofício nº 377/00, mediante o qual a Fundação Educacional do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para atendimento de diligência determinada pela Corte. - DECISÃO Nº 5755/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do Ofício de fls. 18 e concedeu a prorrogação de prazo solicitada (Proc. nº 082.019715/93).

PROCESSO Nº 3367/98 - Contendo o Ofício nº 370/00, mediante o qual a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 5756/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do expediente de fls. 32 e concedeu a prorrogação de prazo solicitada (Proc. nº 112.006506/98).

PROCESSO Nº 4033/98 (apenso o de nº 030.006.216/98) - Tomada de contas anual dos agentes de material da então Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, referente ao exercício de 1997. - DECISÃO Nº 5757/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento da tomada de contas anual em exame e dos documentos de fls. 104/113; II. considerar satisfatória a apresentação das contas, não obstante a ausência no relatório do Serviço de Tomada de Contas do pronunciamento quanto à confiabilidade do sistema de controle; III. tendo em vista o princípio do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal) e considerando o disposto no art. 32 da Lei Complementar nº 01/94, determinar a audiência da responsável por estas contas, Sra. MARISTELA CALICCI DE MELO AGUIAR para, querendo, no prazo de 30 dias, apresentar justificativas quanto às falhas a seguir, considerando que as mesmas poderão constituir-se em ressalva, por ocasião do julgamento das contas em apreço: - presença de materiais inflamáveis (tinta a óleo, zarcão e solventes de tintas) armazenados no Almoxarifado em 31.12.97, o que é vedado pela Portaria nº 3/96 - SEA; · - em diversas fichas não estão sendo preenchidos os campos que identificam o órgão do Sistema de Material e a unidade requisitante do material; · - várias fichas apresentavam erros na escrituração, além de não obedecerem a ordem cronológica e numérica dos referidos documentos; - divergência entre os lançamentos nas fichas e os dados existentes no Sistema Integrado de Gestão de Material - SIGMA.

PROCESSO Nº 4765/98 - Contendo o Ofício nº 459/00, mediante o qual a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 90 (noventa) dias, para remessa de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 5758/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do expediente de fls. 77 e concedeu a prorrogação de prazo solicitada (Processo nº 137.001180/98).

PROCESSO Nº 5232/98 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal para apurar responsabilidades por irregularidades ocorridas na desapropriação de imóvel. - DECISÃO Nº 5759/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, determinou à Secretaria de Assuntos Fundiários do Distrito Federal que, no prazo de trinta (30) dias, encaminhe a TCE tratada no Processo nº 111.006.920/90-1.

PROCESSO Nº 5234/98 - Contendo o Ofício nº 459/00, mediante o qual a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 90 (noventa) dias, para remessa de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 5760/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do expediente de fls. 57 e concedeu a prorrogação de prazo solicitada, alertando a Secretaria de Fazenda e Planejamento para que envide esforços no sentido de concluir, dentro do prazo ora concedido, os trabalhos atinentes ao Processo nº 101.000.434/98.

PROCESSO Nº 5380/98 - Balancete da Companhia Imobiliária de Brasília, referente ao 2º Trimestre de 1991. - DECISÃO Nº 5761/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) tomar conhecimento dos documentos acostados aos autos; II) esclarecer à TERRACAP que, para fins de cálculo dos honorários mensais de seus dirigentes, no caso de utilização da opção prevista no inciso II do artigo 3º do Decreto-lei nº 2.355, de 27.08.87, ou seja, "maior retribuição paga a empregado da entidade estatal para o qual tenha sido eleito, nomeado ou designado", não deverão ser incluídas as vantagens pessoais, porventura percebidas pelo empregado melhor remunerado, por não estarem relacionadas no parágrafo 2º, do artigo 3º, dessa norma; III) esclarecer, ainda, que as parcelas que deverão ser excluídas do limite estabelecido pela Lei nº 237, de 20.1.92, são as constantes dos incisos II a VII do artigo 61 da Lei nº 8112/90; IV) considerar indevidos, por não haverem sido aprovados pela Assembléia Geral na forma do artigo 152 da Lei nº 6404/76, bem como contrariar decisão deste Tribunal (OFs GP nºs 112/91 e 1162/92), os pagamentos efetuados a diretores da TERRACAP a título de participação nos resultados, a partir de março de 1997 e os valores pagos acima do teto limite, a partir de setembro de 1996; V) determinar à TERRACAP que: a) suspenda o pagamento de participação nos resultados aos seus diretores, por falta de amparo legal em seu estatuto, contrariando, desta forma, o inciso V, artigo 15, do Estatuto da Companhia c/c art. 152, § 1º, da Lei 6404/76; b) proceda, de acordo com o art. 46 da Lei nº 8112/90, ao desconto das importâncias indevidamente pagas nos termos do item III retro ou na impossibilidade de fazê-lo, dada a perda do vínculo empregatício com a Administração Pública de alguns dirigentes, efetue a cobrança administrativa das respectivas quantias, instaurando, quando essas quedarem infrutíferas, os respectivos processos de Tomadas de Contas Especiais, nos termos previstos na Resolução nº 102/98 desta Corte de Contas; c) refaça o cálculo dos honorários de seus dirigentes, retroativamente a setembro de 1996, ao estipêndio fixado na Lei nº 237, de 20.1.92, de acordo com o estabelecido no Decreto-lei nº 2.355, de 27.08.1987, em conformidade com o estabelecido na Decisão nº 8275/96 e tão logo seja fixado o novo teto salarial compatibilize as disposições constantes do inciso XI do artigo 37 da CF com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98; d) dê ciência a esta Corte, no prazo de noventa (90) dias, das providências acima adotadas, remetendo a memória de cálculo e o resumo do levantamento realizado para rever a remuneração dos dirigentes da Companhia, de modo que fiquem comprovadas: 1) a observância do teto remuneratório; 2) as opções legalmente permitidas pelas normas de hierarquização salarial; 3) as parcelas incluídas e excluídas do teto remuneratório em cada honorário pago a dirigente; 4) os redutores aplicados para alinhamento ao teto remuneratório; 5) os ressarcimentos aos cofres da Companhia dos excessos de remuneração apurados; VI) apurar as parcelas inerentes aos encargos incidentes sobre a folha de pagamento dos dirigentes, indevidamente majoradas, adotando as providências com vistas ao ressarcimento, dando ciência a esta Corte, no mesmo prazo estipulado no item precedente, inclusive do cumprimento da Decisão nº 5712/94, proferida no Processo nº 5431/91.

PROCESSO Nº 0328/99 - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia Imobiliária de Brasília para apurar responsabilidades pelos prejuízos decorrentes do pagamento de juros e multas incidentes sobre a diferença recolhida a menos da contribuição social sobre o lucro, correspondente ao mês de janeiro de 1997. - DECISÃO Nº

5762/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, determinou à jurisdicionada que, no prazo de trinta (30) dias, encaminhe a TCE de que trata o Processo nº 111.000.272/97.

PROCESSO Nº 1504/99 - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de um computador, tipo NOTEBOOK. - DECISÃO Nº 5763/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, determinou à NOVACAP que, no prazo de trinta (30) dias, encaminhe a TCE tratada no Processo nº 112.000.268/99.

PROCESSO Nº 3093/99 - Relatório de auditoria de regularidade contábil realizada na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. - DECISÃO Nº 5764/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 337/2000 - PRES, acostado à fls. 147; II - tendo em vista que não foi comprovada a escrituração, na contabilidade da NOVACAP, da movimentação financeira ocorrida em 29.04.99, na conta nº 194.601-3 da agência 04529 do Banco do Brasil, no valor de R$ 39.635,43, considerar não-atendida a diligência determinada por meio do item III, constante da Decisão nº 1051/2000; III - reiterar à NOVACAP o fiel atendimento dos termos do item III, da Decisão nº 1051/2000, no prazo de trinta (30) dias; IV - remeter os autos à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 3441/99 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo pagamento de importância não-prevista em Aditivo ao Contrato nº 5/94, celebrado entre a SEFP e a CODEPLAN. - DECISÃO Nº 5765/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I) tomar conhecimento dos Ofícios nºs 1013/99 e 252/00-GAB/SEF; II) determinar à Secretaria de Fazenda e Planejamento a imediata retomada das apurações da TCE, instaurada pela Portaria nº 406, de 27/10/99, caso não tenha ocorrido alguma das hipóteses previstas no art. 13 da Resolução nº 102/98-TCDF, comunicando a esta Corte as providências adotadas no prazo de 20 (vinte) dias; III) informar à Secretaria de Fazenda e Planejamento que a apuração em sede de sindicância não obsta a continuidade de TCE já instaurada, por se tratarem de procedimentos independentes que contemplam objetivos diversos, além de serem regidos por dispositivos legais diferentes (Lei Complementar nº 01/94-DF e Lei Federal nº 8.112/90).

PROCESSO Nº 3589/99 - Contendo o Ofício nº 370/00, mediante o qual a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 90 (noventa) dias, para remessa de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 5766/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do expediente de fls. 19 e concedeu a prorrogação de prazo solicitada (Proc. nº 082.016223/99).

PROCESSO Nº 0228/00 - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia Energética de Brasília para apurar responsabilidades pelos prejuízos decorrentes da não retenção de imposto de renda na fonte sobre Operação de Mútuo. - DECISÃO Nº 5767/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento dos expedientes de fls. 1/3 e determinou à Secretaria de Fazenda e Planejamento do DF que, no prazo de trinta (30) dias, encaminhe a TCE tratada no Processo nº 093.000.176/00.

PROCESSO Nº 0385/00 - Ofício nº 152/00, mediante o qual a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília solicita prorrogação de prazo para remessa de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 5768/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do expediente de fls. 20 e concedeu a prorrogação de prazo solicitada.

PROCESSO Nº 1402/00 (apenso o de nº 2153/99) - Contendo o Ofício nº 164/00, mediante o qual a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília solicita prorrogação, por mais sessenta (60) dias, do prazo para o encaminhamento da Prestação de Contas Anual daquela entidade referente ao exercício de 1999. - DECISÃO Nº 5769/00.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento do expediente de fls. 04 e concedeu a prorrogação de prazo solicitada.

Encerrada a fase de julgamento de processos ostensivos, a Senhora Presidente convocou Sessões Extraordinárias, de caráter reservado, a realizarem-se a seguir, para que o Tribunal apreciasse, na forma do disposto no art. 97, parágrafo 1º, da Lei Orgânica desta Corte, matérias sigilosa e administrativa.

Continuando, a Senhora Presidente, Conselheira MARLI VINHADELI, teceu comentários sobre palestras proferidas, no auditório desta Corte de Contas, pelos Drs. FLÁVIO RÉGIS XAVIER DE M. E CASTRO, Presidente da ATRICON; CARLOS PINTO COELHO MOTA, Professor de Direito Administrativo da PUC-MG; JAIR EDUARDO SANTANA, Juiz de Direito, e LUCIANO DE ARAÚJO FERRAZ, Professor da PUC-MG, a respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal e de Novos Desafios para a Fiscalização e o Controle Externo, agradecendo aos Conselheiros, à Procuradora-Geral do Ministério Público junto a este Tribunal e aos servidores desta Casa que participaram do referido evento.

Nada mais havendo a tratar, às 11h20, a Presidência declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ROBERTO PARENTONI MARTINS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata -contendo 108 processos- que, lida e achada conforme, vai assinada pela Presidente, Conselheiros, Auditor e representante do Ministério Público junto à Corte.

MARLI VINHADELI, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO, JORGE CAETANO, MAURÍLIO SILVA, MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS.

RETIFICAÇÃO

Na Ata da Sessão Ordinária nº 3505, de 13.6.2000, na parte relatada pelo Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, a decisão correta adotada no Processo nº 3382/93 é a seguinte:

PROCESSO Nº 3382/93 (apenso o de nº 030.001.726/93) - Pensão civil concedida a JOSÉ PEDRO DA SILVA-SGA. - DECISÃO Nº 4437/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

Na ata da Sessão Ordinária nº 3502, de 1º.6.2000, na parte relatada pelo Conselheiro JORGE CAETANO, a redação correta adotada no Processo nº 2932/99 é a seguinte:

PROCESSO Nº 2932/99 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Comunicação Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo indício de sobrelevação de preços na impressão de folders e cartazes para divulgação do Prêmio Qualidade Verde, evidenciados pela injustificada disparidade de preços verificada entre os Processos nºs 030.004.717/98 e 030.007.007/98, relativa às notas fiscais de fornecedores nºs 063 e 844, de 30/04/98, e de 07/05/98, respectivamente. - DECISÃO Nº 3998/00.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento da Representação de fl. 15; II - determinar à Secretaria de Comunicação Social: a) o imediato cumprimento da diligência constante do item II da Decisão nº 538/2000, transmitida pelo OF GP nº 129/2000 – S.O. 3474; b) que, no prazo de 10 (dez) dias, aponte o nome do responsável pelo não cumprimento da alínea g do inciso VI da Decisão nº 136/99, devendo este, querendo, desde já apresentar suas razões de justificativa para efeito de aplicação da penalidade prevista no inciso VII e § 1º do art. 57 da Lei Complementar nº 01, de 09/05/94, e no inciso VII do art. 182 do Regimento Interno do Tribunal, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 03/99; III - autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para continuidade do acompanhamento.



O Governo do Distrito Federal acaba de marcar mais um gol de placa. O Projeto **Esporte à Meia-Noite**, que reúne jovens para praticar esportes durante a madrugada, está diminuindo consideravelmente a criminalidade nas áreas onde vem sendo implantado. Isso porque adolescentes que antes corriam atrás de confusão, agora estão correndo atrás de uma bola, jogando futebol, basquete, vôlei, entre outros esportes. O projeto, considerado uma referência nacional, será estendido a todas as cidades-satélites e será utilizado também em outros estados. Outra grande vitória do GDF contra a violência. E quem comemora é a nossa cidade.

Apoio:

ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS · INSTITUTO CARRANO · CDCA · TCB · Secretaria de Educação · Secretaria da Solidariedade · SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE

ESPORTE À MEIA-NOITE · SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA · GDF GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO

SUPERINTENDÊNCIAS DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ORDEM DE SERVIÇO DE 3 DE AGOSTO DE 2000

O Superintendente das Administrações Regionais no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º, inciso V, do Decreto nº 15.177 de 01 de novembro de 1993, considerando o Decreto de 03 de agosto de 2000, resolve:

Prorrogar por mais 30 (trinta) dias o prazo da Comissão de Sindicância instaurada pela Ordem de Serviço de 04 de julho de 2000.

HERMAN BARBOSA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

ORDEM DE SERVIÇO Nº 57, DE 1º DE AGOSTO DE 2000 (*)

O Administrador Regional do Guará, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso XXXIII, do Regimento Interno da Administração Regional do Guará, aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29 de dezembro de 1994, resolve: DESIGNAR os servidores a seguir relacionados para comporem a Comissão Permanente de Licitação: NELSON RABELO JUNIOR, matrícula nº 94.009-7, (Presidente),ROSANGELA RIBEIRO RAMOS, matrícula nº 31.315-7,(Membro), AGEMIR RIBEIRO DA SILVA, matrícula nº 21.532-5,(Membro), LUANDA ALVES DOS SANTOS, matrícula nº 91.342-1(Membro) e VILMAR AMÂNCIO DE OLIVEIRA, matrícula nº 65.536-8(Secretário). Revogam-se as Ordens de Serviço nº's 030 de 03/03/99, nº 055 de 09/04/99 e nº 123 de 10/09/99.

DIVINO ALVES

(*) (Republicado por ter saído com incorreção do original do DODF nº 147, de 02/08/2000, página 16)

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 71, DE 2 DE AGOSTO DE 2000

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO/RA-XIV, no uso das atribuições legais, resolve:
DESIGNAR a servidora **MIRIAM DE MELO ALVES**, matrícula n.º 41.642-8, Auxiliar de Administração Pública, como secretária da Comissão Permanente de Tomada de Contas, instituída através da Ordem de Serviço n.º 59 de 16.06.2000, publicada no DODF n.º 118 de 21.06.2000, em substituição **ANA PAULA BARBOSA,** matrícula n.º 94.109-4.
1- Esta Ordem de Serviço entra em vigor a partir data de publicação

JOSÉ CARVALHO PEREIRA JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 72, DE 3 DE AGOSTO DE 2000

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO/RA-XIV, no uso das atribuições legais tendo em vista o disposto nas resoluções 038/90 e 102/98, do Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, resolve:
DESIGNAR a comissão Permanente de Tomada de Contas, instituída através da Ordem de Serviço n.º 59 de 16.06.2000, publicada no DODF n.º 118 de 21.06.2000, página 19, para no prazo de 60 (sessenta) dias apurar o desaparecimento dos bens constantes do processo n.º 144.000.235/2000.

JOSÉ CARVALHO PEREIRA JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 70, DE 13 JULHO DE 2000

ADMINISTRADOR REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO / RA-XIV, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo n.º 144.000.160/2000, resolve:
DESIGNAR o Engenheiro Cairo Vaz do Nascimento, matrícula 97.279-7, Chefe do Serviço de Exame de Projetos, símbolo DFG-10, para acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução de obras de construção de 03 (três) Galpões de Pré – Moldados com 200 m² cada, no Parque Agropecuário de São Sebastião, constantes da Nota de Empenho n.º 240/2000. Caberá ao executor a observância do artigo 13, inciso II, parágrafo 3º, inciso I a VII, do Decreto n.º 16.098, de novembro de 1994, que aprova as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

RONALDO JOSÉ MENDES
Substituto

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 52, DE 18 DE JULHO DE 2000

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso XXV, artigo 53, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, e o item 4.2, do Decreto nº 13.447, de 17.09.91, resolve:
CESSAR OS EFEITOS da Indenização de Transporte concedida ao servidor JURACY PEREIRA, matr. 94.233-2, pela Ordem de Serviço nº 32, de 30.04.1999, publicada no DODF nº 86, pág. 10, de 06.05.1999.

ANTÔNIO ROBERTO SANTA ROSA
Interino

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 102, DE 31 DE JULHO DE 2000

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Inciso XXXIII, do Art. 53, Decreto n.º 16.247, de 29 de dezembro de 1994, e conforme determina o Art. 51 e seus Parágrafos, Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve: designar os servidores Antônio Artur Timbó Holanda, mat: 44626-2, Gerente de Planejamento, José Geraldo Oliveira de Melo, mat: 94243-X, Diretor da Divisão de Administração Geral, Cássio Avani Ribeiro, mat: 96495-6, Diretor da Divisão Regional de Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos, Severino Elias de Assis Filho, mat: 24584-4, Assistente da Divisão Regional de Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos, Marcelo Sayegh, mat: 45128-2, Diretor da Divisão Regional de Obras, João Batista da Silva, mat; 94594-3, Diretor da Divisão Regional de Serviços Públicos, Hedy Lamar dos Santos Silva, mat: 42448-X, Auxiliar de Administração Pública, para sob a presidência do primeiro e secretariado pelo último, comporem uma Comissão Especial com a finalidade exclusiva de acompanhar e fiscalizar toda e qualquer providência relativa à construção física da nova Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, detendo, portanto, total competência para criar, propor, suspender, cancelar, decidir e autorizar todo e qualquer ato específico à elaboração e aplicação efetiva dos projetos de instalação, detalhamento arquitetônico e cálculo estrutural, competindo ao Diretor da Divisão de Administração Geral a contratação dos projetos devidamente aprovados pela referida Comissão. A Comissão ora constituída terá vigência até a conclusão de todas as etapas referentes as obras, funcionando ainda, como executora de todos os contratos aqui pertinentes.

MARCO TÚLIO SANTANA RIOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 103, DE 31 DE JULHO DE 2000

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Inciso XXXIII, do Art. 53, Decreto n.º 16.247, de 29 de dezembro de 1994, e conforme determina o Art. 51 e seus Parágrafos, Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, resolve: designar os servidores **José Landim Rosa**, Assistente da Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas, Mat. 94.529-3, **Cláudia Marina Pires**, Assistente Técnico de Administração, Codeplan, Mat. 1934-8, **Jailita Ribeiro de Souza Rodrigues,** Técnico de Administração Público, Mat. 43.468-X, **Marcello Sayegh**, Diretor da Divisão Regional de Obras, Mat. 45.128-2, **Alessandro de Almeida Santos Carvalho**, Chefe da Seção de Orçamento e Finanças, Mat. 41.677-0, **Auda Lúcia Viana de Lima**, Assistente da Divisão Regional de Obras, Mat. 94.956-6, **Antônio Artur Timbó Holanda**, Gerente de Planejamento, Mat. 44.626-2, para sob a presidência do primeiro e secretariado pelo segundo, constituir Comissão Permanente de Licitação para o exercício de 2000, destinada a receber, processar e julgar documentação e proposta, para prestação de serviços e/ou execução de obras, para esta Administração Regional. Revoga-se à Ordem de Serviço n.º 27 de 15 de fevereiro de 2000, publicada no DODF de 07 de Abril de 2000.

MARCO TÚLIO SANTANA RIOS

VICE-GOVERNADORIA

PORTARIA DE 3 DE AGOSTO DE 2000

O VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência delegada pelo Artigo 1º, do Decreto n.º 13.917, de 29 de abril de 1992, resolve:
NOMEAR RUTE DE MORAES BARBOSA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-13, de Assessor para Assuntos do Cerimonial do Gabinete do Vice - Governador do Distrito Federal.

BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO DE 31 DE JULHO DE 2000

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo Decreto n.º 12.740/90, artigo 2°, inciso IV, resolve:
Conceder nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", e item II, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **Pensão Vitalícia** a ADEILTON MARTINS DE GODOY, viúvo, e **Pensão Temporária** a THIAGO DA SILVA GODOY e PAULO VICTOR DA SILVA GODOY, filhos da ex-servidora NILSA ANÁLIA DA SILVA GODOY, matrícula nº 62.527-2, no cargo de Professor, nível 01-GT3, classe única, padrão 17D, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 22 de maio de 2000. Processo nº 082.009757/2000.

Conceder nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "c", e item II, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, **Pensão Vitalícia** a MARIA MARGARETE BARBOSA ALVES, companheira, e **Pensão Temporária** a RODRIGO ALVES DE CASTRO, filho do ex-servidor WALTER PEREIRA DE CASTRO, matrícula nº 68.499-6, no cargo de Auxiliar de Educação/Conservação e Limpeza, classe única, padrão XIII, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 28 de março de 2000. Processo nº 082.007771/2000.

MARISTELA DE MELO NEVES

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 2 DE AGOSTO DE 2000

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do item 1.3 da Instrução Nº 05, de 11 de fevereiro de 1999, do Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, resolve:

Declarar a Vacância do Cargo de Assistente Intermediário de Saúde, Artífice – Obras Civis, 1ª Classe, Padrão VI, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, ocupado por **EUCLIDES PEDRO DA SILVA**,

Matrícula nº 125.752-8, lotado no Hospital de Base do Distrito Federal, em virtude de seu falecimento em 15.08.2000, nos termos do art. 33, inciso IX, da Lei nº 8.112/90, conforme processo nº 061.023064/2000

GERALDO FERREIRA DA SILVA

ORDEM DE SERVIÇO DE 3 DE AGOSTO DE 2000

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e considerando o disposto no subitem 1.29, da Instrução nº 05, de 11 de fevereiro de 1999, resolve:

Conceder Auxílio – Natalidade ao servidor abaixo relacionado, nos termos do Artigo 196, da Lei nº 8.112/90.

NOME: **PEDRO MARTINS VIEIRA**
MATRÍCULA: 109.179-4
DEPENDENTE: PEDRO HENRIQUE BATISTA VIEIRA, nascido em 26/05/1998.

GERALDO FERREIRA DA SILVA

INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 100, DE 1º DE AGOSTO DE 2000 (*)

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – ISDF, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:
DESIGNAR a servidora JANE ROCHA FIGUEIROA, Analista de Administração Pública, matrícula nº 200839-4, para substituir a Chefe do Núcleo de Alimentos/DFG-11, no período de 24/07/2000 a 12/08/2000, por motivo de gozo de férias da titular.

ANTONIO CARLOS SILVA PEIXOTO

(*) Republicado por ter saído com incorreção do original no DODF nº 144 de 28/07/2000, pág. 20.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 101, DE 2 DE AGOSTO DE 2000

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – ISDF, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:
DESIGNAR a servidora MARIA DO SOCORRO LAURENTINO DE CARVALHO, Analista de Administração Pública, matrícula nº 200.875-0, para substituir a Chefe do Núcleo de Controle de Vetores Biológicos/GCZ/DFG-11, no período de 31 de julho a 29 de agosto de 2000, por motivo de gozo de férias da titular.

ANTONIO CARLOS SILVA PEIXOTO

SECRETARIA DA AÇÃO SOCIAL

PORTARIA Nº 182, DE 31 DE JULHO DE 2000 (*)

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Suspender os efeitos financeiros do Cargo em Comissão de Chefe Adjunto do CAJE, Símbolo DFG 11, ocupado pelo servidor AMARILDO VALÉRIO DE PAULA, matrícula n.º 104.630-6, por motivo de Licença Prêmio no período de 20/06 a 19/07/2000.

GUSTAVO AUGUSTO AURNHEIMER RIBEIRO

(*) Republicado por haver saído com incorreção do original.

PORTARIA Nº 188, DE 2 DE AGOSTO DE 2000

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AÇÃO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº 21.076 de 16 de março de 2000, publicado no DODF nº 53 de 17.03.2000, considerando o disposto na Decisão Normativa nº 2/99 – TCDF DE 10.06.99, e considerando a solicitação constante do MEMO Nº 005/2000, de 01 de agosto de 2000 da Comissão Especial para Inventariar e Receber o Estoque do Almoxarifado da extinta Fundação do Serviço Social do Distrito Federal. resolve:
I - Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, a partir de 03/08/2000, o prazo para a conclusão dos trabalhos da referida Comissão, instituída pela Portaria nº 064 de 31 de março de 2000, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 65, de 04 de abril de 2000, à página 04.

GUSTAVO AUGUSTO AURNHEIMER RIBEIRO

ASSINATURA SEMESTRAL

Retirada no Anexo do Palácio do Buriti
R$ 87,12

Remessa via Correios
R$ 223,08

Anexo do Palácio do Buriti
telefones: (061) 225-7803
316-4137 e 213-6312

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

SERVIÇO DE AJARDINAMENTO E LIMPEZA URBANA DE BRASÍLIA
DIVISÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 53, DE 31 DE JULHO DE 2000

A Chefe da Divisão de Pessoal do Serviço de Ajardinamento e Limpeza Urbana de Brasília, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Instrução de Serviço nº 19 de 29.08.94. resolve: conceder **LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE,** com fundamento no artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, aos servidores abaixo relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	QÜIN.	PERÍODO
Maria José Ribeiro da Silva	01.051-0	Aux. Adm. Púb.	3º	08/01/95 a 06/01/2000
Geraldo Magela de Oliveira	01.508-3	Aux. Adm. Púb.	3º	04/03/95 a 01/03/2000
Agripino Saturnino Alves	71.147-0	Téc. Adm. Púb.	2º	01/10/93 a 29/09/1998
Miguel Teixeira Machado	71.832-7	Téc. Adm. Púb.	1º 2º 3º	01/05/83 a 28/07/1988 29/07/88 a 27/07/1993 28/07/93 a 25/07/1998
José Teixeira de Alexandria	72.292-8	Aux. Adm. Púb.	1º 2º 3º	06/01/84 a 03/01/1989 04/01/89 a 02/02/1994 03/02/94 a 01/02/1999
José Rosa Cotrim	74.193-0	Aux. Adm. Púb.	4º	03/10/91 a 30/11/1996
Manoel Moreira de Deus	74.340-2	Aux. Adm. Púb.	2º	02/12/90 a 30/11/1995
José Rosa de Jesus	75.601-6	Aux. Adm. Púb.	3º	28/04/94 a 26/04/1999
Roldão Ferreira da Hora	76.416-7	Téc. Adm. Púb.	2º 3º 4º	04/07/84 a 02/07/1989 03/07/89 a 01/07/1994 02/07/94 a 30/06/1999
Osvaldo Arlindo da Silva	76.745-X	Téc. Adm. Púb.	2º	02/07/93 a 30/06/1998
Ilauro Salustiano Santos	77.005-1	Téc. Adm. Púb.	4º	17/06/95 a 14/06/2000
José Antônio Ferreira	77.153-8	Aux. Adm. Púb.	4º	13/05/95 a 10/07/2000
Wanderly Martins Pereira	77.888-5	Téc. Adm. Púb.	1º 2º	30/04/89 a 28/04/1994 29/04/94 a 27/04/1999
João Vieira da silva	78.384-6	Téc. Adm. Púb.	4º	21/05/95 a 18/06/2000
Alirio Gomes Ribeiro	78.613-6	Téc. Adm. Púb.	2º	29/06/95 a 26/06/2000
Guarcial Pinheiro Rosa	78.707-8	Téc. Adm. Púb.	2º	12/04/95 a 09/04/2000
Raimundo Barbosa de Souza	78.769-8	Téc. Adm. Púb.	2º	10/05/95 a 07/05/2000
Justino Pessoa de Queiroz	78.827-9	Aux. Adm. Púb.	4º	30/05/95 a 27/06/2000
José Vasconcelos da Silveira	78.853-8	Téc. Adm. Púb.	2º	17/06/95 a 14/06/2000
Bárbara Maria de L. Oliveira	78.896-1	Téc. Adm. Púb.	2º	08/07/95 a 05/07/2000
João Rodrigues Nogueira	78.902-X	Aux. Adm. Púb.	2º	14/07/95 a 11/07/2000
Joaquim da Silva Moreira	79.054-0	Aux. Adm. Púb.	3º	02/03/94 a 28/10/1999
Severino M. da Assunção	80.345-6	Aux. Adm. Púb.	3º	11/01/94 a 09/02/1999
Antônio Elmiro Vieira	80.513-0	Aux. Adm. Púb.	2º	11/09/90 a 08/06/1998
Pedro Gonçalves Pereira	80.609-9	Aux. Adm. Púb.	3º	12/09/94 a 10/11/1999
Francisco Pires de Brito	80.729-X	Téc. Adm. Púb.	3º	23/11/93 a 21/02/2000
Sebastião Alves de Souza	80.866-0	Aux. Adm. Púb.	3º	01/06/94 a 30/05/1999
José dos Reis Castro	80.961-6	Aux. Adm. Púb.	2º	23/07/90 a 19/06/2000
Raimundo da Silva	80.992-6	Aux. Adm. Púb.	3º	22/01/95 a 20/01/2000
Helio Luiz da Silva	81.191-2	Aux. Adm. Púb.	3º	07/12/94 a 05/12/1999
Esmeraldino Gonçalves Pereira	81.268-4	Aux. Adm. Púb.	3º	18/05/95 a 15/05/2000
Maria Neci de Sousa	81.316-8	Aux. Adm. Púb.	3º	03/06/95 a 31/05/2000
Helderivone A.L. Xavier Costa	81.324-6	Téc. Adm. Púb.	3º	11/06/95 a 08/06/2000
Ilton Francisco dos Santos	81.543-8	Aux. Adm. Púb.	2º	01/12/94 a 30/11/1999
Francisco Raimundo Cardoso	81.626-4	Aux. Adm. Púb.	2º	14/07/94 a 12/07/1999
Manoel Alves Ribeiro	81.790-2	Téc. Adm. Púb.	2º	17/06/95 a 14/06/2000
Daniel Teixeira Gomes	81.967-0	Aux. Adm. Púb.	2º	05/06/91 a 01/07/2000
Benedito Ferreira de Oliveira	82.213-2	Aux. Adm. Púb.	2º	20/03/95 a 17/07/2000
Sebastião Machado	82.247-7	Aux. Adm. Púb.	2º	27/08/93 a 24/06/2000
Antonio Pinto Sobrinho	82.569-7	Aux. Adm. Púb.	2º	25/07/93 a 23/07/1998
Placido Caetano da Silva	82.661-8	Aux. Adm. Púb.	2º	25/10/94 a 23/10/1999
Expedito Rodrigues de Souza	82.700-2	Aux. Adm. Púb.	2º	25/06/95 a 22/06/2000
Afonso Soares da Silva	82.755-X	Téc. Adm. Púb.	2º	24/08/94 a 22/08/1999
Paulo Cesar Santana Castro	82.899-8	Aux. Adm. Púb.	1º	28/08/90 a 25/07/1999
Maria das Dores de Moraes	83.430-0	Aux. Adm. Púb.	1º	08/03/91 a 04/07/2000
José Ribamar de Souza	83.715-6	Aux. Adm. Púb.	1º	21/10/93 a 19/12/1998
Luis Carlos Carvalho Batista	83.793-8	Aux. Adm. Púb.	1º	20/12/93 a 18/06/1999
Edivaldo Lopes Fernandes	83.846-2	Aux. Adm. Púb.	1º	09/11/93 a 07/02/1999
Edson de Souza Oliveira	83.863-2	Aux. Adm. Púb.	1º	16/11/93 a 14/11/1998
Ronivon Martins da Mota	83.875-6	Aux. Adm. Púb.	1º	01/12/93 a 30/12/1998

RETIFICAR NA ORDEM DE SERVIÇO Nº 043 DE 15/06/2000, publicada no DODF nº 117 de 20/06/2000, pág. 23, que concedeu licença-prêmio por assiduidade.

ONDE SE LÊ:
Nome: Gerado Ramos Ventura, Matrícula 81.262-5, Aux. de Adm. Pública, 3º quinquênio de 01/04/95 a 29/03/2000.

LEIA-SE :
Nome: Geralda Ramos Ventura, Matrícula 81.262-5, Aux. de Adm. Pública, 3º quinquênio de 01/04/95 a 29/03/2000.

ANADEGE APARECIDA CARDOSO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

ORDEM DE SERVIÇO DE 1º DE AGOSTO DE 2000

SECRETÁRIO-ADJUNTO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a Delegação de Competência estabelecida pela Portaria n.º 004/99-SADF, de 10 de junho de 1999, resolve:
- Mandar cessar a Gratificação por Encargo de Gabinete , concedida ao servidor JOSÉ CARNEIRO FILHO, matrícula nº 44.059-0, Analista de Finanças e Controle, do Quadro de Pessoal do Governo do Distrito Federal, na categoria de Assessor do Gabinete, a contar de 01/08/2000.

MARDOQUEU GOMES DE CARVALHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 2 DE AGOSTO DE 2000

SECRETÁRIO-ADJUNTO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a Delegação de Competência estabelecida pela Portaria n.º 004/99-SADF, de 10 de junho de 1999, resolve:
- Mandar cessar a Gratificação por Encargo de Gabinete, concedida a servidora LÍDIA RODRIGUES DE SIQUEIRA, matrícula nº 30.685-1, Técnico de Administração Pública, do Quadro de Pessoal do Governo do Distrito Federal, na categoria de Assistente do Gabinete, a contar de 02/08/2000.

MARDOQUEU GOMES DE CARVALHO

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA DE PESSOAL

PORTARIA DE 31 DE JULHO DE 2000

O CORONEL QOBM/COMBATENTE DIRETOR DE PESSOAL DO CBMDF, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do Art. 49, combinado com o Art. 19, do Regulamento de Organização Básica do CBMDF, Aprovado pelo Decreto n º 16.036, de 04 Nov 94, e o Art. 1º, letra " A" da Portaria n º 32, de 02 Mai 96, resolve:
CONCEDER, nos termos do artigo n º 132, parágrafo 1º, letra " B" e parágrafo 2º , do mesmo artigo do Estatuto, Aprovado pela Lei n º 7.479, de 02 de junho de 1986, a Medalha de Mérito Por Tempo de Serviço, instituída pelo Decreto n º 6.043, de 24 de maio de 1906, aos seguintes Bombeiros Militares do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, pelos bons e relevantes serviços prestados:
a) Medalha de Ouro, por contarem mais de 25 (vinte e cinco) anos de serviço: o 1º SGT BM ANTONIO PEREIRA AMORIM, Mat. 01556-3.
b) Medalha de Prata, por contarem mais de 15 (quinze) anos de serviço: o CAP QOBM/COMB ILDEMAR DE OLIVEIRA DA SILVA, Mat. 03611-0, e aos 1ºs SGTs BM RANIERE BRANDÃO DE MEDEIROS, Mat. 03850-4, FRANCISCO ALEXANDRE DE OLIVEIRA, Mat. 03911-X, e ao 2º SGT BM MÁRCIO AMARAL BRAZ, Mat. 04075-4, e ao SBM FRANCISCO R. DE ARAUJO, Mat. 03657-9.
c) Medalha de Cobre, por contarem mais de 10 (dez) anos de serviço: aos 2ºs SGTs BM ALEXANDRE DE JESUS B. DA SILVA, Mat. 05286-8, KLEBSTON SILVA CASTRO, Mat. 05359-7, LOURISVALDO FERREIRA DOS SANTOS, Mat. 05363-5, e aos 3ºs SGTs BM JOEL FERREIRA DO NASCIMENTO, Mat. 05063- 6, RONALDO RODRIGUES DE AGUIAR, Mat. 05252-3, e aos CBMs HÉLIO DIAS MARTINS, Mat. 05078-4, LUIZ PAULO DE ANDRADE, Mat. 05157-8, GILVAN GOMES DA SILVA, Mat. 05298-1, CLAUDECI FERREIRA DA SILVA, Mat.05327-9, PAULO CEZAR MENDES DA SILVA, Mat. 05330-9, LUIZ OLAVO CARLOS SOUZA, Mat. 05367-8, e aos SBMs RICARDO RIBEIRO SOARES, Mat. 05070-9, RAMIRO BATISTA MOURA, Mat.05236-1, RICARDO SÉRGIO DA MESSIAS DA SILVA, Mat. 05238-8, NAZARENO ALVES DE ANDRADE, Mat.05337-6, PEDRO DE ALCÂNTARA P. DA SILVA, Mat.06744-X.

CARLOS ALBERTO DA ROCHA ODA – CEL QOBM/COMB.

PORTARIA DE 1º DE AGOSTO DE 2000

O COMANDANTE - GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso I, alínea "c", do Decreto n.º I5.740, de 23 Jun 94, c/c os artigos 80 e 82 do Estatuto do CBMDF, aprovado pela Lei nº 7.479, de 02 de Jun 86, resolve:
1. AGREGAR aos respectivos quadros, a contar de 31 Jul 2000, os Majores BM Médicos: Marco Antônio Resende de Sampaio, Mat. 00362-X, Wanderley Ricardo de Paula, Mat. 00357-3, Faruk Antônio Hamidah Ramos, Mat. 00361-1, Estevam José de Medeiros Guimarães, Mat. 00290-9, Gilberto Alves Freitas, Mat. 00291-7, José Rogério Pimenta da Silva, Mat. 00215-1, os Capitães BM Médicos: Maria de Fátima Della Corte Marques, Mat. 00607-6, Roberta Mirelles Martins, Mat. 00610-6, Patrícia Menezes Simões, Mat. 00609-2, André Gleivson Barbosa da Silva, Mat. 00602-5, Alberto Gurgel de Araújo, Mat00599-1, Lilian Maria dos Santos Pires, Mat. 00606-8, os Primeiro Tenentes BM Médicos: Rogério de Oliveira Batista, Mat. 00612-2, Franklim Andreaza da Silva Tomas, Mat. 00605-X, e os Capitães BM Cirurgiões Dentistas: Alex Eduardo Rezende, Mat. 00600-9, André Luiz Ramos Azevedo, Mat. 00601-7, Rogéria C. Calastro de Azevedo, Mat. 00611-4 e Marcelo Sampaio Botta, Mat. 00373-5, do Quadro de Oficiais Médicos e Cirurgiões Dentistas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 78, § 1º, alínea "c", n.º 11, §§ 3º e 7º e Art. 79, do Estatuto do CBMDF, aprovado pela Lei nº 7.479, de 02 Jun 86, por terem sido autorizados a passar a disposição da Superintendência das Administrações Regionais, conforme publicação do DODF n.º 145, 31 Jul 2000, pág. 36.
2. AGREGAR aos respectivos quadros, a contar de 31 Jul 2000, os Primeiros Tenentes BM: Ibanês Martins de Souza, Mat. 01032-4, Ademir Monteiro de Carvalho, Mat. 01511-3 e os Segundos Tenentes BM: José Nascimento de Brito, Mat. 03023-6 e Lupércio de Paula Ramos, Mat. 02680-8, do Quadro de Oficiais de Manutenção do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 78, § 1º, alínea "c", n.º 11, §§ 3º e 7º e Art. 79, do Estatuto do CBMDF, aprovado pela Lei nº 7.479, de 02 Jun 86, por terem sido autorizados a passar a disposição da Administração Regional de Taguatinga, conforme publicação do DODF n.º 145, 31 Jul 2000, pág. 37.

OSCAR SOARES DA SILVA – CEL QOBM/COMB.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

COMANDO-GERAL

PORTARIA DE 26 DE JULHO DE 2000

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º, inciso I, letra "c", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994; resolve:
1 - REVERTER ao respectivo Quadro, a contar de 21 de julho de 2000, o Major AUGUSTO VIEIRA VISCONDE – Mat. 00.484/7, do Quadro de Oficiais Policiais-Militares de Saúde (Dentistas) da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 80, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, por ter retornado da Administração Regional do Lago Norte.
2 - REVERTER ao respectivo Quadro, a contar de 21 de julho de 2000, os Majores WANDERLEY MACÊDO DE ALMEIDA – Mat. 00.507/X, FRANCISCO JOSÉ DE RESENDE – Mat. 00.504/5, MANOEL JORGE DE ARAÚJO – Mat. 00.511/8, CLAÚDIO MASSAKI SASAKI – Mat. 00.520/7 e o Capitão SÉRGIO MISAK GONÇALVES – Mat. 50.241/3, do Quadro de Oficiais Policiais-Militares de Saúde (Médicos) da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 80, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, por terem retornado da Administração Regional do Lago Norte.
3 - REVERTER ao respectivo Quadro, a contar de 21 de julho de 2000, o Tenente-Coronel LUIZ ALBERTO DE CASTRO JÚNIOR – Mat. 00.482/0 e os Majores JOÃO FERNANDO SASSE – Mat. 00.516/9 e NIVALDO VIEIRA TORRES – Mat. 00.503/7, do Quadro de Oficiais Policiais-Militares de Saúde (Médicos) da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 80, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, por terem retornado do DETRAN/DF.

RUY SAMPAIO SILVA – CEL QOPM

PORTARIA DE 2 DE AGOSTO DE 2000

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, resolve:
CONCEDER Medalha Cruz de Sangue aos seguintes Policiais-Militares:
Terceiro-Sargento QPPMC ELIESER LUSTOSA DE OLIVEIRA, Matrícula nº 10.156/7.
Terceiro-Sargento QPPMC RAIMUNDO BARROS DA CUNHA, Matrícula nº 04.445/8.
Terceiro-Sargento QPPMC IRACTAN ARAÚJO BARBOSA, Matrícula nº 07.857/3.
Soldado QPPMC MARCOS TARCÍZIO VERAS MUNIZ, Matrícula 08.930/0.
Soldado QPPMC CÉLIO GUEDES DE OLIVEIRA, Matrícula 16.016/4.
Soldado QPPMC ANTONIO SARDINHA DE SOUZA, Matrícula nº 15.411/3.
Soldado QPPMC JOSÉ ANTONIO BENTO DOS REIS, Matrícula nº 18.894/8.
Soldado QPPMC FRANCISCO VANDA CARDOSO DA SILVA, Matrícula nº 19.687/8.
Soldado QPPMC VANILDO APARECIDO ALVES PEREIRA, Matrícula nº 22.425/1.
Soldado QPPMC LUCIANO OLIVEIRA DO NASCIMENTO, Matrícula nº 22,613/0.
Soldado QPPMC ARISON FERNANDES DA SILVA (*post mortem*), Matrícula nº 23.071/5.

RUY SAMPAIO SILVA – Cel QOPM

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DE 2 DE AGOSTO DE 2000

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 1.813, de 30 de dezembro de 1997, resolve;

Constituir Comissão Especial com a finalidade de propor normas para a Seção de Tesouraria da Fundação Pólo Ecológico de Brasília – FUNPEB. A presente comissão será composta pelos servidores: Francisco Jorgivan Machado Leitão, matrícula 31.785-3; Francisco José Feijó Paiva, matrícula 80.059-7; Márcia Rejane Remigio de Lima, matrícula 80.141-0, sob a presidência do primeiro e no prazo de 90 (noventa) dias, para conclusão dos respectivos trabalhos referente ao Processo nº 196.000.294/200.

RAUL GONZALEZ ACOSTA

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

CENTRO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 51, DE 3 DE AGOSTO DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO CENTRO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - PRG, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º, inciso IX da Lei nº 821, de 26 de dezembro de 1994, resolve:

EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo SIMONE DIAS SANT'ANNA, matrícula nº 31.064-6, Assistente de Apoio às Atividades Jurídicas, do cargo em comissão de Secretária Administrativa, símbolo DFA-03, do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal, da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

EXONERAR, CLEIDISMAR VAZ SILVA GONÇALVES, matrícula nº 34.354-4, do cargo em comissão de Encarregada de Atendimento Judiciário, símbolo DFG-03, da Unidade de Assistência Judiciária de Ceilândia, do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal, da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, FLÁVIA ATAÍDE FRANÇA TELES, matrícula nº 93 897-1, do cargo em comissão de Encarregada de Atendimento Judiciário, símbolo DFG-03, da Unidade de Assistência Judiciária da Infância e da Juventude, do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal, da Procuradoria Geral do Distrito Federal ,a contar de 01 de agosto de 2000.

EXONERAR, a pedido, SÍLVIA DENISE DIAS MIGUEL VIANA, matrícula nº 97.485-4, do cargo em comissão de Encarregada de Atendimento Judiciário, símbolo DFG-03, da Unidade de Assistência Judiciária da Infância e da Juventude, do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal, da Procuradoria Geral do Distrito Federal ,a contar de 02 de agosto de 2000.

NOMEAR, SIMONE DIAS SANT'ANNA, matrícula nº 31.064-6, Assistente de Apoio às Atividades Jurídicas, para exercer o cargo em comissão de Encarregada de Atendimento Judiciário, símbolo DFG-03, da Unidade de Assistência Judiciária de Ceilândia, símbolo DFG-03, do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal, da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

NOMEAR, EDILENE ROCHA PIRES RODRIGUES, matrícula nº 34.310-2, Auxiliar de Apoio às Atividades Jurídicas, para exercer o cargo em comissão de Secretária Administrativa, símbolo DFA-03, do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal, da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

NOMEAR, FRANCISCO LEITE SERRA AZUL NETO, para exercer o cargo em comissão de Encarregado de Atendimento Judiciário, símbolo DFG-03, da Unidade de Assistência Judiciária da Infância e da Juventude, símbolo DFG-03, do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal, da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

NOMEAR, MARIANE FERNANDES ABDULMAFSIH, para exercer o cargo em comissão de Encarregada de Atendimento Judiciário, símbolo DFG-03, da Unidade de Assistência Judiciária da Infância e da Juventude, símbolo DFG-03, do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal, da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

PAULO CÉSAR CHAGAS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 53, DE 3 DE AGOSTO DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO CENTRO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - PRG, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º, inciso IX da Lei nº 821, de 26 de dezembro de 1994, resolve:

NOMEAR CLEIDISMAR VAZ SILVA GONÇALVES, Auxiliar da Carreira de Apoio às Atividades Jurídicas, matrícula nº 34.354-4, para exercer o cargo em comissão de Encarregada de Atendimento Judiciário da Unidade de Assistência Judiciária de Brazlândia, símbolo DFA-03, do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal, da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

NOMEAR ARCHIMEDES MACHADO CUNHA, Assistente Jurídico, matrícula nº 27.366-X, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Unidade de Assistência Judiciária do Tribunal do Júri, símbolo DFG-12, do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal, da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

PAULO CÉSAR CHAGAS

O GDF ESTÁ DANDO UM DRIBLE NA VIOLÊNCIA.



ESPORTE À MEIA-NOITE.

O Governo do Distrito Federal acaba de marcar mais um gol de placa. O Projeto **Esporte à Meia-Noite**, que reúne jovens para praticar esportes durante a madrugada, está diminuindo consideravelmente a criminalidade nas áreas onde vem sendo implantado. Isso porque adolescentes que antes corriam atrás de confusão, agora estão correndo atrás de uma bola, jogando futebol, basquete, vôlei, entre outros esportes. O projeto, considerado uma referência nacional, será estendido a todas as cidades-satélites e será utilizado também em outros estados. Outra grande vitória do GDF contra a violência. E quem comemora é a nossa cidade.

ESPORTE À MEIA-NOITE

Apoio: ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS · INSTITUTO CANDANGO · CDCA · TCB · CEB · Secretaria de Educação · Secretaria da Solidariedade · SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

GDF GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

DEFENDA-SE USANDO ESTA ARMA.



DISQUE-DENÚNCIA 323-8855

Você possui uma arma poderosa na luta contra a violência: o telefone. Pelo **Disque-Denúncia**, a sociedade entra em contato direto com a Secretaria de Segurança Pública, com o objetivo de evitar e solucionar problemas da área de segurança. Quem liga para fazer uma denúncia não precisa se identificar e o serviço funciona 24 horas, todos os dias da semana. Mostre que você também não tolera a violência em nossa cidade. **Ligue. Denuncie.**

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

GDF GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SEÇÃO III

ATOS DO PODER EXECUTIVO

SUPERINTENDÊNCIAS DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

Processo Nº 131.000.675/97. Partes: DF/RA II e Associação Maria da Conceição. Objeto: prorrogação do termo de autorização de uso nº 01/97, objetivando a autorização de uso próprio localizado na Área Especial Norte lote "J" – Setor Norte do Gama com 250 metros quadrados, para desenvolvimento de atividades assistenciais. Prazo de vigência: 11 meses, no período de 28.09.99 a 27.08.2000 a partir da data de sua publicação. Da ratificação: ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições previstas neste termo. Data de assinatura: 27.09.99. Partes: pelo DF/RA-II: Vicente de Paulo Ribeiro, Administrador do Gama, pela Autorizatária: Maria José Pereira Rezende, Presidente.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

EXTRATO DE PERMISSÃO DE USO (*)
PADRÃO Nº 17/96

PROCESSO Nº 137.000.348/95; PARTES: DF/Administração Regional do Guará/RA-X e Viação Planalto Ltda; OBJETO: A permissão de uso do imóvel: Loja nº 03, localizada no Terminal Rodoviário do Guará II, com área total de 18,08 m² ; DESTINAÇÃO: O imóvel do presente Termo, destina-se a venda de passes e controle de tráfego; VALOR: A permissionária pagará mensalmente a título de preço público, o valor de R$39,95(trinta e nove reais e noventa e cinco centavos); PRAZO DE VIGÊNCIA: A permissão terá vigência de 24(vinte e quatro) meses a contar da data de sua assinatura; ALTERAÇÃO CONTRATUAL: Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração do Termo Aditivo; DISSOLUÇÃO: A permissão poderá ser dissolvida de comum acordo; RESCISÃO: Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas do presente Termo, a Permissão poderá ser rescindida por ato unilateral da Administração; DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA: Os débitos da Permissionária para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Termo; EXECUTOR: O Distrito Federal, por meio de Ordem de Serviço designará um Executor para a Permissão, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas Orçamentária, Financeira e Contábil; PUBLICAÇÃO E REGISTRO: A eficácia do contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração , na Imprensa Oficial, até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Procuradoria Geral do Distrito Federal; FORO: Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Termo; DATA DA ASSINATURA: 13 de junho de 2000; SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: Divino Alves dos Santos, na qualidade de Administrador Regional do Guará, pela contratada: Wagner Canhedo de Azevedo Filho, na qualidade de Sócio Gerente.

(*)Republicado por ter saído com incorreção do original do DODF nº 118 de 21/06/2000 páginas 33 e 34)

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE

RELAÇÃO DE COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS
JULHO/2000

A Seção de Orçamento e Finanças do Núcleo Bandeirante - RA-VIII, em cumprimento ao disposto no Art. 16 da Lei nº 8.666/93 c/c a Lei nº 938/95, torna pública a relação de gastos com material, obras e serviços efetuados no mês de julho / 2000 .

NE	*FIRMA/DESCRIÇÃO PRODUTO*	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
	INEXIGÍVEL			
2000NE00212	TELEBRASÍLIA CELULAR S/A Refere-se ao reforço da 2000NE00060, para custear a despesa com as tarifas telefônicas das linhas Móveis Celular.	01	2.500,00	2.500,00
2000NE00214	BANCO DE BRASÍLIA S/A. Refere-se a despesa com a aquisição de vales - transporte ref. julho/2000 para os servidores desta Adm. Regional que fazem jus ao mesmo.	01	5.378,00	5.378,00
2000NE00215	TAGUATUR –TRANSP. E TURISMO LTDA Refere-se a despesa com a aquisição de vales - transporte ref. julho/2000 para os servidores desta Adm. Regional que fazem jus ao mesmo.	01	67,20	67,20
2000NE00216	VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA. Refere-se a despesa com a aquisição de vales - transporte ref. Julho/2000 para os servidores desta Adm. Regional que fazem jus ao mesmo.	01	464,10	464,10
2000NE00218	CEB-CIA ENERGÉTICA DE BSB Refere-se ao reforço da 2000NE00193, para custear as despesas com a manutenção das redes públicas instaladas nesta RA VIII.	01	9.700,00	9.700,00
2000NE00223	CEB-CIA ENERGÉTICA DE BSB Refere-se ao reforço da 2000NE00198 para custear a despesa com o consumo energético dos próprios desta Administração Regional.	01	3.000,00	3.000,00
2000NE00225	CEB-CIA ENERGÉTICA DE BSB Refere-se ao reforço da 2000NE00194, para custear a despesa com o consumo energético das redes públicas desta RA VIII – Núcleo Bandeirante.	01	32.000,00	32.000,00
2000NE00226	CAESB-CIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL Refere-se ao reforço da 2000NE00191, para custear a despesa c/ as tarifas de água e esgoto dos próprios desta Adm. Reg.	01	6.000,00	6.000,00
2000NE00228	GRÁFICA E EDITORA JORNAL DE BRASÍLIA Renovação de assinatura de periódico anual do Jornal de Brasília para uso desta			
	Adm. Regional.	02	200,00	400,00
2000NE00229	TELEBRASÍLIA BRASIL TELECOM Refere-se ao reforço da 2000NE00120, para custear a despesa com as tarifas telefônicas (linhas convencionais) e locação de dados – modem dos aparelhos instalados nesta Adm. Regional.	01	12.000,00	12.000,00
2000NE00233	CEB-CIA ENERGÉTICA DE BSB Refere-se ao reforço da 2000NR00193, para custear a despesa com a manutenção das redes públicas desta RA VIII – Núcleo Bandeirante.	01	8.000,00	8.000,00
	DISPENSA			
2000NE00210	Prestação de serviço com o fornecimento e instalação de divisórias nas dependências PABX, DREAEP, RECEPÇÃO, DRL e ARQUIVO, pertencente a esta Adm. Regional do Núcleo Bandeirante.	01	5.758,93	5.758,93
2000NE00211	RETIMAQ-RETIFICA DE MAQUINAS LTDA. Manutenção preventiva e corretiva da pá carregadeira Fiat Allys 1500B, pertencente a esta Adm. Regional.	01	4.000,00	4.000,00
2000NE00221	CIA - URBANIZADOPRA DA NOVA CAPITAL Refere-se a despesa com o fornecimento de massa asfáltica e operação tapa buraco executados nos exercícios de 1997 à 1999 nesta RA VIII, conforme reconhecimento de dívida publicado no DODF nº 127 de 05.07.2000 pág. 6.	01	138.192,14	138.192,14
2000NE00222	CEB-CIA ENERGÉTICA DE BSB. Prestação de serviço com instalação e retirada de 01 (um) transformador III de 225 KVA, 01 (um) vão de ART, 05 (cinco) vãos de 03 (três) caixas com disjuntores de BT, para realização da Festa Julina, no Centro Educacional do Núcleo Bandeirante.	01	2.364,34	2.364,34
2000NE00230	ARTFINAL INFORMÁTICA LTDA. Prestação de serviços com a manutenção corretiva do microcomputador Pentium 100MHZ, tombamento nº 235838 desta Adm. Regional..	01	322,00	322,00
	CONVITE			
2000NE00220	Refere-se ao reforço da 2000NE00121, para custear as despesas com serviços de locação de uma máquina copiadora analógica para esta Adm. Regional.	01	2.500,00	2.500,00
2000NE00231	PILOTO CARIMBOS COM. E INDUSTRIA LTDA.			
	Carimbo de borracha c/ cabo e base de madeira med. até 10 cm2.	02	3,00	6,00
	Carimbo de borracha c/ cabo e base de madeira med. até 20 cm2.	07	3,20	22,40
	Carimbo de borracha c/ cabo e base de madeira med. até 24 cm2.	01	3,50	3,50
	Carimbo de borracha c/ cabo e base de madeira med. até 63 cm2.	03	9,00	27,00
2000NE00232	EDITORA SEMPER LTDA. Capa para processo cód. DF/SDCA/008.	5000	0,22	1.100,00
	CONCORRÊNCIA			
2000NE00240	CAFÉ OURO DE MINAS LTDA. Café torrado e moído de 1º qualidade, acondicionado em embalagens de 500 grs.	150	4,07	610,50

2000NE00241	CAFLAMA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA. Açucar cristal acondicionado em pcto. c / 5 kg.	375	0,52	195,00
2000NE00242	COMÉRCIAL POLIANA E REPRESENTAÇÕES LTDA. Esterco de galinha puro, seco, triturado e ensacado granulometria fina.	500	0,22	110,00
2000NE00243	ATTOS COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA. Calcário dolomilítico.	03	29,00	87,00
2000NE00244	CASA DO BOI PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA. Adubo químico NPK 04.14.08. Formicida granulado (p.a. sulfluramida).	700 25	0,79 4,98	553,00 124,50

A SEÇÃO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO

EDITAL DE INTIMIÇÃO

PROCESSO N.º 148.000.680/97
INTERESSADO: SANTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – ME
ASSUNTO: INTIMAÇÃO
O Diretor da Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas, no uso de suas atribuições, decidiu pela procedência do Auto de Infração, objeto do processo em epígrafe, arbitrando o valor da multa em R$ 812,70 (oitocentos e doze reais e setenta centavos). Conforme inciso IV, artigo 16 da Lei n.º 657, de 25 de janeiro de 1994, intima o interessado para, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, recolher o valor estipulado. O não pagamento no prazo estipulado implicará na inscrição do débito em Dívida Ativa.

PROCESSO N.º 148.000.463/2000
INTERESSADO: CONSTRUTORA ALBER GANIMI LTDA
ASSUNTO: INTIMAÇÃO
O Diretor da Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas, no uso de suas atribuições, decidiu pela procedência do Auto de Infração, objeto do processo em epígrafe, arbitrando o valor da multa em R$ 92,67 (noventa e dois reais e sessenta e sete centavos). Conforme inciso IV, artigo 16 da Lei n.º 657, de 25 de janeiro de 1994, intima o interessado para, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, recolher o valor estipulado. O não pagamento no prazo estipulado implicará na inscrição do débito em Dívida Ativa.

SANDRO ROBERTO DE FARIAS

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA Nº 1/2000

PROCESSO Nº 148.000.488/2.000.
OBJETO: Ocupação e Exploração de 14 (quatorze) Boxes da Feira Permanente do Riacho Fundo.
Para efeito do que estabelece ao art. 109, § 1º, da Lei nº 8.666/93, a CPL torna público aos licitantes e demais interessados, que após análise das propostas da Concorrência em tela, julgou vencedoras do certame a empresa Tecno Instalações e Serviços Ltda., nos itens nºs 02 e 03, e Lindaci Francisca Rocha no item 08, ficando os demais itens prejudicados por falta de cotação.

JÚLIO CÉSAR DE MARTINS E PINHEIRO
Presidente

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE PERMISSÃO DE USO (*)

TERMO DE PERMISSÃO Nº 673: PERMITENTE: DISTRITO FEDERAL, por intermédio da Secretaria de Transportes, com a interveniência do DMTU/DF. PERMISSIONÁRIO: ALEXANDRE XAVIER DA SILVA, CPF/MF nº 516.432.941-72, Cédula de Identidade nº 831.862-SSP/DF, CNH nº 00868022106-DETRAN-DF. PROCESSO nº 020.000116/96. MODALIDADE LICITAÇÃO: Concorrência nº 01/96-DMTU/DF. SIGNATÁRIOS: pela Secretaria de Transportes, Abdala Carim Nabut, pelo DMTU, Leonardo de Faria e Silva, pelo Permissionário, ALEXANDRE XAVIER DA SILVA. VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, contados da data da assinatura. OBJETO: permissão de serviço público, para exploração da linha nº 051, do Serviço de Transporte Público Alternativo do Distrito Federal, utilizando o veiculo marca IVECO DAILY, tipo PAS/CAMIONETA, ano de fabricação 2000/2000, chassi nº ZCFC35701Y5246277. TESTEMUNHAS: Maria Cledina da Silva, CPF/MF nº 271.003.081-00, Cédula de Identidade nº 592.451 SSP/DF; Luiz Augusto Cunha, CPF/MF 490.337.431-91, Cédula de Identidade nº 982.442 SSP/DF.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no original publicado no DODF nº 141, página 13, de 25 de julho de 2000.

SECRETARIA DE GOVERNO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 21/99

PROCESSO: 030-007.022/99. **PARTES**: **GDF/SEG X A.TELECOM TELEINFORMÁTICA LTDA.**, **OBJETO**: O presente termo aditivo objetiva a alteração contratual com vistas a aditar o contrato n.º 0021/99 celebrado em 18/11/99, nos termos do § 1.º do art. 65, da Lei n.º 8.666/93 em 23,1682%, ou seja, R$ 26.940,00 (vinte e seis mil, novecentos e quarenta reais), perfazendo o valor total do contrato em R$ 143.220,00 (cento e quarenta e três mil, duzentos e vinte reais). **DA VIGÊNCIA**: O presente Termo Aditivo entra em vigência a partir da data de sua assinatura. **DA RATIFICAÇÃO**: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do contrato a que se refere o presente termo aditivo. **DATA DE ASSINATURA**: 11 de fevereiro de 2.000 . **SIGNATÁRIOS**: Pelo DISTRITO FEDERAL: **BENJAMIM SEGISMUNDO DE J. RORIZ**, na qualidade de Secretário de Governo. Pela Contratada: **SÉRGIO ROBERTO GOMES GONÇALVES** , na qualidade de Diretor. Brasília-DF, 03 de agosto de 2.000.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 28/99

PROCESSO: 030-004.023/2000. **PARTES**: **GDF/SEG X MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA**, **OBJETO**: O presente termo aditivo objetiva a alteração contratual com vistas a aditar o contrato n.º 0028/2000 celebrado em 14/07/2000, nos termos do § 1.º do art. 65, da Lei n.º 8.666/93 em 7.992,00 (sete mil, novecentos e noventa e dois reais), perfazendo o valor total do contrato em R$ 42.244,80 (quarenta e dois mil, duzentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos). **DA VIGÊNCIA**: O presente Termo Aditivo entra em vigência a partir da data de sua assinatura. **DA RATIFICAÇÃO**: Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do contrato a que se refere o presente termo aditivo. **DATA DE ASSINATURA**: 28 de julho de 2.000 . **SIGNATÁRIOS**: Pelo DISTRITO FEDERAL: **CARLOS ANTÔNIO DE BRITO**, na qualidade de Secretário Adjunto de Governo. Pela Contratada: ROBERTO MÁRCIO N. MENDES, na qualidade de Diretor Técnico . Brasília-DF, 28 de julho de 2.000.

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE CESSÃO DE USO Nº 13/2000

PROCESSO Nº 030.002486/2000. PARTES: **DISTRITO FEDERAL X BANCO DO BRASIL S/A.** OBJETO: Cessão de Uso da área situada no andar térreo do Edifício Anexo do Palácio do Buriti, com 90 metros quadrados, para um Posto de Atendimento Bancário do Cessionário. DO VALOR: A Cessão de Uso dar-se-á de forma gratuita, revertendo ao Distrito Federal todas as benfeitorias realizadas no imóvel, pelo Cessionário, quando da rescisão do Contrato. VIGÊNCIA: O Termo terá vigência de 120 meses, a contar de sua assinatura, até 07/07/2010, facultada a prorrogação mediante manifestação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, observado o interesse da Administração e a legislação pertinente. DATA DE ASSINATURA: 07/07/2000. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: JOAQUIM DOMINGOS RORIZ, na qualidade de Governador do Distrito Federal. Pelo Cessionário: Edemar Mombach, na qualidade de Superintendente Estadual.

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

CENTRAL DE COMPRAS

RESULTADO DE RECURSO
CONCORRÊNCIA Nº 18/2000

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS DA CENTRAL DE COMPRAS DO DISTRITO FEDERAL comunica aos interessados que foi dado provimento ao recurso interposto pela empresa Codipe Comercial de Peças e Veículos Ltda, contra o Resultado de Julgamento da Concorrência em epígrafe. Informamos que os autos se encontram à disposição dos interessados, nesta Comissão, em cumprimento ao Art. 109 da Lei 8.666/93 e que fica marcado para o dia 17/08/2000 às 09:00 hs., a reunião de entrega de nova proposta referente ao item 02, para que a empresa Iveco Fiat do Brasil Ltda, se for de interesse, apresente nova proposta para o item acima citado.

Brasília, 3 de agosto de 2000
EDSON DE SOUZA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Serviços e Materiais

RESULTADOS DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 16/2000

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços e Materiais da Central de Compras do Distrito Federal, comunica aos interessados na Concorrência em epígrafe que foi decidido habilitar as empresas: Lotus Auto Peças Ltda,. Real Center Diesel Auto Peças e Serviços Ltda, Mineirão Auto Peças Ltda, Oropeças Auto Peças e Serviços Ltda e Fernanda Auto Peças; e inabilitar as empresas: Montalvão e Siqueira Ltda, por não cumprir a alínea "b" do item 5.1.4 do Edital (não apresentou comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual) e Codipe Comercial de Peças e Veículos Ltda, por não atender ao item 5.1.4, alínea "d" do Edital (apresentou Certidão de Débitos para com o GDF com prazo de validade vencido). A data de abertura dos envelopes de Propostas de Preços, está prevista para o dia 14.08.00 às 17:00 horas, caso não haja interposição de recurso contra o resultado de habilitação.

TOMADA DE PREÇOS Nº 54/2000

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços e Materiais da Central de Compras do Distrito Federal, comunica aos interessados na Concorrência em epígrafe que foi decidido habilitar as empresas: Netway Datacom Com. de Sistemas para Informática Ltda, Krista Eletrônica e Conectividade, Relda Comércio e Representação Ltda, Datagraphics Informática Ltda, Computarelli Computadores Com. Imp. e Exportação Ltda, Informatic Com. e Representações Ltda e Investiplan Computadores e Sistemas Ltda; e inabilitar a empresa Dot Pitch Informática, por não cumprir ao item 5.1.4, alínea "e" do Edital (não apresentou certificado de regularidade com o FGTS). A data de abertura dos envelopes de Propostas Técnicas, está prevista para o dia 14.08.2000 às 15:00 horas, caso não haja interposição de recurso contra o resultado de habilitação.

Brasília, 3 de agosto de 2000
EDSON DE SOUZA
Presidente da CPL

SUBSECRETARIA DA RECEITA

GERÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

EDITAL Nº 4/2000 – CEREC/GERAR/SUREC/SEFP

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 16, inciso IV, da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o art. 25 da citada lei, alterado pela Lei 1.506 de 15/07/97, torna pública(s) a(s) decisão(ões) do(s) julgamento(s) de 1ª instância do(s) processo(s) do(s) contribuinte(s) a seguir qualificado(s), de domicílio(s) tributário(s) incerto(s) e desconhecido(s):

PROCESSO Nº	:	040.015.066/97
INTERESSADO	:	PHELIPE AUTOMÓVEIS LTDA
ASSUNTO	:	A I Nº 2057/97
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.310.826/001-76
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.015.711/97
INTERESSADO	:	RG COMÉRCIO DE PNEUS E PEÇAS LTDA
ASSUNTO	:	AI Nº 2742/97
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.352.233/001-68
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.003.446/98
INTERESSADO	:	COMMERCE DESENVOLVIMENTO MERCALTIL LTDA
ASSUNTO	:	AI Nº 363/98
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.300.824/004-97
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA PARCIAL DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.011.632/95
INTERESSADO	:	BRAPEL BRASILIA AUTOMÓVEIS PEÇAS LTDA
ASSUNTO	:	AI Nº 558/95
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.324.784/001-20
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.003.383/98
INTERESSADO	:	BAZAR E PAPELARIA MIRIM
ASSUNTO	:	AI Nº 281/98 (*)
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.300.483/001-16
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA PARCIAL DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.010.510/95
INTERESSADO	:	PAPELARIA ASA SUL COM. IND. LTDA
ASSUNTO	:	AI Nº 511/95 (*)
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.312.271/005-94
DECISÃO	:	ROCEDÊNCIA PARCIAL DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.007.275/97
INTERESSADO	:	PEPSICO & CIA
ASSUNTO	:	AI Nº 1.035/97
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.323.397/003-20
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.006.585/98
INTERESSADO	:	EXTINPLAN EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA LTDA
ASSUNTO	:	AI Nº 1.056/98
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.305.915/001-20
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.008.323/97
INTERESSADO	:	LAURINDO E MOURA LTDA
ASSUNTO	:	AI Nº 903/97
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.351.625/001-46
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.000.195/96
INTERESSADO	:	VICTORIA COM. IMP. EXP. ASSES. EM VENDAS E MARKENTING LTDA
ASSUNTO	:	AI Nº 021/98
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.362.100/001-42
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.007.887/97
INTERESSADO	:	ROSIMAR DE SOUSA COSTA ME
ASSUNTO	:	AI Nº 1172/97
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.302.248/001-98
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA PARCIAL DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.003.446/98
INTERESSADO	:	COMMERCE DESENVOLVIMENTO MERCANTIL LTDA
ASSUNTO	:	AI Nº 363/98 (*)
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.300.824/004-97
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA PARCIAL DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.003.415/98
INTERESSADO	:	KAJAMAR DO BRASIL COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICO LTDA
ASSUNTO	:	AI Nº 287/98
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.355.823/001-15
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.013.026/97
INTERESSADO	:	J & C TELECOMUNICAÇÕES E ELETRÔNICA LTDA
ASSUNTO	:	A I Nº 2258/97
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.339.654/001-08
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.011.290/97
INTERESSADO	:	JEFERSON VIEIRA DO NASCIMENTO
ASSUNTO	:	A I Nº 39655/97
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.376.855/001-21
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.010.320/97
INTERESSADO	:	RUBENS VALENTINI
ASSUNTO	:	A I Nº 1452/97
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.313.672/001-92
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.006.231/97
INTERESSADO	:	LOJA DAS TINTAS COM. E IND. LTDA
ASSUNTO	:	AI Nº 909/97 (*)
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.313.556/008-59
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA PARCIAL DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.004.766/97
INTERESSADO	:	ROLAND ANDRADE DE ALBUQUERQUE
ASSUNTO	:	AI Nº 675/97
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.358.505/001-06
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA PARCIAL DO AUTO DE INFRAÇÃOO

Nos termos do art. 5º do decreto nº 18.773/97, fica(m) o(s) sujeito(s) passivo(s) INTIMADO(S) a recolher o Crédito Tributário exigido no(s) processo(s) acima ou, querendo, interpor recurso voluntário ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF, no prazo de 20 (vinte) dias contados desta publicação.

(*) Por tratar-se de decisão parcialmente contrária à Fazenda Pública, o Serviço de Julgamento do Contencioso Tributário recorreu de ofício ao TARF.

O não atendimento ao presente Edital implicará inscrição do débito em dívida ativa e posterior cobrança judicial

EDUARDO ALVES DE ALMEIDA NETO
Subsecretário

EDITAL Nº 5/2000 – CEREC/GERAR/SUREC/SEFP

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 16, inciso IV, da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o art. 25 da citada lei, alterado pela Lei 1.506 de 15/07/97, torna pública(s) a(s) decisão(ões) do(s) julgamento(s) de 1ª instância do(s) processo(s) do(s) contribuinte(s) a seguir qualificado(s), de domicílio(s) tributário(s) incerto(s) e desconhecido(s):

PROCESSO Nº	:	040.006.231/97
INTERESSADO	:	LOJAS DAS TINTAS COM. E IND. LTDA
ASSUNTO	:	A I Nº 909/97 (*)
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.313.556/008-59
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA PARCIAL DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.015.706/97
INTERESSADO	:	MARMOBRAS MARMOARIA COM. E TRANSPORTES LTDA
ASSUNTO	:	AI Nº 2.503/97
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.331.553/001-06
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA PARCIAL AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.000.102/96
INTERESSADO	:	PAULO ROBERTO CORREA TAVARES
ASSUNTO	:	AI Nº 2.525/97
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.325.469/001-20
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.013.150/97
INTERESSADO	:	SHOP CAR ELETRÔNICA LTDA
ASSUNTO	:	AI Nº 2.259/97
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.329.534/001-69
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.012.953/97
INTERESSADO	:	MORALES ESCOLA DE FUT LTDA ME
ASSUNTO	:	AIA Nº 39726/97
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.301.020/001-62
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.004.325/98
INTERESSADO	:	NOBRE PISO REVESTIMENTO LTDA
ASSUNTO	:	AI Nº 530/98
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.316.239/001-27
DECISÃO	:	ROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.005.865/97
INTERESSADO	:	ALCOBAÇA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
ASSUNTO	:	AI Nº 250/97
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.345.425/001-66
DECISÃO	:	INTEMPESTIVO

PROCESSO Nº	:	040.002.065/98
INTERESSADO	:	FLORESTAL COM. E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
ASSUNTO	:	AI Nº 005/98
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.317.871/001-15
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.004.156/97
INTERESSADO	:	VEDELAGO COM. E IND. DE ALIMENTOS LTDA
ASSUNTO	:	AI Nº 445/97 (*)
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.344.853/001-08
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA PARCIAL DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.016.368/96
INTERESSADO	:	MADEREIRA CERRADO IND. E COM. LTDA
ASSUNTO	:	AI Nº 1.824/96
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.319.670/001-43
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.015.201/95
INTERESSADO	:	CLÍNICARADIOLOGICA MÉDICA LTDA
ASSUNTO	:	AI Nº 2.079/96
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.325.918/001-02
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.015.634/96
INTERESSADO	:	EME ESSE GRÁFICA E EDITORA LTDA
ASSUNTO	:	AI Nº 2.342/96
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.325.480/001-26
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA PARCIAL DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.015.825/97
INTERESSADO	:	CMC COMERCIAL DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
ASSUNTO	:	AI Nº 2.771/97
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.358.357/001-75
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.015.912/97
INTERESSADO	:	CRISPIM COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA
ASSUNTO	:	A I Nº 2.951/97
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.325.587/001-47
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.002.615/98
INTERESSADO	:	COMERCIAL DE CEREAIS PORTO NACIONAL LTDA
ASSUNTO	:	A I Nº 038/98
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.316.028/001-58
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.012.161/97
INTERESSADO	:	BRASILIA INSTALADORA COM. E IND. LTDA
ASSUNTO	:	A I Nº 1.366/97
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.343.833/001-92
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA AUTO DE INFRAÇÃO
PROCESSO Nº	:	040.015.206/97
INTERESSADO	:	VIENA SORVETERIA LTDA
ASSUNTO	:	AI Nº 2.697/97
INSC./PLACA/CF/ DF	:	07.328.717/001-85
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO

PROCESSO Nº	:	040.000.205/96
INTERESSADO	:	VITÓRIA BAR E RESTAURANTE LTDA
ASSUNTO	:	AI Nº 035/98
INSC./PLACA/CF/DF	:	07.351.045/001-12
DECISÃO	:	PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO

Nos termos do art. 5º do decreto nº 18.773/97, fica(m) o(s) sujeito(s) passivo(s) INTIMADO(S) a recolher o Crédito Tributário exigido no(s) processo(s) acima ou, querendo, interpor recurso voluntário ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF, no prazo de 20 (vinte) dias contados desta publicação.

(*) Por tratar-se de decisão parcialmente contrária à Fazenda Pública, o Serviço de Julgamento do Contencioso Tributário recorreu de ofício ao TARF.

O não atendimento ao presente Edital implicará inscrição do débito em dívida ativa e posterior cobrança judicial

EDUARDO ALVES DE ALMEIDA NETO
Subsecretário

BANCO DE BRASÍLIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: ATT/PS INFORMÁTICA S/A. Objeto do Contrato / Aditivo: Prestação de serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas corporativos / Redução de serviços. Contrato: DIRAD/DESEG-2000/036 - I Termo Aditivo. Assinatura: 03.08.2000. Licitação: Dispensável com base no Inciso IV do Art. 24 da Lei 8666/93. Processo: 081/2000.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O BRB Banco de Brasília S.A., para a locação de 02 áreas no Alameda Shopping, para instalação de equipamentos de auto-atendimento, com o ALAMEDA SHOPPING, no valor de R$30.000,00, para um período de 05 (cinco) anos, de acordo com o inciso X do Art. 24 da Lei 8.666/93, torna público que a Diretoria Colegiada ratificou o ato de dispensa de licitação em 01.08.2000. Processo nº 295/2000.

FRANCISCO DE ASSIS GOMES

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO
CONVITE Nº 236/99

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica que no aviso de NOVA ABERTURA publicado no DODF nº 147 de 02/08/2000, página 35, onde se lê " CONVITE 236/00 ", leia-se, " CONVITE 236/99 ".

Brasília, 3 de agosto de 2000.
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

AVISO DE RECURSO
TOMADA DE PREÇOS Nº 174/00

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados que a empresa DABASONS IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA interpôs recurso contra o resultado de julgamento, no tocante a adjudicação do item 02 à empresa TECHNICARE INSSTRUMENTAL CIRÚRGICO LTDA referente a licitação aberta na modalidade de Tomada de Preços nº 174/00, proc. 060.000784/00.

Brasília, 3 de agosto de 2000.
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

RESULTADO DE JULGAMENTO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, torna público os resultados de julgamentos das licitações em epígrafe:

CONVITES

EDITAL Nº 283/2000 - PROC. 062.000086/2000

Vencedoras/Itens/Valor

GENÉTICA COM. IMP. EXP. LTDA – 33, 96 – R$ 1.903,00
BIOTÉCNICA COM. E ASSIST. DE EQUIP. HOSP. LTDA – 58 – R$ 261,00
INTERLAB DIST. DE PRODS. CIENT. S/A – 09, 10, 19, 20, 24, 25, 35, 56, 63, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98 – R$ 14.147,00
VETEC QUIM. FINA LTDA – 02, 03, 05, 11, 12, 18, 22, 27, 28, 32, 36, 38, 42, 60, 61, 62, 64, 68, 71, 99 – R$ 3.923,38
JUNDILAB PRODS. E EQUIP. P/ LAB. LTDA – 21, 31 – R$ R$ 187,04
MERCK S/A IND. QUÍMICAS – 01, 06, 07, 14, 17, 23, 29, 30, 40, 50, 52, 54, 97 – R$ 15.607,89

Desclassificada /Item

MERCK S/A IND. QUÍMICAS-04,22
OBS.: Foi sugerida a revogação dos itens 73, 45, 55, 65, 67, 57, 04, 15 e o encerramento dos itens 08, 13, 16, 26, 34, 37, 39, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 59, 66, 74. Este resultado altera o anteriormente publicado no D.O.D.F., de 21/07/2000, quanto ao nome da firma 08, mantendo-se inalterada as demais informações.

EDITAL Nº 344/2000 - PROC. 062.000099/2000

Vencedora/Item/Valor

BEIRAMAR IND. E COM. LTDA – 01 – R$ 10.267,50
OBS.: Foi sugerido redução no quantitativo em 25%.

Brasília, 3 de agosto de 2000
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

EXTRATOS DE CONTRATOS

Contrato n.º 066/2000-G.SSU/CEB, celebrado entre a COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA-CEB e a TECNOMAX COMERCIAL LTDA: Aquisição dos itens 01, 03, 05, 06, 19, 20, 21, 22, 23 e 38 da Tomada de Preços de Materiais - TPM-019/2000-CEB, do Processo: 093.000.614/2000. Regidos pela Lei 8.666/93. Prazos de 30 (dias), Vigência: 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato. Valor: R$ 27.131,00 (vinte e sete mil, cento e trinta e hum reais). Data da assinatura: 31/07/2000. Despesas: CEB. Assinaturas pela CEB: ROGÉRIO VILLAS BOAS TEIXEIRA DE CARVALHO E WALDIR LEAL DE ANDRADE e pela TECNOMAX: EDIMILSON FERREIRA DE SÁ.

Contrato n.º 067/2000-G.SSU/CEB, celebrado entre a COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA-CEB e a AMP DO BRASIL CONECTORES ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS LTDA: Aquisição dos itens 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 da Tomada de Preços de Materiais - TPM-019/2000-CEB, do Processo: 093.000.614/2000. Regidos pela Lei 8.666/93. Prazos de 30 (dias), Vigência: 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato. Valor: R$ 151.800,00 (cento e cinqüenta e hum mil e oitocentos reais). Data da assinatura: 01/08/2000. Despesas: CEB. Assinaturas pela CEB: ROGÉRIO VILLAS BOAS TEIXEIRA DE CARVALHO E WALDIR LEAL DE ANDRADE e pela AMP: CELSO DE OLIVEIRA.

Contrato n.º 068/2000-G.SSU/CEB, celebrado entre a COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA-CEB e a DELTA STAR CONETORES ELÉTRICOS LTDA: Aquisição dos itens 29 e 31 da Tomada de Preços de Materiais - TPM-019/2000-CEB, do Processo: 093.000.614/2000. Regidos pela Lei 8.666/93. Prazos de 30 (dias), Vigência: 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato. Valor: R$ 10.450,00 (dez mil, quatrocentos e cinqüenta reais). Data da assinatura: 02/08/2000. Despesas: CEB. Assinaturas pela CEB: ROGÉRIO VILLAS BOAS TEIXEIRA DE CARVALHO E WALDIR LEAL DE ANDRADE e pela DELTA STAR: EUNICE BRITO DE ARAÚJO.

ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 126/1998-G.SSU/CEB; PARTES: COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA-CEB e SAOEX S/A. Seguradora e Previdência Privada; DATA DA ASSINATURA: 02/08/2000; OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência por 90 (noventa) dias e suplementar recursos no valor de R$ 185.142,10 (cento e oitenta e cinco mil e cento e quarenta e dois reais e dez centavos) para fazer face às despesas durante o período de prorrogação, com base no Artigo 57, Inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações; PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/08/2000 a 02/11/2000; PROCESSO nº 093.000.488/1998-CEB; DESPESA DE PUBLICAÇÃO: CEB; ASSINATURA PELA CEB: ROGÉRIO VILLAS BOAS TEIXEIRA DE CARVALHO e WALDIR LEAL DE ANDRADE; DEMAIS CONDIÇÕES: Em conformidade com o Contrato acima e respectiva Apólice.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 87/2000

PROCESSO N. 113.002450/2000 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e CCL CONSTRUTORA LTDA - OBJETO: Execução de gabiões em ponte sobre o córrego Vicente Pires, na DF-075 - VIGÊNCIA: 31.10.2000. - VALOR: R$ 144.955,39 (cento e quarenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e nove centavos). - DATA DA ASSINATURA: 02.08.2000 - ASSINANTES: Pelo DER/DF: Eng. BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS; pela Contratada: CASSIO ABREU ROSA MIARI.

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
CONVITE Nº 12/2000

Tornamos público o resultado da habilitação referente ao CONVITE supracitado. **NCA ENGENHARIA, ARQUITETURA E MEIO AMBIENTE S/C LTDA,** no valor de R$ 144.013,74 (cento e quarenta e quatro mil, treze reais e setenta e quatro centavos).

Brasília, 1º de agosto de 2000
COMISSÃO JULGADORA PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

PROCESSO Nº: 072.000.231/2000. Contrato nº 041/2000. Contratantes: EMATER/DF e CARLOS JOADIR MENDES. Objeto: prestação de serviços de assistência técnica agroindustrial Vigência: 31/12/2000. Valor : R$ Por se tratar de produtor patronal o contratante pagará a taxa mensal de R$151,00(cento e cinqüenta e um reais) . Data de Assinatura: 20/07/00. Signatários: p/ EMATER/DF – Wilmar Luís da Silva; p/Contratante – Carlos Joadir Mendes.

PROCESSO Nº: 072.000.471/99. Termo Aditivo n.º 001/2000 ao Contrato de 04/10/99. Comodantes: EMATER/DF e HELVECIO MATTANA SATURNINO. Objeto: devolução de uma semeadora de plantio direto hidráulica, AS 7.300, marca "Vence Tudo" Vigência: data da sua assinatura até o termo final do contrato original. Data de Assinatura: 01/08/00. Signatários: p/ EMATER/DF – Wilmar Luis da Silva; p/ Comodante – Helvecio Mattana Saturnino

DEPARTAMENTO DE RECURSOS DE MATERIAS E SERVIÇOS

AVISO

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS E SERVIÇOS, avisa aos interessados que, de acordo com o Artigo 16 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, encontra-se afixado no quadro de avisos desta Secretaria, a relação de compras efetuadas e recebidas no mês de julho de 2000.

Brasília, 3 de agosto de 2000
MARIA ROSIMAR B. MORAES
Diretora

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2000 (*)

PROCESSO N.º: 050.000.707/99. PARTES: DISTRITO FEDERAL/SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA x LEBRE TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Tomada de Preços nº 02/2000-SSP. OBJETO: Prestação de serviços de telemarketing, integrado distribuidor automático de chamadas - DAC e unidade de resposta audível - URA, com o atual sistema de cadastro e acompanhamento de denúncia - SCAD, conforme projeto básico, segundo o Edital de Tomada de Preços nº 02/2000-SSP. DO VALOR: O valor total do Contrato é de 95.970,96 (noventa e cinco mil, novecentos e setenta reais e noventa e seis centavos) procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, segundo as condições do Edital. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 24101. Programa de Trabalho: 06183260025370001. Natureza da Despesa: 34.90.39. Fonte de Recursos: 130000004. NOTA DE EMPENHO: 2000NE00484. Data de Emissão: 20.06.2000. Valor: R$ 1.000,00 (um mil reais). Evento: 400091. Modalidade: Estimativo. PROCEDÊNCIA DE RECURSOS: Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício financeiro, de acordo com a Lei nº 2.288, de 08/01/99. PRAZO DE VIGÊNCIA: O Contrato terá vigência a partir de 01 de julho de 2000 até 31 de dezembro de 2000, a contar da data de sua assinatura, prorrogável sucessivamente, a cada ano, por 60 (sessenta) meses, nos temos do artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 20/06/2000. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: JOSÉ DE JESUS FILHO, na qualidade de Secretário de Segurança Pública - interino. Pela CONTRATADA: FERNANDO ABREU, na qualidade de Diretor.

(*) Republicado por ter saído com incorreção do original, no DODF nº 125, de 03/07/2000, pag. 46.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2000
PADRÃO Nº 5/96

PROCESSO Nº: 050.000.430/2000. - PARTES: Distrito Federal/Secretaria de Segurança Pública x DINÂMICA ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS LTDA. Dispensa de Licitação, nos termos do artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista a interposição do Mandado de Segurança nº 41.885-4/00 pela empresa Fox Serviços Especializados, e a consequente autorização para a celebração de contrato emergencial , exarada pelo Excelentíssimo Sr. Governador do Distrito Federal à fl. 23 dos autos. OBJETO: Prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de material, conforme especificações na proposta da contratada (fls. 32) e justificativas da dispensa de licitação (fls.40 e 41). VALOR: R$ 735.494,58 (setecentos e trinta e cinco mil e quatrocentos e noventa e quatro reais e cinqüenta e oito centavos. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 24101, Programa de Trabalho: 06122010025320001. Natureza da Despesa: 34.90.39. Fonte de Recurso: 130. NOTA DE EMPENHO: 2000NE00536. Data de emissão: 04.07.2000. Valor: R$ 2.000,00 (dois mil reais). Evento: 400091. Modalidade: Estimativo. PROCEDÊNCIA DOS RECURSOS: Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício financeiro, de acordo com a Lei nº 2288 de 08.01.99. PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2000, devendo ser publicado no "Diário Oficial do Distrito Federal", na forma da Lei 8.666/93, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 04.07.2000. SIGNATÁRIOS: PELO DISTRITO FEDERAL: JOSÉ DE JESUS FILHO, na qualidade de Secretário de Segurança Pública - Interino. PELA CONTRATADA: ALBA LUCIS PASSOS PEDROSA, na qualidade de Procuradora.

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 183/96

PROCESSO N.º: 050.003.260/95 - PARTES: DISTRITO FEDERAL/SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA x UNIVERSITÁRIO RESTAURANTE, INDUSTRIA, COMÉRCIO E AGROPECUÁRIA LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 183/96, por mais 08 meses a contar do dia 01 de agosto de 2000, permanecendo em vigor até o dia 31 de março de 2001, nos termos do artigo 57, parágrafo 4º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998; e com base no parecer do i. Procurador-Geral Adjunto , constante do processo nº 050.000.423/2000, fls. 50 a 56, de 25 de julho de 2000. VIGENCIA: Este Termo Aditivo entra em vigor a partir da data de sua assinatura. RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. DATA DE ASSINATURA: 31.07.2000. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: JOSÉ DE JESUS FILHO, na Qualidade de Secretário de Segurança Pública. Pela CONTRATADA: IN LOON GOMES LIM, na qualidade de Sócio-Gerente.

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 186/96

PROCESSO N.º: 050.003.261/95 - PARTES: DISTRITO FEDERAL/SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA x UNIVERSITÁRIO RESTAURANTE, INDUSTRIA, COMÉRCIO E AGROPECUÁRIA LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 186/96, por mais 08 meses a contar do dia 01 de agosto de 2000, permanecendo em vigor até o dia 31 de março de 2001, nos termos do artigo 57, parágrafo 4º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998; e com base no parecer do i. Procurador-Geral Adjunto , constante do processo nº 050.000.423/2000, fls. 50 a 56, de 25 de julho de 2000. VIGENCIA: Este Termo Aditivo entra em vigor a partir da data de sua assinatura. RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. DATA DE ASSINATURA: 31.07.2000. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: JOSÉ DE JESUS FILHO, na Qualidade de Secretário de Segurança Pública. Pela CONTRATADA: IN LOON GOMES LIM, na qualidade de Sócio-Gerente.

SECRETARIA DE CULTURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº145/2000-SC; CONTRATADAS: O Distrito Federal através da Secretaria de Cultura e a empresa SR CORDAS LTDA.-ME; PROCESSO: 150.000881/2000; OBJETO: Cessão e uso da Sala Villa Lobos do Teatro Nacional Claudio Santoro, para a realização do espetáculo "SYMBIOSIS", programado para o dia 05/08/2000 às 21:00 horas, ficando designado o dia 05/08/2000, a partir das 13:00 horas para montagem do espetáculo, tudo de acordo com o processo acima mencionado; VALOR DO CONTRATO: R$11.066,64 (ONZE MIL E SESSENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS). DATA DA ASSINATURA: 02 de agosto de 2000; ASSINATURA: p/CEDENTE: MARIA LUIZA DORNAS, p/CESSIONÁRIA: CLEOMILSON PEREIRA ASSIS; TESTEMUNHAS: NAILDE VASCONCELOS DA COSTA ARNEIRO e TEREZA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

EDITAL Nº 287, DE 2 DE AGOSTO DE 2000

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto 21.077, de 23 de março de 2000, torna público o cancelamento da pré-indicação das firmas/empresas, constantes no Anexo Único do presente Edital, por não terem apresentado o projeto de viabilidade econômico-financeira:

LAZARO MARQUES NETO

ANEXO ÚNICO

PROCESSO Nº	INTERESSADO
160.000.148/99	ANTONIA RODRIGUES DA SILVA
160.000.334/94	BIAGIO TALARICO ME
160.004.103/99	C. A. DOS SANTOS MEC. E PINTURA ME
160.002.900/99	CENTRAL ALBA IND. E COM. DE PROD. LIMP. LTDA
160.000.244/99	CENTRAL LANT. PINTURA E MECÂNICA LTDA ME
160.004.211/99	CITY SERVICE CONSERVADORA LTDA
160.001.256/99	CONSTRUSERG CONST. SERV. GERAIS LTDA
160.003.110/99	DIMENSÃO LETREIROS E PLACAS LTDA ME
160.001.561/99	E. MANOEL DA FONSECA GRÁFICA ME

160.000.695/99	E. V. DOS SANTOS COMÉRCIO ME
160.001.678/99	ENTEC EMPRESA TECN. DE ENGENHARIA LTDA
160.000.256/99	FRANCISCO DE FÁTIMA ROCHA ME
160.004.164/99	INDÚSTRIA PRATA LTDA
160.000.661/99	MANOEL ABADIA JOSÉ FERREIRA ME
160.000.687/99	MARIA ALVES CHAVES ME
160.001.251/99	MEGA FORTE IND. METALÚRGICA LTDA
160.001.215/99	META ENGENHARIA LTDA
160.001.343/99	MULTIPLACAS BRINDES LTDA ME
160.000.279/99	NOVA LOJA MAT. P/ CONST. LTDA
160.003.363/99	PARANÁ EMPREEND. IMOB. E SERV. LTDA
160.003.264/99	PROJETA ALIMENTOS LTDA ME
160.003.179/99	RAQUEL LUZIA ARAÚJO ME
160.000.734/99	SANTA RITA LTDA ME
160.001.310/94	SEVERINO GOMES DA SILVA LANTERNAGEM ME
160.000.646/99	TEREZINHA DA SILVA NASCIMENTO ME
160.000.598/94	TEREZINHA IRANI TARGINO ME
160.004.130/99	TIO JORGE IND. E COM. DE CEREAIS LTDA
160.003.665/99	VETORIAL CENTER SOLUÇÕES TECNOL. LTDA
160.003.751/99	VIVEIRO BRASJARDIM LTDA

EDITAL Nº 288, DE 2 DE AGOSTO DE 2000

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto 21.077, de 23 de março de 2000, torna público o presente Edital de Retificação, contendo a relação da firma/empresa cujo endereço constante no Edital nº 131, de 13 de agosto de 1999, publicado no DODF nº 158, de 17 de agosto de 1999, foi alterado na forma a seguir:

PROCESSO Nº	*EMPRESA*	*ONDE SE LÊ*	*LÊIA-SE*
160.001.871/99	FILGUEIRAS E FILGUEIRAS LTDA – ME	QN 307 CONJ. 07 LOTE 02	QN 412 CONJ. H LOTE 03

LAZARO MARQUES NETO

EDITAL Nº 289, DE 2 DE AGOSTO DE 2000

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto 21.077, de 23 de março de 2000, torna público o presente Edital de Retificação, contendo a relação das firmas/empresas cujos endereços constantes no Edital nº 275, de 10 de julho de 2000, publicado no DODF nº 133, de 13 de julho de 2000, foram alterados na forma a seguir:

PROCESSO Nº	*EMPRESA*	*ONDE SE LÊ*	*LÊIA-SE*
160.000.554/2000	AMADEU PORTELA DA ROCHA – ME	SMC Qd. 03 Lts. 46 e 48	SMC Qd. 03 Lts. 46, 48, 50 e 52
160.000.476/2000	PANIFICADORA E CONFEITARIA DOIS IRMÃOS LTDA – ME	SIC Qd. 09 Lt. 28	SIC Qd. 03 Lts. 54 e 55

LAZARO MARQUES NETO

EDITAL Nº 290, DE 2 DE AGOSTO DE 2000

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto 21.077, de 23 de março de 2000, torna público o presente Edital de Retificação, contendo a relação da firma/empresa cujo endereço constante no Edital nº 276, de 10 de julho de 2000, publicado no DODF nº 133, de 13 de julho de 2000, foi alterado na forma a seguir:

PROCESSO Nº	*EMPRESA*	*ONDE SE LÊ*	*LÊIA-SE*
160.002.438/99	QUEIROZ E FILHO LTDA	QD. 04 CONJ. I LOTE 02	QD. 01 CONJ. B LOTE 02

LAZARO MARQUES NETO

EDITAL Nº 291, DE 2 DE AGOSTO DE 2000

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto 21.077, de 23 de março de 2000, torna público o presente Edital de Retificação, contendo a relação da firma/empresa cujo endereço constante no Edital nº 226, de 29 de maio de 2000, publicado no DODF nº 104, de 01 de junho de 2000, foi alterado na forma a seguir:

PROCESSO Nº	*EMPRESA*	*ONDE SE LÊ*	*LÊIA-SE*
160.002.194/99	PHD TRANSPORTES LTDA	Quadra 20, Lotes 14 e 15; Conjunto 21, Lotes 01 e 02	Conjunto 20, Lotes 14 e 15, Conjunto 21, Lotes 01 e 02

LAZARO MARQUES NETO

EDITAL Nº 292, DE 2 DE AGOSTO DE 2000

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA no uso de suas atribuições conferidos pela lei nº 2.427, de 14 de julho de 1999, **resolve:**
Permitir a alteração da razão social da empresa **BRASTMÁQUINAS SERVIÇO ESPECIALIZADO LTDA - ME**, indicada para a Quadra 08, Lote 27 do Setor de Expansão Econômica de Sobradinho/DF , pelo Edital nº 06, de 03 de abril de 1996, publicado no DODF nº 67, de 08 de abril de 1996, Processo nº **160.002.442/94**, para **BRASTELUX SERVIÇO ESPECIALIZADO LTDA - ME.**

LAZARO MARQUES NETO

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 53/2000

Processo: 193.000.135/2000; partícipes: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal - FAPDF e a Base-Rochas Ornamentais LTDA; Objeto: apoio à realização do evento " Aplicação de Rochas Ornamentais em Projetos de Construção Civil"; Vigência: 26/07/2000 até 29/09/2000; Valor: R$ 8.278,90 (oito mil duzentos e setenta e oito reais e noventa centavos); Nota de Empenho: n.º 2000NE00257; Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 19573100025020001; Fonte de Recursos: 100; U.O.: 21201; Elemento: 349020; Emitida em 26/07/2000; Despesas de Publicação: FAPDF; P/Concedente: Orlando de Lima Júnior, Diretor-Presidente; P/Convenente: Marco Túlio Naves de Carvalho, Sócio-Gerente, Gustavo de Assunção Mello, Sócio-Gerente; coordenador: Claudinei Gouveia de Oliveira.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL, convida a todos os interessados para a Audiência Pública destinada à apresentação e discussão do Relatório de Impacto Ambiental Complementar – RIAC, concernente à implantação do Riacho Fundo I – 2ª Etapa.
DATA DA REALIZAÇÃO: 11 de setembro de 2000 – segunda-feira
HORÁRIO: 09 horas
LOCAL: Auditório da TERRACAP
Informa, ainda, que o RIVI está a disposição do público para consulta até a datada realização da Audiência, nesta Secretaria, localizada no SEPN, QD. 511, Bloco "A", Ed. Bittar II – Brasília, CEP: 70.750-901 (1º andar-Serviço de Documentação Técnica/Biblioteca), no horário de 14:30 às 18:30 horas.

A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL, convida a todos os interessados para a Audiência Pública destinada à apresentação e discussão do Relatório de Impacto Ambiental Complementar – RIAC, concernente à implantação do Riacho Fundo II – 3ª Etapa.
DATA DA REALIZAÇÃO: 11 de setembro de 2000 – segunda-feira
HORÁRIO: 15 horas
LOCAL: Auditório da TERRACAP
Informa, ainda, que o RIVI está a disposição do público para consulta até a datada realização da Audiência, nesta Secretaria, localizada no SEPN, QD. 511, Bloco "A", Ed. Bittar II – Brasília, CEP: 70.750-901 (1º andar-Serviço de Documentação Técnica/Biblioteca), no horário de 14:30 às 18:30 horas.

A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL convida a todos os interessados para a Audiência Pública destinada à apresentação e discussão do Relatório de Impacto de Vizinhança - RIVI, concernente à implantação do Condomínio Residencial Atenas, processo nº 191.000. 747/99 .
DATA DA REALIZAÇÃO: 04 de setembro de 2000- segunda-feira
HORÁRIO: 15 horas
LOCAL: Auditório da SEMARH
Informa, ainda, que o RIVI está à disposição do público para consulta até a data da realização da Audiência, nesta Secretaria, localizada no SEPN, QD. 511, Bloco "A", Ed. Bittar II - Brasília, CEP: 70.750-901 (1º andar- Serviço de Documentação Técnica/Biblioteca), no horário de 14:30 às 18:30 horas.

DAR-4080/00

A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL, convida a todos os interessados para a Audiência Pública da apresentação e discussão do Relatório de Impacto Ambiental de Vizinhança – RIVI, relativo à Expansão do Setor de Transportes Rodoviário de Cargas _ STRC, na Região Administrativa do Guará – processo nº 191.000.686/99.
DATA DA REALIZAÇÃO: 29 de agosto de 2000 – Terça-feira
HORÁRIO: 15 horas
LOCAL: Auditório da TERRACAP
Informa, ainda, que o RIVI está a disposição do público para consulta até a datada realização da Audiência, nesta Secretaria, localizada no SEPN, QD. 511, Bloco "A", Ed. Bittar II – Brasília, CEP: 70.750-901 (1º andar-Serviço de Documentação Técnica/Biblioteca), no horário de 14:30 às 18:30 horas.

ANTÔNIO LUIZ BARBOSA
Secretário

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 102-161.168/99. PARTES: **DISTRITO FEDERAL**, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação X **BASECON CONSTRUTORA LTDA.** ESPÉCIE: Contrato Padrão nº 029/99. OBJETO: Ampliação em 19,0855% (dezenove, vírgula, zero oito cinco cinco por cento) do valor do contrato. VALOR: R$ 147.257,58 (cento e quarenta e sete mil, duzentos e cinqüenta e sete reais e cinqüenta e oito centavos) recursos esses procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual. NOTA DE EMPENHO/2000 - nº NE 00012, emitida sob o evento nº 40091, por estimativa. FONTE DE RECURSOS: 120. NATUREZA DA DESPESA: 459051. CÓDIGO U.O 28101. FUNDAMENTO LEGAL: art.65, §1º , da Lei 8.666/93. VIGÊNCIA: a partir de 14/2/00 a até 13/7/00. DATA DE ASSINATURA: .13 de julho de 2000 SIGNATÁRIOS: pelo DISTRITO FEDERAL: Ivelise Maria Longhi Pereira da Silva, pela CONTRATADA BASECON CONSTRUTORA LTDA: Rogério Helou Rassi Testemunhas: Juvenal Antunes Pereira. e Alice Thomé de Azevedo.

SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Nº DO PROCESSO: 160.004.062/99. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 799/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e Engefaber Engenharia e Comércio Ltda. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra do imóvel denominado Lote 01, Conjunto 06, Quadra 14, SCIA, Guará/DF. EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 1.103,50 (hum mil cento e três reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 25.07.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Fausto Wellington Lopes. TESTEMUNHAS: Viviane de Castro e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.000.497/99. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 800/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e A&A Tecidos e Decorações Ltda - ME. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra do imóvel denominado Lote 47, Conjunto 16, Área de Desenvolvimento Econômico, Águas Claras/DF. EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 416,50 (quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Manoel Valdeci Machado Elias. TESTEMUNHAS: Viviane de Castro e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.000.659/98. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 801/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e Centro Automotivo Trato 10 Ltda - ME. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra do imóvel denominado Lote 01, Quadra 12, Setor de Expansão Econômica, Sobradinho/DF. EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 137,00 (cento e trinta e sete reais). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Fernando Rosa Gomes. TESTEMUNHAS: Viviane de Castro e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.003.493/99. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 802/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e Speed Car Automóveis Ltda. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra do imóvel denominado Lote 04, Conjunto 05, Quadra 15, SCIA, Guará/DF. EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 831,50 (oitocentos e trinta e um reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Gilvan Farah. TESTEMUNHAS: Francisca Ferreira de Sena Oliveira e Cristiana dos Santos.

Nº DO PROCESSO: 160.000.412/99. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 803/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e Tech Computadores Informática Representações e Serviços Ltda. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra do imóvel denominado Lote 02, Conjunto "D", Quadra 02, Setor de Indústria Bernardo Sayão, Núcleo Bandeirante/DF. EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 785,00 (setecentos e oitenta e cinco reais). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Artur Cezar de Abreu Benvenuto. TESTEMUNHAS: Francisca Ferreira de Sena Oliveira e Cristiana dos Santos.

Nº DO PROCESSO: 160.000.140/99. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 805/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e Móveis German Indústria Comércio Hotéis e Turismo Ltda. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra dos imóveis denominados Lotes 04 e 05, Conjunto 01, Área de Desenvolvimento Econômico de águas Claras/DF. EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 1.210,50 (um mil duzentos e dez reais e cinquenta centavos) para cada lote. VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: German Celestino Diaz Garcia. TESTEMUNHAS: Viviane de Castro e Cristiana dos Santos.

Nº DO PROCESSO: 160.000.392/1997. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 804/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e Luzia Elena de Andrade Mariano - ME. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra do imóvel denominado Lote 20, Conjunto D, Área Complementar 219, Santa Maria/DF. EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 72,50 (setenta e dois reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Luzia Elena de Andrade Mariano. TESTEMUNHAS: Francisca Ferreira de Sena Oliveira e Cristiana dos Santos.

Nº DO PROCESSO: 160.003.472/99. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 807/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e Speed Comércio, Representação e Intermediação de Veículos Ltda. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra do imóvel denominado Lote 03, Conjunto 05, Quadra 15, SCIA, Guará/DF. EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 831,50 (oitocentos e trinta e um reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Gilvan Farah. TESTEMUNHAS: Francisca Ferreira de Sena Oliveira e Cristiana dos Santos.

Nº DO PROCESSO: 160.004.223/99. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 806/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e Roberto Ferreira de Assis Confecções - ME. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra do imóvel denominado Lote 06, Conjunto B, Quadra 04, Setor de Oficina Norte (SOF/Norte), Brasília/DF. EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Roberto Ferreira de Assis. TESTEMUNHAS: Francisca Ferreira de Sena Oliveira e Carvílio Pereira Gomes.

Nº DO PROCESSO: 160.003.906/99. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 808/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e Ábacus Engenharia Ltda. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra do imóvel denominado Lote 06, Conjunto 08, Quadra 14, SCIA, Guará/DF. EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 691,00 (seiscentos e noventa e um reais). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Helder Rossi de Figueiredo Sousa. TESTEMUNHAS: Viviane de Castro e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.003.835/99. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 809/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e HSB Engenharia e Consultoria Ltda. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra do imóvel denominado Lote 05, Conjunto 10, Quadra 14, SCIA, Guará/DF. EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 831,50 (oitocentos e trinta e um reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Hornei Soares Barros. TESTEMUNHAS: Viviane de Castro e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.003.837/99. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 810/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e Ômega Engenharia Ltda. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra do imóvel denominado Lote 11, Conjunto 03, Quadra 14, SCIA, Guará/DF. EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e

dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 831,50 (oitocentos e trinta e um reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Mirelle Antunes Corrêa . TESTEMUNHAS: Viviane de Castro e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.001.861/99. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 811/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e Lauren Confecções Ltda - ME. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra do imóvel denominado Lote 06, Conjunto C, QI 416, Samambaia/DF. EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 91,50 (noventa e um reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Aurismar dos Santos Souza. TESTEMUNHAS: Viviane de Castro e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.000.735/98. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 813/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e Gráfica Editora Papelaria Olivieri Ltda - ME. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra dos imóveis denominados Lotes 04 e 06, Conjunto "C", Quadra 03, Setor Industrial Bernardo Sayão, Núcleo Bandeirante/DF . EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 173,00 (cento e setenta e três reais) para cada lote. VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Fernando Antonio Santos Olivieri. TESTEMUNHAS: Viviane de Castro e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.003.422/99. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 812/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e Import's Car Ltda. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra do imóvel denominado Lote 14, Conjunto 09, Quadra 15, SCIA, Guará/DF. EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 831,50 (oitocentos e trinta e um reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Caroline Magalhães de Castro. TESTEMUNHAS: Viviane de Castro e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.001.284/94. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 816/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e Reviscar Reguladora de Autos Ltda - ME. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra dos imóveis denominados Lotes 27,28,29 e 30, Conjunto H, Quadra 04, SOF/Norte, Brasília/DF. EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais) para os lotes 27, 28 e 29 e R$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais) para o lote 30. VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Fernando Alves Bandeira. TESTEMUNHAS: Francisca Ferreira de Sena Oliveira e Carvílio Pereira Gomes.

Nº DO PROCESSO: 160.003.882/99. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 817/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e Engecol Projetos e Edificações Ltda. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra do imóvel denominado Lote 22, Conjunto 02, Quadra 14, SCIA, Guará/DF. EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 831,50 (oitocentos e trinta e um reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Célio Garcia Barbosa. TESTEMUNHAS: Francisca Ferreira de Sena Oliveira e Carvílio Pereira Gomes.

Nº DO PROCESSO: 160.002.903/99. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 818/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e RJM Materiais de Construção Ltda. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra dos imóveis denominados Lotes 02, 03 e 04, Bloco "C", Quadra 02, do Setor Norte – CNN, Ceilândia/DF. EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 780,00 (setecentos e oitenta reais) para cada lote. VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Ronaldo Vieira Marinho. TESTEMUNHAS: Francisca Ferreira de Sena Oliveira e Carvílio Pereira Gomes.

Nº DO PROCESSO: 160.000.441/99. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 819/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e Pedro Duarte de Souza - ME. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra do imóvel denominado Lote 10, Conjunto 07, Área de Desenvolvimento Econômico, Águas Claras/DF. EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 143,50 (cento e quarenta e três reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Pedro Duarte de Souza. TESTEMUNHAS: Viviane de Castro e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.002.179/99. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 820/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e Elias de Oliveira Cardoso - ME. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra do imóvel denominado Lote 02, Conjunto 03, Quadra 600, Área de Desenvolvimento Econômicodo Recanto das Emas/DF. EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 98,00 (noventa e oito reais). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Elias de Oliveira Cardoso. TESTEMUNHAS: Francisca Ferreira de Sena Oliveira e Cristiana dos Santos.

Nº DO PROCESSO: 160.001.137/94. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 821/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e Ivanir Scalia Alves - ME. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra do imóvel denominado Lote 13, Quadra 42/44, Bloco "A", SRIA, Guará/DF.EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 134,50 (cento e trinta e quatro reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Ivanir Scalia Alves. TESTEMUNHAS: Viviane de Castro e Cristiana dos Santos.

Nº DO PROCESSO: 160.000.085/94. ESPÉCIE: Termo de Rerratificação n.º 822/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Curinga dos Pneus Ltda.. OBJETO: retificar as Cláusulas Quarta, Parágrafo Primeiro e Décima Segunda, Parágrafos Primeiro e Quarto do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 513/2000, datado de 12.04.2000, que tem como objeto os lotes 19 e 21, Rua 100, QS 09 – Águas Claras – Taguatinga-DF. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Terracap. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/CONCEDENTE: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Roberto Curi. TESTEMUNHAS: Viviane de Castro e Carvílio Pereira Gomes.

Nº DO PROCESSO: 160.000.612/94. ESPÉCIE: Termo de Rerratificação n.º 823/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e Sueli Marta Peixoto de Souza - ME. OBJETO: retificar o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 395/2000, datado de 20.02.2000, nas partes que se referem ao nome tanto da empresa quanto da titular, que constaram erradamente como sendo: **SUELI MARIA PEIXOTO DE SOUZA – ME** e **SUELI MARIA PEIXOTO DE SOUZA**, quando na realidade e para constar corretamente é: **SUELI MARTA PEIXOTO DE SOUZA – ME** e **SUELI MARTA PEIXOTO DE SOUZA**. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Terracap. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/CONCEDENTE: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: **SUELI MARTA PEIXOTO DE SOUZA**. TESTEMUNHAS: Viviane de Castro e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 160.003.822/99. ESPÉCIE: Termo de Rerratificação n.º 826/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e C.B.C.O. – Centro Brasileiro de Cirurgia de Olhos Ltda.. OBJETO: retificar as Cláusulas Quarta, Parágrafo Primeiro e Décima Segunda, Parágrafos Primeiro e Quarto do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 68/2000, datado de 02.02.2000, que tem como objeto o lote 91, Quadra 613/614, do Setor de Grandes Áreas Sul – SGA/SUL-DF. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Terracap. DATA DE ASSINATURA: 27.07.2000. P/CONCEDENTE: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Marcos Pereira de Ávila. TESTEMUNHAS: Francisca Ferreira de Sana Oliveira e Carvílio Pereira Gomes.

Nº DO PROCESSO: 160.000.591/99. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 840/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap e W.R. Serviços Automotivos Ltda - ME. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso com Opção de

Compra do imóvel denominado Lote 06, Conjunto 17, Área de Desenvolvimento Econômico, Aguas Claras/DF. EMBASAMENTO LEGAL: Tendo em vista o que consta do art. 174 da Constituição Federal, do art. 161 da Lei Orgânica do Distrito Federal, da Lei no. 2.427, de 14 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 21.077, de 23 de março de 2000 e dos Pareceres nºs 28/95-GAB-PRG, exarado no Processo Administrativo nº 111.000.273/90-4 e 152/99-GAB-PRG, de 13.07.99, ambos aprovados pelo Senhor Procurador Geral do Distrito Federal. VALOR DA TAXA MENSAL: R$ 365,00 (Trezentos e sessenta e cinco reais). VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Concessionária. DATA DE ASSINATURA: 01.08.2000. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves, Ildeu de Oliveira e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONCESSIONÁRIA: Washington Luiz da Silva Oliveira. TESTEMUNHAS: Francisca Ferreira de Sena Oliveira e Carvílio Pereira Gomes.

Nº DO PROCESSO: 111.000.175/2000.ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 863/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e o Serviço Social do Comércio - SESC – Administração Regional no Distrito Federal. OBJETO: prestação de serviços, pelo SESC/DF para atendimento às necessidades da TERRACAP nas áreas Saúde, Cultura, Esporte e Lazer. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: com dispensa de licitação, com fulcro no Artigo 24, Inciso XIII, c/c do Artigo 26, da citada Lei e no Decreto nº 16.098/94, aos quais se sujeitam as partes contratantes, autorização da Diretoria Colegiada da TERRACAP, em sua 2018ª Sessão, realizada em 19.04.2000. VALOR: R$ 52.000,00 (cinqüenta e dois mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos da TERRACAP, previstos no Programa de Trabalho 23.122.0100.2719.0001 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, Classificação Econômica 349039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, conforme Nota de Empenho nº 433, datada de 21.06.2000. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão às expensas da Terracap. DATA DE ASSINATURA: 28.07.2000. P/CONTRATANTE: Alexandre Gonçalves, Ricardo Lima Espindola e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONTRATADA: Nivaldo da Costa Pereira. TESTEMUNHAS: Viviane de Castro e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

Nº DO PROCESSO: 111.000.639/99. ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo nº 864/2000. CONTRATANTES: Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap e TYPE Máquinas e Serviços Ltda. OBJETO: aditar o Contrato de Locação de Equipamentos nº 57/99, datado de 28.07.99, o qual tem como objeto a locação de 15 (quinze) máquinas fotocopiadoras para uso da **TERRACAP**, visando prorrogar prazo e suplementar recursos ao referido contrato. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Conforme Edital de Licitação mediante Tomada de Preços nº 04/99, homologada pela Diretoria Colegiada da TERRACAP, em sua 1962ª Sessão, datada de 01.07.99, realizada de acordo com a Lei nº 8.666/93, com autorização da Diretoria Colegiada da TERRACAP, em sua 2035ª Sessão, de 25.07.2000. VALOR: R$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos da Terracap, previstos no Programa de Trabalho 23.122.0100.2719.0001 – Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, Classificação Econômica 349039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, conforme Nota de Empenho nº 526, datada de 26.07.2000. VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias, contados a partir do vencimento do instrumento contratual. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: Correrão a expensas da Terracap. DATA DE ASSINATURA: 31.07.99. P/TERRACAP: Alexandre Gonçalves , Ricardo Lima Espindola e Ronaldo Márcio do Valle. P/CONTRATADA: Clayton Gonçalves de Oliveira. TESTEMUNHAS: Viviane de Castro e Francisca Ferreira de Sena Oliveira.

INEDITORIAIS

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA TCB

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Diretor Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA TCB-ABEM, no uso de suas atribuições e consoante ao disposto no capítulo VI, art. 15 do ESTATUTO SOCIAL, convoca todos os associados, em pleno gozo de seus direitos, para a ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, na área da ABEM, a realizar-se às 09h30min do dia 15.08/00, com 2/3 de seus associados ou às 10h00min em segunda convocação com qualquer número de presentes para discutir e aprovar mudanças em seu ESTATUTO SOCIAL e outros pontos que possam advir. Mário José Leonardo de Souza – Presidente.

DAR 4162/00

CONDOMÍNIO RECANTO DO MENÉ

AVISO DE CONSESSÃO DE LICENÇA

Torna público que recebeu do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do DF – IEMA/SEMATEC, o Termo de Prorrogação de Licença Prévia nº 429/97 por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir de 02 de Agosto de 2000, para implantação de parcelamento de solo urbano no local: DF 420 Km 05, Sobradinho – DF, processo nº 030.017.292/92. Marinalvo Gomes de Araújo, Síndico.
Dar 4157/00

CONDOMÍNIO RIO NEGRO

AVISO DE CONSESSÃO DE LICENÇA

Torna público que recebeu do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do DF – IEMA/SEMATEC, o Termo de Prorrogação de Licença Prévia nº 438 por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir de 09 de Junho de 2000 para implantação de parcelamento de solo urbano no local: DF 420 Km 1,Sobradinho – DF, processo nº 134.000.403/92. Foi determinado o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental. David Augusto da Fonseca, Síndico.
Dar 4153/00

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE CONCURSO PARA FISCAL 2000
EDITAL Nº 4/2000

O Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal – CRF-DF, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz público o resultado das provas do Concurso de Fiscal, divulgado pelo Edital n.º 003/2000, não sendo aprovado nenhum dos candidatos. Brasília-DF., em 31 de agosto de 2000. (a) Dr. Antônio Barboda da Silva – Presidente do CRF-DF.

DAR 4150/00

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL Nº 5/2000

O Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal – CRF-DF, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber aos farmacêuticos devidamente inscritos nos respectivos CRF's que estarão abertas na Secretaria do Órgão, no SCS Ed. José Severo, salas 609/613, Brasília-DF, de 07 à 11 de agosto 2000, das 08:00 às 18:00 horas, as inscrições para o concurso destinado ao preenchimento das vagas existentes e que vierem a existir de Fiscal em sua Seção de Fiscalização. Salário mensal de R$ 2.000,00 (dois mil reais). A admissão será feita através de provas de seleção que abrangerão: 1: Conhecimento da seguinte legislação: Leis n.º 3.820 de 11.11.60 (modificada pela Lei n.º 9.120/95), 5.991 de 17.12.73, 6.360 de 23.09.76, 6.839 de 30.10.80, 9.017 de 30.03.95, 9.069 de 29.06.95, 9.394 de 20.12.96-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - MEC, 9.787/99 de 10/02/99; Decretos n.ºs. 74.170 de 10.06.74, 79.094 de 05.01.77, 85.878 de 07.04.81, 793 de 05.04.93, 3.181 de 23/09/99; PORTARIAS n.ºs 344/98 12/05/98, 204-MS de 06.11.96 e 933-MJ de 08.12.94 e 802/98 de 08/10/98 ANVS; e Resolução 391/99 – ANVS, 510/99 ANVS e todas as Resoluções expedidas pelo CFF, principalmente as de n.ºs 144/78, 239/92, 258/94, 261/94, 299/96; 2. Conhecimento do Código de Ética da Profissão Farmacêutica, noções do Código Penal, principalmente os seus artigos n.ºs. 278, 280, 282, 283 e 284. O processo de seleção dos fiscais constará do seguinte procedimento: 1) Prova escrita; 2) Prova de título; 3) Entrevista. A prova será realizada no dia 19 de agosto às 09:00 hs. Os candidatos deverão apresentar comprovante de pagamento da taxa de inscrição no valor de R$ 30,00 (trinta reais) no Banco do Brasil AG. 1230-0 C/C 422.216-4 em favor do Conselho Regional de Farmácia, estar com o pagamento da anuidade profissional de 2000 em dia e anexar junto da ficha de inscrição as cópias da CNH e da Carteira Profissional. O concurso terá validade de dois (2) anos, podendo ser prorrogado por mais dois (2) anos. O regime de trabalho será de quarenta e quatro (44) horas semanais, regido pela CLT, sendo vedado aos fiscais do CRF-DF, segundo o Art. 4º do Regulamento de Fiscalização dos CRFs (Res. 299/96-CFF) que diz: "Os fiscais dos Conselhos Regionais são proibidos de participar, como sócios, proprietários ou co-proprietários, inclusive de assumir responsabilidade técnica, por empresas ou estabelecimentos que explorem o comércio e a indústria de drogas, medicamentos, alimentos, insumos farmacêuticos e correlatos, vedando-se-lhes também o exercício das análises clínicas". (As) Dr. Antônio Barbosa da Silva - Presidente do CRF-DF.

DAR 4150/00

SINDICATO DO COMÉRCIO DE VENDEDORES AMBULANTES DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Na forma do disposto no Estatuto Social da Entidade e na legislação em vigor, Convoco Assembléia Geral Extraordinária do Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes do Distrito Federal – SINDVAMB-DF, para deliberar e reunir-se às 18:00 horas do dia 10 de agosto de 2000, em primeira convocação, e 1:00 hora após, no mesmo dia em segunda convocação, na sede do Sindicato - CNM 02, Bloco "A", Lotes 10/12, Sala 110 – Ceilândia Centro-DF, a fim de deliberar sobre: a) Alteração estatutária, na forma da deliberação do Conselho de Representantes da FECOMÉRCIO-DF, adotada de acordo com a Resolução CR/CNC nº 15/2000, para cumprimento da V Assembléia Geral do Sicomércio. Sincronia de Mandato: janeiro/2003 a 22/3/2004. b) Contribuição Confederativa, instituída pelo artigo 8º, Inciso IV, da Constituição Federal: 5% (cinco por cento) CNC; 75% (setenta e cinco por cento) SINDVAMB/DF e 20 (vinte por cento) FECOMÉRCIO/DF. Brasília, 03 de agosto de 2000. BARTOLOMEU GONÇALVES MARTINS - Presidente.

DAR 4163/00

SINDUSCON – DF – SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO DF

CUB – PADRÃO HABITACIONAL NO DISTRITO FEDERAL/M²

Mês = Julho/2000 Média por m² = R$ 475,58 Variação em relação a jun/2000 = 0,33 %

	2 Quartos			3 Quartos		
Padrão	Baixo	Normal	Alto	Baixo	Normal	Alto
H1	547,58	618,77	697,27	465,78	521,86	586,53
H4	402,65	469,78	585,96	355,92	409,71	498,00
H8	393,46	459,04	572,78	341,62	397,10	485,84
H12	382,91	452,00	562,77	335,33	391,49	479,80

A tabela acima transcrita refere-se aos custos unitários básicos de construção (por m²) no Distrito Federal – CUB-DF, calculados conforme a Lei 4.591 de 16/12/64 e o disposto na NBR 12721/92 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
Na formação destes custos unitários básicos não foram considerados os seguintes itens, que deverão ser levados em conta na determinação dos preços por m² de construção, de acordo com o estabelecido no projeto e especificações correspondentes a cada caso particular: fundações especiais, elevadores, instalações de incêndio, ar condicionado, calefação, telefone interno, fogões, aquecedores, "playgrounds", equipamento de garagem, etc.; obras complementares de terraplanagem, urbanização, recreação, ajardinamento, ligações de serviços públicos, etc.; despesas com instalação, funcionamento e regulamentação do condomínio, além de outros serviços especiais; outras despesas indiretas; impostos e taxas; projeto, incluindo despesas com honorários profissionais e material de desenho, cópias, etc.; remuneração da construtora e do incorporador; despesas com corretagem e publicidade, entre outros.

CUB – PADRÃO COMERCIAL SALAS E LOJAS NO DISTRITO FEDERAL /M²

Mês = Julho/2000 Média por m² = R$ 353,80 Variação em relação a jun/2000 = -0,02%

Padrão	Baixo	Normal	Alto
H4	300,21	340,35	423,68
H8	321,61	360,12	445,63
H12	296,73	332,84	413,93
H16	286,96	323,04	400,61

CUB – PADRÃO COMERCIAL ANDARES LIVRES NO DISTRITO FEDERAL /M²

Mês = Julho/2000 Média por m² = R$ 329,83 Variação em relação a jun/2000 = -0,08%

Padrão	Baixo	Normal	Alto
H4	276,15	316,59	391,52
H8	300,72	340,86	418,60
H12	274,85	312,93	385,92
H16	264,73	303,71	371,49

CUB – PADRÃO GALPÃO INDUSTRIAL E CASA POPULAR /M²

Mês – Julho/2000		Variação em relação a jun/2000 = %
Galpão Industrial	186,34	0,06
Casa Popular 1 Quarto	317,90	0,15

Brasília-DF, 03 de agosto de 2000

MÁRCIO EDVANDRO ROCHA MACHADO
PRESIDENTE

DAR 4168/00

SINDICATO DOS TRABALHADORES EMPREGADOS EM MOTOCICLETAS E CONDUTORES DE VEÍCULO DE DUAS RODAS DE BRASÍLIA-DF E DE TODO O SEU DISTRITO FEDRAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital, a comissão organizadora convoca todos os trabalhadores e empregados que se utilizam deste veículo, para participarem da Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada às 19:00, do dia 07 de agosto de 2000, à SQN 214, Bloco "G", apartamento 406 – Asa Norte – Brasília – DF, Cep 70873-070, oportunidade em que será discutida e votada a pauta do dia: a) aprovar a fundação do sindicato; b) discussão, votação e aprovação do Estatuto; c) discussão, votação e posse da diretoria. Não havendo número legal em primeira convocação, a assembléia será instalada uma hora depois em segunda convocação, com qualquer número de representantes da categoria. Brasília, 4 de agosto de 2000. José Carlos Ferreira de Paula, presidente da Comissão.

DAR 4161/00

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

CENTRO DE SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS (CESPE)
EDITAL Nº 6/2000 – PC – AP/CESPE, DE 3 DE AGOSTO DE 2000
CONCURSO PÚBLICO PARA AGENTE DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

A Diretora do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) da Universidade de Brasília (UnB), por determinação judicial, torna públicos o resultado final na prova prática de aptidão física, no exame psicológico e na sindicância de vida pregressa e investigação social e a classificação final no concurso, de acordo com o Edital n.º 1/98 – PC – AP/CESPE, de 5 de janeiro de 1998, publicado no Diário Oficial e no Diário Oficial do Distrito Federal de 6 de janeiro de 1998, dos candidatos ao cargo de Agente de Polícia Civil do Distrito Federal, na condição *sub judice*.

1 Resultado final na prova prática de aptidão física dos candidatos ao cargo de Agente de Polícia Civil do Distrito Federal, na condição *sub judice*, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem alfabética, resultado final na prova prática de aptidão física e local de realização da prova.
201571, Fernando Antonio de Oliveira, apto, Brasília/DF / 202659, Rogeria Oliveira dos Santos, apta, Brasília/DF.

2 Resultado final no exame psicológico dos candidatos ao cargo de Agente de Polícia Civil do Distrito Federal, na condição *sub judice*, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem alfabética, resultado final no exame psicológico e local de realização da prova.
201571, Fernando Antonio de Oliveira, recomendado, Brasília/DF / 202659, Rogeria Oliveira dos Santos, recomendada, Brasília/DF.

3 Resultado final na sindicância de vida pregressa e investigação social dos candidatos ao cargo de Agente de Polícia Civil do Distrito Federal, na condição *sub judice*, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem alfabética, resultado final na sindicância de vida pregressa e investigação social e local de realização da prova.
201571, Fernando Antonio de Oliveira, habilitado, Brasília/DF / 202659, Rogeria Oliveira dos Santos, habilitada, Brasília/DF.

4 Classificação final no concurso dos candidatos ao cargo de Agente de Polícia Civil do Distrito Federal, na condição *sub judice*, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem alfabética, classificação final *sub judice* e local de realização da prova.
201571, Fernando Antonio de Oliveira, 56, Brasília/DF / 202659, Rogeria Oliveira dos Santos, 250, Brasília/DF.

5 Os candidatos com classificação final igual ou superior a 56, divulgada no Edital n.º 17/99 – PC – AP/CESPE, de 29 de abril de 1999, tiveram suas posições acrescidas de uma unidade.

6 Os candidatos com classificação final igual ou superior a 249, divulgada no Edital n.º 17/99 – PC – AP/CESPE, de 29 de abril de 1999, tiveram suas posições acrescidas de duas unidades.

ROMILDA GUIMARÃES MACARINI
Diretora do CESPE/UnB

ÍNDICE

ATOS DO PODER EXECUTIVO

.DECISAO-R, METRO/DF-DC, 03-08-2000 13
.DECRETO EXECUTIVO 21412, 03-08-2000 1
.DELIBERACAO 45, CPDI/DF-CCP, 02-08-2000 13
.DESPACHO-*, SUARE, 21-07-2000 13
.DESPACHO, SUARE/RA-IX-CEILANDIA, 03-08-2000 13
.ORDEM DE SERVICO 104, SUARE/RA-VIII-N.BANDEIRANTE, 02-08-2000 13
.ORDEM DE SERVICO-R, SUARE/RA-V-SOBRADINHO, 01-08-2000 13
.PORTARIA 26, ARSP/DF, 03-08-2000 13

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

.ATO DECLARATORIO 24, SUREC/GERAR, 04-08-2000 14
.PORTARIA 222, SECRETARIO, 31-07-2000 13

SECRETARIA DE SAUDE

.PORTARIA 6, SECRETARIO, 02-08-2000 14

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS

.PORTARIA 16, SECRETARIO, 03-08-2000 14
.PORTARIA CONJUNTA 1, SECRETARIO, 02-08-2000 14

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

.DESPACHO, SECRETARIO, 31-07-2000 15

SECRETARIA DE CULTURA

.DESPACHO-R, SECRETARIA, 28-07-2000 15

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, TURISMO, CIENCIA E TECNOLOGIA

.DESPACHO, FAPDF, 01-08-2000 15

SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL

.DESPACHO, SECRETARIO, 01-08-2000 15

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS

.PORTARIA, SECRETARIO, 27-07-2000 15

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACAO

.DESPACHO, SECRETARIA, 31-07-2000 15

SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIARIOS

.DESPACHO, TERRACAP/DC, 04-08-2000 15

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

.ATA 3502-*, SECRETARIA DAS SESSOES, 01-06-2000 21
.ATA 3505-*, SECRETARIA DAS SESSOES, 13-06-2000 21
.ATA 3516, SECRETARIA DAS SESSOES, 27-07-2000 16
.DESPACHO, PRESI, 02-08-2000 15

* - ATOS REPUBLICADOS OU RETIFICADOS
R - ATOS AGRUPADOS POR RELACAO

UTILIDADE PÚBLICA
DEFESA CIVIL
314-8214
Secretaria de Comunicação Social - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

UTILIDADE PÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Bombeiros	193
Defesa Civil	314-8214
Polícia	190
Procon	1512
CAESB	195
CEB	196
Detran	1514
Farmácia de Plantão	132
Alcoólicos Anônimos	226-0091

PRONTO-SOCORRO 192

O GDF ESTÁ DANDO UM DRIBLE NA VIOLÊNCIA.

AGNELO PACHECO



ESPORTE À MEIA-NOITE.

O **Governo do Distrito Federal** acaba de marcar mais um gol de placa. O Projeto **Esporte à Meia-Noite**, que reúne jovens para praticar esportes durante a madrugada, está diminuindo consideravelmente a criminalidade nas áreas onde vem sendo implantado. Isso porque adolescentes que antes corriam atrás de confusão, agora estão correndo atrás de uma bola, jogando futebol, basquete, vôlei, entre outros esportes. O projeto, considerado uma referência nacional, será estendido a todas as cidades-satélites e será utilizado também em outros estados. Outra grande vitória do **GDF** contra a violência. E quem comemora é a nossa cidade.

ESPORTE À MEIA-NOITE

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Apoio:

ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE

CDCA

TCB

CEB

Secretaria de Educação

Secretaria da Solidariedade

SECRETARIA DE ESPORTES E VALORIZAÇÃO DA JUVENTUDE

GDF GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL